



Instituto Cultural São Francisco de Assis
Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis
Estrada João de Oliveira Remião, 4444 – Lomba do Pinheiro
Porto Alegre – RS – Brasil – 91560-000
Fone/Fax (51) 3319 1001 CGC: 97837363/0010-09

Plano Político Pedagógico

Instituto Cultural São Francisco de Assis
Centro de Promoção da Criança e do Adolescente
São Francisco de Assis - CPCA

Em construção

2020-2022

SUMÁRIO

CARTA DO DIRETOR

APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 O CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

1.2 EVOLUÇÃO AO LONGO DE 31 ANOS X MARCO LEGAL

1.3 LINHA DO TEMPO

2. PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

2.1 MISSÃO

2.2 VISÃO

2.3 PRINCÍPIOS

2.4 DIRETRIZES

2.5 OBJETIVOS

2.6 METAS INSTITUCIONAIS

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.1 INTRODUÇÃO

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.2.1 POLÍTICA DE PROMOÇÃO, GARANTIA E DEFESA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.2.2 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PELA PAZ E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

3.2.3 POLÍTICA DE GESTÃO

3.2.3.1 Política de Gestão de Pessoas.....

3.2.3.2 Política de Captação de Recursos.....

3.2.3.3 Política de Comunicação e Marketing.....

3.2.3.4 Política de Avaliação e Planejamento Institucional.....

4. METODOLOGIA DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELO CPCA.

5. **CONCLUSÃO**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

... Inspiração....

Frei Luciano Elias Bruxel

Diretor Geral CPCA

O Projeto Político Pedagógico Estratégico - PPPE do CPCA traz em seu DNA São Francisco de Assis, portanto, é uma Instituição que faz de sua mística Franciscana um respeito incondicional a todo o ser humano e a toda criação. É claro, dispondo de sua energia maior para aqueles que se encontram em vulnerabilidade, em risco, tanto quanto a seus direitos, quanto a sua dignidade.

A construção do nosso PPPE, por coerência ética, tem sido uma construção a partir da participação de todos o que fazem o CPCA, num sentimento de colaboração, composição e responsabilidade intransferível, na busca de dar o melhor nas diferentes ações e projetos desenvolvidos. Temos clareza que só com uma profunda leitura da nossa realidade é que podemos ter uma intervenção política e pedagógica com intencionalidade que conduz a transformação e elevação da qualidade de vida da nossa população atendida.

Temos no horizonte que a defesa, a garantia de direitos em todas as diferentes situações e complexidade exige de nós compromisso, qualidade na intervenção para que todos tenham vida em plenitude.

Nosso trabalho inspiração Divina, amparo legal que fundamenta todo nosso fazer – ECA, LOAS, SUAS e legislação vigente, articulada numa visão política e pedagógica que orienta nossa intervenção. Contudo, a Inspiração Divina, as leis, a proposta pedagógica e política só tem sentido quando um corpo de trabalhadores é comprometido e incorpora a essência desta instituição, que concebe ver a todos e a cada um como um ser sagrado digno de todo o respeito e entendimento.

Nosso obrigado a todos que constroem a história do CPCA, bem como a todas as pessoas, as organizações públicas e privadas que apoiam e conosco contribuem para que possam levar adiante nossos projetos, transformando tantas histórias de Vida.

Que Deus abençoe o CPCA, com seu Projeto Político Pedagógico Estratégico - para que produza muitos e bons frutos hoje e sempre.

APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA

Everton Silveira
Diretor Pedagógico – CPCA

A responsabilidade e o compromisso ético, bem como a verdadeira paixão em ver brilhar uma sociedade cada vez mais feliz, solidária, fraterna, justa, igualitária, harmônica e geradora de pessoas cada vez mais realizadas e plenas em suas escolhas, tem movido o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente. Desde sua fundação, se mantém fiel aos ensinamentos e inspirações de seu fundador no que se refere a opção radical pela pessoa em todas as suas dimensões, igualmente, mobiliza pessoas, conceitos, saberes, tecnologias, conhecimentos, leis e entendimentos na direção de ousar sempre, procurando encontrar brechas pelas quais pode adentrar, desbravar e encontrar morada na qual possa residir a experiência da plena vivência dos direitos e que esta seja passível de gozo a todos, sobre todos, daqueles que estão mais a margem da sociedade;

Boa vontade, virtudes, empenho sempre tem sido a marca registrada de uma instituição que encontra no reconhecimento do outro como a arte para a construção de uma cultura carregada de sentimentos, valores e práticas pacificadoras, um lócus favorável para que se construa as bases de um processo socioeducativo protagonizado e emancipatório, gerador de inclusão de toda ordem, favorável a construção da tão sonhada cultura da paz e perseguidora de projetos de vida que conduzam o sujeito à felicidade de viver pleno em seu coletivo e feliz por saber-se capaz de produzir os meios para sua auto realização.

No entanto, estar feliz em viver em comunidade, reconhecer suas capacidades e competências e colocá-las em prática tanto para seu bem quanto da sociedade não é o suficiente para que se alcancem os objetivos plenos de uma organização que ambiciona a mudança na cultura pela inversão da ordem hegemônica de poder nesta sociedade.... é preciso mais. Por isso, o CPCA, reúne todos os seus colaboradores para produzir um processo de construção coletiva e participativa do seu Novo Projeto Político Pedagógico Estratégico.

A construção do PPPE do CPCA, teve início no final de 2010 e, desde o princípio contou com a colaboração de todos os profissionais que atuam na instituição bem como pessoas e outros que tem simpatia com os princípios, as diretrizes e o jeito de fazer da instituição.

Na ordem desta construção feita a muitas mãos, foram, inicialmente consignados sua visão, diretrizes, missão e objetivos, sobre os quais se pode então, optar por que caminho teórico se iria transitar. Desta forma, num processo, absolutamente, dialógico, todos foram

produzindo seus estudos, elaborando seus conteúdos, realizando reuniões de síntese, aprovando matérias até que se alcançassem as condições de submeter este produto à apreciação e aprovação o que ocorrera em dezembro de 2011, ocasião em que, como desafio ao grupo, foram definidas as metas estratégicas que deveriam então, passar a compor o marco lógico da instituição.

Através do trabalho em diferentes grupos foram desenvolvidas cada uma das metas situando-as no tempo e no espaço, com quantificações, qualificações e sistemas de acompanhamento e monitoramento. Uma vez concluído este movimento o documento seguiu para reunião ordinária de final de ano, com a participação de todos os colaboradores, na qual o texto foi inteiramente apreciado e aclamado.

De tal modo se construiu este processo de planejamento de um Plano que tem a ambição de sustentar as ações do CPCA por um período de 7 anos, a contar de 2012. Neste tempo, a instituição fará um processo de permanente revisão de suas metas, com vistas a mantê-lo sempre atualizado e pertinente as urgências e oportunidades que forem sendo geradas pelo próprio êxito deste processo, ou ainda, realinhar, aquilo que, por ventura, não esteja ocorrendo dentro da expectativa da implementação deste PPPE.

O PPPE foi um signo, um sonho, um verbo que, a partir da união de diferentes olhares passou a ganhar contornos de projeto e dia a dia vai dando forma aos objetivos de uma instituição que vive sobre a égide do bem, para gerar o amor, para gerar a paz, para contribuir com uma sociedade de direitos na qual cada pessoa tenha direito e o dever de ser mais feliz e de viver isso plenamente na relação daqueles que ama.

Uma prévia leitura do contexto....

Século XXI. A cidadania nunca foi tão presente na vida dos brasileiros, conceito e vivência. Hoje, um cidadão fala de seus direitos com fluência jamais vista. As políticas sociais estão mais evidentes, os conselhos estão mais difundidos e começam a fazer diferença. Controle social e transparência estão se tornando obrigatórios. No Brasil amplia-se a cada dia o investimento estatal na área social, não apenas através dos gestores diretos das políticas públicas, mas também pelas empresas públicas que se vêem também executoras, ou co-executoras em parcerias que aperfeiçoam as ações da sociedade civil.

Assistimos também a um movimento até então novo denominado terceiro setor. A dicotomia Estado x Mercado se viu atropelada pelas necessidades sociais e pelo entendimento de que a sociedade é responsabilidade de todos. Não é apenas uma brecha dada pelas pernas curtas do Estado que ensaia ser cada vez mais mínimo. Não poderíamos nos desenfrear em direção à barbárie e fechar os olhos à questão ambiental, à miséria e à fome. Por outro lado, o nome pode ser novo, mas muitas instituições trazem esta mensagem e encaram essa missão há muito tempo, quando conceitos como igualdade social e democracia nem existiam. A vocação para o próximo, o cuidado com a vida orientam organizações religiosas e voluntárias desde sempre. A novidade está em poder ser vocação de todos, e não estar só nas caridades individuais e nos espaços assistenciais, mas nas ações intencionais das organizações que não têm essa finalidade, aliás, naquelas que pareciam estar somente do outro lado. Descobriu-se que se todos estão bem, é melhor para todos. Pelo menos descobriram aqueles que estão fazendo.

Vê-se como o importante é o caráter público e a soma de esforços com interação e objetivos comuns. Neste diálogo aberto, as experiências e conceitos circulam e tomam nova roupagem. Empresários assumem responsabilidade social, inclusão social, garantia de direitos. De outro lado, os agentes natos dos direitos sociais e individuais ganham termos como resultado, competência, tecnologia. Já não basta sempre ter feito é preciso saber como faz para que outros também possam fazer com competência e resultados. Consolidam-se também nesta interação, paradigmas como compromisso e envolvimento daqueles para quem as ações se destinam, sustentabilidade e interação com as políticas públicas, confirmando que o desafio é de todos para todos.

Essas são respostas eficazes que vêm ganhando terreno e vão se deparando com as práticas sociais já consolidadas e uma realidade social tão desafiadora quanto inadmissível para

o século XXI. Torna-se assim, essencial dialogar com essas práticas, somar esforços e intervir efetivamente na realidade. Esta é a base deste projeto.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 O CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

A sede da instituição está localizada na Lomba do Pinheiro, periferia sudeste de Porto Alegre, a 18 km do centro da cidade, também executa programas, serviços, projetos e parcerias em outras regiões da cidade, como região Leste e bairro Partenon. A região da Lomba do Pinheiro (que compreende os bairros Lomba do Pinheiro e Agronomia) formou-se por volta de 1940, mas as ocupações tiveram um incremento a partir dos anos 70, onde houve a emigração da população da zona rural que buscava na capital a solução para o problema da falta de trabalho, moradia e renda. Esta região, que, antigamente, era ocupada por sítios de famílias abastadas, foi aos poucos ficando com imensidão de áreas desocupadas. Isto se tornou atrativo para as famílias que, uma vez vindas para cidade em busca de emprego, não tinham alternativas de moradia. Assim a Lomba do Pinheiro passou a ter uma crescente ocupação de áreas vazias, inclusive das áreas de risco, sem infra-estrutura, sem praças, sem escolas, sem serviços de saúde suficientes para atender a toda população que cresceu de forma explosiva, não conseguindo com os recursos disponíveis acompanhar a crescente demanda.

Segundo o censo do ano de 2000 do IBGE¹, dos 77 bairros da capital, a Lomba do Pinheiro ocupa o 75º lugar em rendimento médio mensal por responsável pelo domicílio. Dentre as pessoas responsáveis pelos domicílios, a maior parte recebe entre 1,1 e 5 salários mínimos e um índice expressivo recebe até um salário mínimo mensal (15,69%).

Estudo da Prefeitura de Porto Alegre de 2017 analisou o índice de vulnerabilidade social do município considerando o número de domicílios com abastecimento de água e esgoto sanitário não adequado, sem banheiro, com renda de até dois salários mínimos, o elevado número de moradores até 14 anos, e a baixa escolaridade dos responsáveis. Nesse estudo, a Lomba do Pinheiro é a terceira em vulnerabilidade social, sendo a de maior densidade demográfica. Soma-se a isso o desemprego e as outras debilidades de infra-estrutura social e cultural.

Na Lomba do Pinheiro convivem cerca de 80.000 habitantes, numa superfície de aproximadamente 15,22 km², concentrando um conjunto significativo de vilas populares. Compreende uma parte do território municipal, situado na região leste e limite com município de Viamão, que compõe a Região Metropolitana de Porto Alegre. Segue ao longo de parte da

estrada João de Oliveira Remião e da Estrada João Antonio da Silveira, desde a Avenida Bento Gonçalves até o Parque Industrial da Restinga.

O crescente e contínuo aumento da população local não possibilita ter dados mais precisos quanto à densidade demográfica hoje. Nos últimos anos a região da Lomba do Pinheiro vem sendo procurada pelo seu grande potencial imobiliário, isso resultou a construção de 7 condomínios, várias cooperativas habitacionais, atingindo diferentes níveis sociais da população.

Com relação à geração de trabalho e renda é constatado que a região oferece a população poucas alternativas de trabalho, isso é verificado pelos dados oficiais acima indicados e comprovado pelo grande demanda que acessa os serviços básicos de assistência social da região.

Na pesquisa realizada pelo Programa de Atendimento a Família da instituição, através de uma amostragem, verificou-se o seguinte quadro:

a) A maioria das famílias é chefiada por mulheres, com média de idade 36 anos, tendo em média 5 filhos, tendo tido primeiro filho por volta dos 17 anos;

b) Situação domiciliar: casa própria, seguida por cedida; material da casa: madeira, alvenaria; situação do terreno: próprio, área verde; Instalação de água: irregular; Instalação de luz: irregular; 10% das famílias não possuem banheiro em casa,

c) Renda: 34,2% das famílias vivem com renda mensal entre 200 à 300 reais;

d) Agressão e violência: 45,7% já passaram por alguma situação de agressão física ou abuso sexual dentro de casa;

e) Drogas: 37,1% apresentam situação de alcoolismo e 28,6% de uso de drogas; 75,7% já vivenciou situações de tráfico de drogas,

f) Violações civis: 62,9% vivenciaram situações de tiroteios, 51,4% batidas policiais, 51,4% assaltos ou roubos; 30% já tentaram cometer suicídio (72,2% com o uso de substâncias químicas e 23,8% com faca, tesoura ou canivetes, tendo tentado 52,4% (por problemas familiares);

g) Situação de rua: 34,2% das famílias possuem algum membro que já passou ou passa algum tempo na rua;

h) Educação: 8,5% dos entrevistados estudaram, na maioria, até a 3ª série.

Segundo o IBGE-Censo 2000, 37,52 % da população da região, entre zero e dezoito anos encontra-se em situação de vulnerabilidade social.

Ainda dentro do contexto da região é importante salientar a presença de vários estabelecimentos comerciais e da área da construção civil, UTC – Unidade de Triagem e

Compostagem, bem como a presença de uma empresa de alta tecnologia de Chip chamada CEITEC – Centro de Excelência em Tecnologia Avançada.

1.1.1 MAPEAMENTO DA REGIÃO LOMBA DO PINHEIRO:

a) Centro Referencia da Assistência Social:

- CRAS – Centro Regional de Assistência Social.
- CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social

b) Centro Administrativo Regional Lomba do Pinheiro

c) Conselho Tutelar:

- Conselho Tutelar da Microrregião 09

d) Educação e equipamentos de Ensino:

- 07 Escolas Estaduais:
- 04 Escolas Municipais:
- 17 Escolas de Educação Infantil
- 01 Escola Particular:

e) Equipamentos de saúde:

- Unidade Básica Saúde Mapa
- Posto de Saúde Familiar Herdeiros
- Posto de Saúde familiar Esmeralda
- Posto de Saúde Familiar Viçosa
- Posto de Saúde Familiar Panorama / Unidade Básica de Saúde Panorama
- Posto de Saúde Familiar Lomba do Pinheiro
- Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro
- Posto de Saúde Familiar São Pedro

f) Instituições:

- Centro de Promoção da Criança e do Adolescente – CPCA Casa Sede, Casa São Francisco e Casa Santa Clara.

- Associação de Moradores Recreio da Divisa.
- Casa da Criança Algodão Doce.
- Associação dos Amigos da Vila São Francisco de Assis
- Associação Beneficente Creche São Pedro
- Creche Comunitária Nossa Senhora Aparecida Associação dos Moradores da Vila Pinhal
- Associação Comunitária Recreio da Divisa
- Associação dos Moradores Vila Nova São Carlos
- Associação Beneficente Creche São Pedro

1.1.2 MAPEAMENTO DA REGIÃO PARTENON

Nas ações desenvolvidas em outras regiões, estão as do bairro Partenon. Composta pelos bairros: Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa e, dentro destes, as vilas/comunidades: São Pedro (Cachorro Sentado), Maria da Conceição, Campo da Tuca, São Miguel, São Judas Tadeu, Alameda, Vila Vargas, Santa Maria, Comunitária, Santana do Agreste, Morro da Cruz, Ceres, Intercap, Sargentos, Saibreira, Chácara dos Bombeiros, Loteamento São Guilherme e Jardim Bento Gonçalves. O Partenon tem 120.338 habitantes, representando 8,84% da população do município; com área de 14,57 km², representa 3,06% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 8.259,30 habitantes por km². Segundo os índices publicados no *Observapoa*, a região tem 29,95% de sua população composta por crianças e adolescentes, a taxa de analfabetismo geral é de 4,2% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 7,1 salários mínimos.

a) Caracterização da População Partenon (IBGE 2000):

- Gênero: sexo masculino: 48,5%, sexo Feminino: 51,5% - até 1 ano: 1,8% - de 1 à 5 anos: 8,8% - de 6 à 12 anos: 12% - de 13 à 21 anos: 14,4% - de 22 à 59 anos: 51,7% - de 60 anos e mais: 11,2%.

b) Desenvolvimento econômico:

- Homens trabalham como frentistas, serventes, pedreiros, vendedores, autônomos, biscateiros;
- Mulheres geralmente são donas de casa ou fazem serviços domésticos;

- Aposentados e pensionistas (geralmente com maior grau de instrução);
- Elevado número de desempregados;
- Alto nível de analfabetismo focalizado nas áreas mais vulneráveis;
- Alto índice de mulheres como chefes de família;
- Prevalece setor de serviços: Comércio (eixo Bento), serviços e atividades informais de alta precariedade;

c) Educação e equipamentos públicos de Ensino:

- 41 Creches comunitárias
- 05 Escolas de ensino elementar
- 22 Escolas de ensino fundamental
- 07 Escolas de ensino médio
- 01 Curso supletivo
- MOVA
- EJA

d) Equipamentos de Assistência Social

- A região Partenon conta com 29 equipamentos de Assistência Social (entre próprios e conveniados) os quais executam diversos Programas e Projetos, tais como Creches Comunitárias, SASE, Trabalho Educativo, Programa Família, Programa de Atenção ao Idoso, Oficinas de geração de trabalho e renda, Pró-Jovem Adolescente, Jovem Aprendiz, atendimentos terapêuticos, esportes e lazer, etc.

e) Equipamentos de saúde

A região do Partenon conta com os seguintes equipamentos de saúde:

- PSF Pitoresca I (Jardim Bento Gonçalves)
- PSF Ernesto Araújo (Morro da Cruz)
- UBS 2 - Vila Vargas
- UBS 3 - Saldanha da Gama
- UBS 6 – Vila São Miguel
- UBS 7 - Campo da Tuca
- UBS 8 - Morro da Cruz (HMV)
- US Bananeiras (Vila São Pedro e imediações da Av. Aparício Borges)

- US Pequena Casa da Criança
- US São Carlos
- US São José
- Hospital São Lucas (PUCRS)
- Hospital Psiquiátrico São Pedro
- Sanatório Partenon
- Núcleo de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (NASCA)
- Equipe de Saúde Mental Lomba e Partenon

f) Conselho Tutelar:

Conselho Tutelar da Microrregião 04

O Partenon é uma região de contrastes. A leitura dos índices apresentados acima pode sugerir que a região apresenta razoáveis condições de vida, no entanto, nossa prática enquanto operadores da Assistência Social evidencia importantes focos de vulnerabilidade, devido à concentração de vilas existentes na região.

No que se refere à política de Educação, a região se destaca como uma das mais desfavorecidas. O reflexo disso pode ser identificado, por exemplo, nos altos índices de gravidez precoce, mortalidade infantil, baixa adesão aos programas de prevenção de doenças, altos índices de violência, sobretudo doméstica, conforme aponta documento da gerencia distrital da saúde – Lomba e Partenon. A conseqüente desqualificação para o trabalho e a falta de perspectivas causa sofrimento mental e uso acentuado de psicotrópicos, principalmente entre as mulheres. O abuso de drogas lícitas e ilícitas está cada vez mais presente entre os jovens, não sendo esta uma característica exclusiva da referida região.

Outro índice relevante a ser apontado diz respeito à aplicação de Medidas Sócio-Educativas (MSE) pela 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude. Conforme os dados estatísticos do Programa Municipal de Execução de Medidas (PEMSE), os adolescentes da região Partenon e Lomba do Pinheiro (CR 04) representam ¼ dos atendimentos do programa em toda a cidade de Porto Alegre.

1.1.3 MAPEAMENTO DA REGIÃO LESTE:

A Instituição também desenvolve atividade na região **Leste** da cidade. Esta região, conforme dados do Observa POA, é composta pelos bairros: Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim. Possui 118.923 habitantes representando 8,74% da população do município. Com área de 15,41 Km², 3,24% do município, sendo sua densidade demográfica de 7.717, 26 habitantes por Km². A taxa de analfabetismo é de 4,4 e o rendimento médio dos responsáveis é de 8,47 salários mínimos. Identifica-se uma grande disparidade na distribuição de renda nesta região. O Bairro Três Figueiras tem média de 38,4 salários mínimos por responsáveis domiciliares, enquanto a média do Bairro Bom Jesus é de 4,9.

O Bairro Bom Jesus tem origem na área de 1.063 hectares que Manuel Ferreira Filho, herdeiro do Barão do Caí, recebeu no final do século XIX. Com sua morte, em 1918, a propriedade foi partilhada entre suas irmãs, e a parte próxima à Estrada Caminho do Meio (atual Avenida Protásio Alves), foi vendida a uma empresa imobiliária, que a dividiu e loteou no final da década de 1920. Mais tarde, esta área ficou conhecida como Bairro Bom Jesus. Dividindo-se nas Vilas Fátima e Pinto.

Em razão da sua distância do centro da cidade, e pela falta de infra-estrutura básica, os terrenos foram vendidos à população de baixa renda e a famílias oriundas do interior do estado por preços mais acessíveis. A ocupação da zona mais baixa (Nossa Senhora de Fátima), torna-se mais efetiva a partir da década de 1960, sendo que a maioria das ocupações desta região ocorreu de forma irregular, ou por loteamentos sem infra-estrutura.

A criação de associações comunitárias foi a solução encontrada pelos moradores do bairro para solucionar os problemas da região. Uma das mais importantes conquistas foi a instalação da Unidade de Saúde Bom Jesus, inaugurada em janeiro de 1996.

Bom Jesus é um bairro essencialmente residencial, dispondo de pequeno comércio e serviços. O perfil étnico-social de seus moradores é bastante heterogêneo, o que é demonstrado pela diversidade religiosa e cultural existente no bairro.

O Bairro Jardim Carvalho possui em seu território uma gama de pequenos núcleos residenciais que o complementam, atuando muitas vezes como espaços “autônomos” dentro do bairro. São eles: Cefer I e II, Jardim das Bandeiras, Vila dos Sargentos, Vila Grécia, Jardim Nossa Senhora das Graças, Vila Brasília e Conjunto residencial Ipê II. A maioria destes núcleos se formou em meados do século XX, período que Porto Alegre se expandia e requisitava novos espaços urbanos.

Dois principais avenidas de Porto Alegre, Ipiranga e a Protásio Alves, são os limites norte e sul do bairro e, ligando-as, temos a Avenida Antonio de Carvalho, que atravessa todo o bairro.

Esta avenida teve suas faixas duplicadas no início da década de 1990, e trata-se de uma via de integração muito importante e de tráfego intenso, principalmente nos horários de pique.

Nos limites do bairro encontra-se o Hospital Independência, com significativa capacidade de atendimento, localizado na avenida Antonio de Carvalho, porém por motivos legais e administrativos encontra-se fechado por tempo indeterminado.

Algumas empresas fundamentais para a cidade também possuem sede no bairro, como a CEEE e o DETRAN, localizadas na Avenida Ipiranga. O bairro tem várias perspectivas de crescimento, e há uma previsão da instalação de um grande centro comercial, localizado na Avenida Ipiranga, esquina com a Avenida Antônio de Carvalho.

O bairro é basicamente residencial, com uma rede de atendimentos básicos, tais como farmácia, mini-mercados, etc.

O Bairro Três Figueiras, originalmente, era formado de chácaras ocupadas por negros alforriados, que construíram suas casas com pouquíssima infra-estrutura, mas com um desenvolvimento de seu culto à religião africana.

Polêmico assunto instaurado na mídia em 2005, situa-se no bairro um dos últimos quilombos na cidade de Porto Alegre, o da “Família Silva”, sendo objeto de um laudo histórico-antropológico, sob a orientação da Fundação Cultural Palmares que, por essa ótica, reconhece a identidade afro-brasileira e do direito ao território, que teria sido ocupado há mais de setenta anos.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento das áreas próximas ao centro, muitas instituições, na urgência de expansão, deslocaram-se para regiões mais afastadas, como o Colégio Anchieta. Fundado em 1890 pelos jesuítas, teve seu início na Rua Duque de Caxias, mas com o aumento significativo do número de alunos, houve a necessidade da ampliação de suas instalações, o que era inviável na região central.

Assim, em 11 de novembro de 1967, inaugura-se no bairro Três Figueiras a nova sede, junto à Av. Nilo Peçanha. Outra tradicional escola que se deslocou para o bairro foi o Colégio Farroupilha, fundado pela Associação Beneficente Alemã, e primeiramente localizado na Rua Senhor dos Passos desde 1886, passando em 1895 para sede própria na Av. Alberto Bins. Com o crescimento do número de matrículas, foi necessária sua ampliação, e a opção foi a aquisição de uma chácara no ano de 1928, que veio sediar a escola.

Bairro caracteristicamente residencial, o Três Figueiras tem grande circulação de veículos não só em função dessas grandes escolas, mas por ser um dos caminhos para o Shopping Iguatemi, localizado próximo à divisa com o bairro Passo d’Areia.

A Vila Jardim tem uma população muito heterogênea: seus habitantes são oriundos do interior do Rio Grande do Sul e também de outras regiões da cidade que, a partir da década de 70 e 80, migraram para Vila Jardim, em função da valorização de seus antigos locais de residência. Atualmente, de acordo com dados do último censo do IBGE, a Vila conta com uma população de 14.251 moradores. Bairro de classe média baixa, predominantemente residencial, dispõe de pequeno comércio e serviços, dispostos nas avenidas do Forte e Saturnino de Brito, principais vias do bairro.

O Bairro Chácara das Pedras tem suas primeiras ocupações por volta do final do século XIX e, deste período até as décadas de 1940-1950, a região foi pouco habitada. Quanto à denominação, o cronista Ary Veiga Sanhudo diz que se deu em função do grande número de pedras que existiam na região, anterior a sua efetiva ocupação. A construção do Shopping Iguatemi nos anos de 1980 impulsionou o desenvolvimento do bairro, bem como contribuiu para valorização dos imóveis ali localizados.

Atualmente, o bairro faz parte da zona nobre da cidade, onde as residências e edifícios apresentam bela arquitetura, sobretudo os localizados na Avenida Nilo Peçanha. A Chácara das Pedras guarda características residenciais, possuindo um bom número de moradias horizontais, e a região dispõe de comércio e serviços, especialmente em torno da citada avenida.

Quanto às opções de lazer e entretenimento, além da proximidade com o já citado Iguatemi, e também com o shopping Bourbon Country, inaugurado em 2001, há um bom número de praças arborizadas. Atualmente é um dos bairros residenciais mais procurados, considerando sua tranquilidade.

O Bairro Jardim Botânico tem em seu espaço um parque que deu origem ao bairro: trata-se do Jardim Botânico, aberto ao público em 1958. A idéia esteve presente por muito tempo nos ideais de Porto Alegre. Apesar disto, o “sonho” só foi concretizado a partir da lei nº 2136 do ano de 1953, com a designação de uma área para implantação do parque. Antes disso, a área foi conhecida por outros nomes, como Vila Russa e Vila São Luís.

Pode-se dizer que o bairro possui um crescimento gradual. De acordo com alguns autores, além do próprio Jardim Botânico, o desenvolvimento do bairro se deu a partir das melhorias e ampliações da Avenida Ipiranga.

Já em termos habitacionais, no final dos anos de 1970 houve um investimento considerável, através do condomínio Felizardo Furtado, que abriga uma população de mais de cinco mil pessoas. Outro fator de movimentação para área foi a Escola Superior de Educação Física (ESEF), institucionalizada no ano de 1939, quando foi exigida a formação profissional dos professores de Educação Física. Nestes primeiros tempos, as aulas aconteciam em locais

cedidos por outras instituições, sendo transferida para sua sede própria em 1963, e agregada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1969.

Atualmente o bairro possui uma ampla rede de transportes e um considerável comércio local, que se estende desde pequenos estabelecimentos comerciais até grandes redes de supermercado. É dentro do Jardim Botânico que está localizado também um dos mais completos núcleos hospitalares do Estado, o Hospital São Lucas, que foi aberto ao público no ano de 1976. A instituição atende hoje a convênios particulares e também ao Sistema Único de Saúde.

O Bairro Jardim do Salvo, desmembrado da Vila Bom Jesus, caracteriza-se por ter se desenvolvido a partir de grandes vias, como Cristiano Fischer e Ipiranga. O projeto de construção desta corresponde à administração de Loureiro da Silva, que retomou o Plano de Melhoramentos da cidade de 1914 que, entre outros, previa a retificação do Arroio Dilúvio. Mais recentemente, uma outra grande obra viária, a Terceira Perimetral, que já teve a primeira parte de suas obras concluídas, mobilizou sensivelmente a região. Nestas grandes avenidas, podemos perceber um considerável contraste em relação ao nível do comércio do bairro, pois passaram a oferecer alternativas àqueles estabelecimentos até então ali existentes. Atualmente, o Jardim do Salvo é muito procurado por alunos do interior, principalmente pelos que estudam ou estudarão na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O Morro Santana integra uma das áreas do território da cidade sem denominação e delimitação oficial. As vilas mais conhecidas são a Vila Tijuca, Vila das Laranjeiras e Vila Nova Tijuca.

O início da ocupação da região do Morro Santana está ligado à doação da sesmaria a Jerônimo de Ornellas e à fundação de sua fazenda. Em 1762, Ornellas vendeu sua propriedade. Dez anos mais tarde, o governador da capitania da Vila de Porto Alegre desapropriou a fazenda com o fim de renovação da demarcação para o assentamento de famílias açorianas. Esta partilha gerou as chácaras produtivas que ocupavam o Morro Santana até meados do século XX.

Um dos principais sítios do Morro Santana eram as terras onde se situava a Casa Branca. Esta casa foi ponto de encontro de políticos e intelectuais. Durante a Guerra dos Farrapos, a morada serviu de quartel-general para as forças rebeldes. Localizada onde é hoje a confluência das avenidas Protásio Alves e Antonio de Carvalho, a casa foi demolida em abril de 1972, mesmo com apelos e esforços do poder público no sentido da preservação do prédio como Patrimônio Histórico. Mesmo com a demolição, a Casa Branca ainda é lembrada pelos habitantes do bairro.

O início do processo de crescimento urbano na região se deu a partir de 1953, com a instalação das empresas loteadoras Territorial Ltda. e Fachin & Companhia. Esta última foi incorporada pela Territorial Ltda. em 1964.

Uma das características do bairro é o movimento comunitário. A primeira associação criada foi a Sociedade Beneficente Recreativa da Vila Protásio Alves – SOBREVIPA.

A partir dos anos 80, novas entidades comunitárias foram criadas na região, com o objetivo de intermediar as questões relativas à comunidade junto ao poder público.

A transferência da sede do Esporte Clube Cruzeiro em 1971 para a região e a instauração das Faculdades Porto-alegrenses, em 1974, impulsionou o desenvolvimento urbano e populacional do Morro Santana.

a) Caracterização da População Leste (Dados do ObservaPoa)

- Sexo Masculino 47,62%
- Sexo Feminino 52,38%
- Crianças com até 6 anos de idade ____ 12,24%
- De 7 a 14 anos _____ 15,98%
- De 15 a 19 anos _____ 9,45%
- De 22 a 59 _____ 56,2%
- 60 anos ou mais _____ 10,4%
- Crianças e adolescentes em situação de rua 11,81%

b) Centro Referencia da Assistência Social:

- CRAS – Centro Regional de Assistência Social.
- CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social

c) Centro Administrativo Regional

d) Conselho Tutelar:

- Conselho Tutelar da Micro Região 03

e) Educação e Equipamento de Ensino

- 06 Escolas Municipais:
- 20 Escolas Estaduais:

f) Instituições:

- AELCA - Associação Evangélica Luterana de Caridade
- ALAN - Associação Liga de Amparo aos Necessitados
- Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nova Tijuca
- Associação Comunitária Santa Rita de Cássia
- Associação de Amigos da Escolinha Comunitária Crianças do Futuro
- Associação de Moradores da Vila das Laranjeiras
- Associação de Moradores da Vila Tijuca
- Associação Educacional Nossa Senhora de Fátima
- Associação Madre Teresa de Jesus
- Associação Missionária de Beneficência São José
- Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
- Cantinho Dos Piás - Conselho de Pais da Creche Cantinho dos Piás
- Centro Cultural James Kulisz
- Integração Dos Anjos - Associação Integração dos Anjos
- Nossa Senhora Aparecida (Vila Pinto) - Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida
- Sagrada Família - Conselho de Pais e Moradores da Creche Sagrada Família
- Sociedade Comunitária Herófilo de Azambuja
- Tia Beth - Associação de Moradores da antiga Vila Divinéia
- Três Corações - Clube de Mães Crecheiras

g) Equipamentos de Saúde

- UBS Morro Santana
- UBS Vila Jardim
- ESF Jardim Carvalho
- ESF Jardim Protásio Alves
- ESF Mato Sampaio
- ESF Tijuca
- ESF Laranjeiras
- ESF Vila Brasília
- ESF Vila Pinto
- Unidade Barão do Bagé

- Unidade SESC
- Unidade Jardim Itu
- Centro de Saúde Bom Jesus
- PSF Vila Jardim

1.2 EVOLUÇÃO AO LONGO DE 31 ANOS X MARCO LEGAL

O CPCA inicia suas atividades em 1979 com a abertura da “**Creche dos Freis**”. Fundada por Frei Bruno Goettens. No princípio a preocupação era garantir aos trabalhadores provenientes do êxodo rural um espaço onde os pais pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Neste mesmo ano altera sua razão social para “Centro de Promoção do Menor” e estabelece parceria com a Missionszentrale der Franciskaner – MZF.

Em 1986 a instituição firma nova parceria, agora com a Kindernothilfe – KNH. Novos desafios são postos. Se faz necessário, a partir deste momento, trabalhar com métodos, ampliam-se os objetivos, reordena-se os serviços ofertados e altera-se a forma de organização da entidade como um todo.

Observando a linha do tempo (figura p. 21), que destaca a evolução da instituição e a evolução do marco legal da Assistência Social, podemos constatar que o CPCA, a cada parceria firmada e a cada nova legislação, não só amplia seus serviços, programas e projetos, mas também mantém uma preocupação constante com sua adequação e qualidade, sempre convicto de sua missão, visando à plenitude da visão da entidade e seguindo fielmente seus princípios e diretrizes no desenvolvimento de suas atividades.

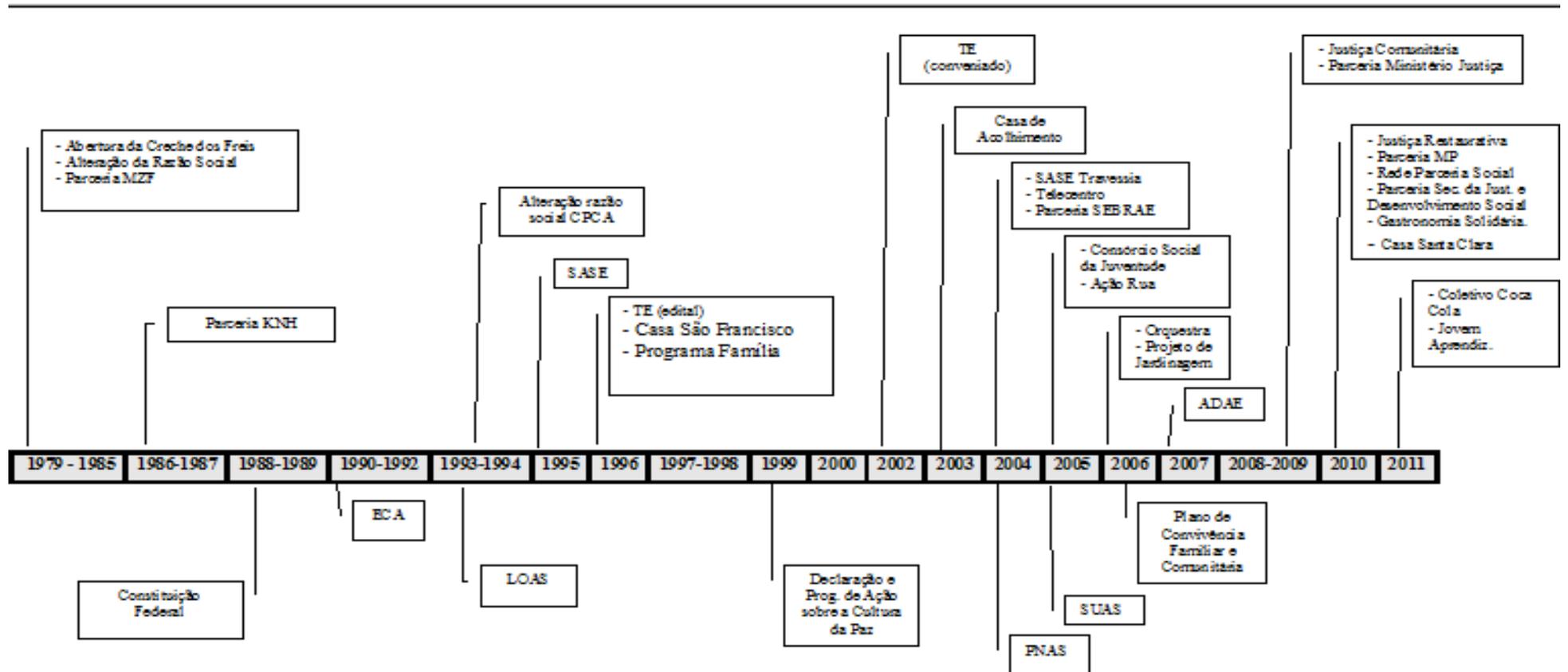
A Carta Magna de 1988 é o marco inicial da Assistência Social no Brasil. A “Constituição Cidadã”, como foi chamada, confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência, constituindo, no mesmo nível da saúde e da previdência o tripé da Seguridade Social. Esta Constituição, por meio de seu artigo 227, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em pleno desenvolvimento, estando sob a responsabilidade da família, do poder público e de toda a sociedade,

Conforme expresso na Constituição Federal, têm a família, a sociedade e o Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os seus direitos fundamentais, além de colocá-los à salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), A Declaração e Programa de Ação sobre a Cultura da Paz, a Política Nacional da Assistência

(PNAS), o SUAS e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Crianças e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, são legislações que normatizam, complementam e asseguram o que fora garantido na Constituição Federal e, serão alvo de maior atenção no decorrer deste trabalho.

1.3 LINHA DO TEMPO



2. PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

2.1 MISSÃO

Incidir no processo de desenvolvimento integral do público alvo da assistência social, com vistas a sustentabilidade e fortalecimento da comunidade com base nos princípios franciscanos de respeito a vida e justiça social.

2.2 VISÃO

Ser uma instituição necessária, integrada e pertinente, reconhecida pela sociedade por sua excelência na garantia das seguranças de acolhida, de convívio familiar, comunitário e social, e de desenvolvimento de autonomia.

2.3 PRINCÍPIOS

- Todo cidadão é filho de Deus;
- A VIDA é sagrada – está acima de qualquer outra opção,
- Justiça Social – onde a vida está mais ameaçada e fragilizada é onde deve-se dar mais atenção e fomentar uma ação articulada ;
- O jeito de se fazer as coisas, ou ensinar algo, é fundamental sem, no entanto, desprezar a importância do conteúdo;
- Política de Assistência Social emancipadora - que contribua para o processo de desenvolvimento integral do sujeito.

2.4 DIRETRIZES

- Dimensão ecológica – a compreensão franciscana de ecologia convida a sermos guardiões da criação – devemos tornar o amargo em doçura;
- Busca constante da humanização – através de relações fraternas, solidárias, de respeito e de construções coletivas;
- Centralidade na família – com o fortalecimento de suas funções básicas de proteção, de socialização, de referência moral, de identidade grupal e de mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado;

- Participação Popular – Estímulo constante ao protagonismo, utilizando o amor como meio de resgate de si próprio (aceitação de si), e da capacidade de conviver e estabelecer relações construtivas;
- Operacionalização da Política de Assistência Social em Rede – com planejamento e intervenções intersetoriais, articulando as diversas instituições envolvidas, principalmente as das áreas da educação, saúde e geração de trabalho e renda;
- Estabelecimento de Parcerias – Com organizações governamentais, não governamentais e segmentos empresariais, na captação de recursos e qualificação das atividades desenvolvidas de forma a multiplicar efeitos e resultados desta Entidade;
- Implantação da Gestão de Pessoas – que reconheça a natureza e a especificidade do trabalhador e também o conteúdo intersetorial de sua atuação, as relações internas e externas – com ênfase na comunicação não violenta e, tendo como base a atividade fim da Instituição e os princípios franciscanos.

2.5 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Assegurar, conforme a legislação vigente, o atendimento em Regime de Apoio Sócio Educativo e Sócio-Familiar, às crianças, aos adolescentes com direitos ameaçados ou violados, bem como a suas famílias, num trabalho articulado em rede, visando à proteção integral e o exercício efetivo da cidadania, por meio de intervenção sócia pedagógica afirmativa, franciscana que desperte e busque garantir a cada sujeito envolvido na ação, a plena construção e vivência de Projetos de Vida que ambicionem a auto-realização.

Objetivos Específicos

- a) Desenvolver um processo pedagógico que vise a socialização e a organização, das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, despertando e estimulando o desejo, o senso crítico e a capacidade de, enquanto agente, interagir na vida afetiva e comunitária e no mundo do trabalho;
- b) Propor vivências que tenham por base o exercício da iniciativa, da liberdade, da participação e da capacidade de comprometimento (responsabilidade) pessoal e interpessoal, no resgate e construção da consciência crítica de sua realidade pessoal e social;

- c) Contribuir na construção de um projeto de vida, que respeite a sua trajetória histórico-cultural e valorize a capacidade de sonhar e a identidade pessoal e comunitária das crianças e adolescentes;
- d) Oportunizar vivências adequadas a cada faixa etária resgatando e construindo a expressão cultural em suas diferentes linguagens; o esporte, a recreação e o lúdico; a promoção da saúde na prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida;
- e) Promover o diálogo pleno com vistas ao desenvolvimento, o aprendizado da convivência e da colaboração entre os diferentes grupos etários;
- f) Ser um espaço de acolhimento aberto e proteção da pessoa na perspectiva de assegurar direitos na prá-ação em contraposição às alternativas de acolhimento institucional;
- g) Contribuir para o ingresso, retorno, permanência e sucesso na escola, com vínculo e articulação contínua com a rede formal de ensino;
- h) Viabilizar o acesso das crianças, adolescentes e suas famílias a programas e serviços da Rede de Atendimento;
- i) Promover o envolvimento, a integração e a participação da família em todas as etapas das ações do Serviço de Apoio Sócio Educativo, para que esta, como principal agente de proteção, atue no sentido de resguardar e garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes;
- j) Conceber o papel de educador como integrante do processo, com função articuladora e mediadora, a fim de ajudar a criança/adolescente na construção da autonomia;
- k) Manter os espaços e as alternativas de formação continuada e trocas pedagógicas entre os educadores e demais profissionais envolvidos na ação pedagógica com vistas a excelência pessoal e profissional dos mesmos;
- l) Garantir o acolhimento e o acompanhamento a crianças e a adolescente em situação de rua, bem como suas famílias, pela rede de serviços, pela comunidade e aqueles oriundos das abordagens;
- m) Fortalecer vínculos familiares e comunitários de crianças e de adolescentes em situação de rua, buscando ampliar sua rede e pertença social e comunitária, espaços de proteção;
- n) Assegurar direitos a toda a criança e a todo o adolescente que compreender o território de abrangência da instituição, conforme preconiza a legislação;
- o) Contribuir para a articulação da rede de serviços sócio-assistenciais com as demais políticas públicas e instituições que compõem o sistema de direitos e movimentos sociais, buscando a ampliação e qualificação dos serviços;

- p) Promover o processo de mediação de conflitos familiares e comunitários, produzindo novo parâmetro relacional sócio cultural e agindo de forma propositiva na construção da pacificação pessoal e social;
- q) Democratização e o acesso a justiça, por meio de ações afirmativas que tratam os conflitos como forma inerente a condição humana, mas que pode ser tratado como algo que gera crescimento e não desconforto;
- r) Operar com ações restaurativas que empoderam a comunidade no sentido de que ela alcance formas de contribuir com a retomada dos projetos de vida de jovem que tenha entrado em contato com autoria do ato infracional;
- s) Trabalhar com ações restaurativas como estratégia de construção de novos projetos de vida para jovens que estejam ou estiveram em conflito com a lei;
- t) Promover as diferentes formas de cultura como alternativa de encontrar na sensibilidade da expressão uma das chaves para o pleno desenvolvimento da pessoa;

2.6 METAS INSTITUCIONAIS

Meta nº 1. : Implementação do Plano de Intervenção Sócio Educativo – PISE ¹ - até março de 2012.						
Objetivos: Qualificar as intervenções técnico-pedagógicas junto às famílias, estimulando o protagonismo do sujeito atendido visando à superação de suas vulnerabilidades.						
Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Elaboração do Plano de Intervenção Sócio Educativo.	Realização de reuniões e grupos de trabalho. Sistematização um instrumento de registro de dados para uso comum dos programas, serviços e projetos do CPCA.	Em 2011.	Direção Pedagógica, Coordenações e Técnicos sociais.	Instrumentos utilizados por todos os programas executados na entidade; SINASE; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.	100% dos programas da instituição utilizando-o em março/2012.	Avaliação da construção do instrumento nas reuniões mensais do PISE.

<p>Implantação do Plano de Intervenção individual e familiar;</p>	<p>Apresentação do instrumento de registro à totalidade dos colaboradores do CPCA;</p> <p>Capacitação os colaboradores para utilização do instrumento;</p> <p>Aplicação do instrumento como base para o atendimento e acompanhamento individual e familiar, durante o primeiro ano, como Projeto</p>	<p>Implementação: março/2012;</p> <p>Projeto Piloto: 1 ano, a partir de março de 2012;</p> <p>Execução: durante o período de vigência do PPP.</p>	<p>Direção Pedagógica, Coordenações e Equipes.</p>	<p>Registro de dados das equipes da entidade, bem como registros efetivados por outros serviços que atendem a mesma família.</p>	<p>Número de Planos elaborados;</p> <p>50% das famílias atendidas em cada programa até o ano 2014;</p> <p>80% das famílias atendidas em cada programa até o ano 2017.</p>	<p>Relação nominal das famílias atendidas por programa/serviço/projeto;</p> <p>Avaliação e monitoramento mensal pelas Coordenações com as equipes;</p> <p>Reuniões de Gestão.</p>
---	--	---	--	--	---	---

	<p>Piloto.</p> <p>Avaliação e aplicação durante o primeiro ano e promover ajustes, se necessário.</p> <p>Utilização do PISE na metodologia de trabalho.</p>					
<p>Articulação e fortalecimento da equipe de técnicos da instituição para implementação do plano de intervenção socioeducativo.</p>	<p>Elaboração do plano de intervenção socioeducativo com a família e técnicos responsáveis;</p> <p>Realização de Reuniões mensais</p>	<p>Anual</p>	<p>Técnicos do CPCA</p>	<p>Consulta no sistema informatizado do CPCA;</p> <p>Prontuários de atendimento;</p>	<p>75% de adesão das famílias ao acompanhamento do plano de intervenção.</p> <p>Participação da família em todos os níveis de consecução do plano de</p>	<p>Reuniões mensais;</p> <p>Relatórios das reuniões;</p>

	<p>com a equipe técnica;</p> <p>Criação de instrumentos de intervenção socioeducativo;</p> <p>Efetuação de estudos de casos e articulação com a rede interna e externa;</p> <p>Alimentação do sistema informatizado do CPCA.</p>				<p>intervenção;</p> <p>Superação parcial ou total da vulnerabilidade identificada no plano de intervenção.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

<p>Organização de espaços de reflexão para que as famílias repensem o papel dos espaços educativos formais.</p>	<p>Motivação e divulgação de vagas, juntamente com as escolas.</p> <p>Acompanhamento familiar.(atividade)</p> <p>Ações conjuntas com as escolas. (atividade)</p>	<p>Anual</p>	<p>Técnicos e educadores</p>	<p>Controle de frequência escolar.</p>	<p>100% de crianças e adolescente matriculados</p> <p>Maior adesão dos adultos na escola.</p>	<p>Frequência escolar.</p> <p>Visitas institucionais.</p>
<p>Organização de espaços de Alfabetização para jovens e adultos na instituição.</p>	<p>Busca de parcerias com a SME e outras instituições.</p> <p>Formação de uma turma de alfabetização de adultos.</p>	<p>Anual</p>	<p>Gestão</p>	<p>Estabelecer efetivação nas parcerias.</p> <p>Adesão</p>	<p>75% de presença e aproveitamento</p>	<p>Frequência</p> <p>Plano de aula.</p>

Meta nº 2. : Articulação da Instituição com a família e com a comunidade.						
Objetivos: Legitimar o vínculo do CPCA com o educando e sua família a fim de contribuir na superação das vulnerabilidades sociais, contribuindo na qualificação profissional das famílias para a geração de renda e sua inserção no mundo de trabalho.						
Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Execução de oficinas de formação e preparação para a geração de renda.	Organização de oficinas de Informática, culinária e customização.	Anual	Coordenação Pedagógica da Casa Sede e educadores.	Adesão das oficinas	75% de frequência e aproveitamento das atividades propostas.	Instrumentos de avaliação: produto final.
Criação e ampliação de Parcerias (financeiro, etc.)	Busca de parcerias no sentido de proporcionar atividades de qualificação.	Anual	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Número de instituições parceiras	Efetivação das parcerias e renovação das mesmas.	Através da assinatura do termo de compromisso; Relatórios; Reuniões.
Efetivação do conselho de famílias;	Mobilização das famílias; Realização de reuniões mensais;	Anual	Técnicos do CPCA: Fortalecimento de 06 a 14, Fortalecimento de	A participação das famílias;	75% da participação das famílias;	Relatórios; Reuniões; Ações propostas.

	Criação de estratégias para fortalecimento do grupo a partir de dinâmicas.		vínculos de 14 a 18, Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e Ação Rua.			
Criação de um grupo de socialização familiar;	Encontros sistemáticos; Terapia comunitária; Oficinas de arte terapia; Workshop ; Palestras temáticas;	Anual	Técnicos do CPCA e educadores.	A participação das famílias;	Fortalecimento da autoestima e autonomia; 75% da participação das famílias nos encontros;	Lista de presença; Registros das atividades. Execução dos planejamentos;
Organização de reuniões com as famílias	Reuniões com as famílias. Debates de temas pertinentes à cultura da	Semanal	Técnicos da instituição	Evolução de prontuários.	Participação de 50% das famílias atendidas.	Relatórios Fotos Depoimentos

	<p>paz.</p> <p>Debates de temas do cotidiano (asseio, sexualidade, contracepção, etc)</p> <p>Superação e ruptura dos ciclos transgeracionais.</p>					
<p>Criação de atividades, lúdicas, culturais e esportivas.</p> <p>Criação de um Círculo de Responsáveis da Família para participação na Gestão deste Projeto.</p>	<p>Festa da Família,</p> <p>Passeios com educandos e familiares.</p> <p>Visitas Domiciliares.</p> <p>Oficinas desenvolvidas por familiares.</p> <p>Gincanas e Eventos esportivos.</p>	<p>De janeiro a dezembro.</p>	<p>Educadores sociais.</p> <p>Coordenadores Pedagógicos.</p> <p>Técnicos sociais e demais funcionários da Instituição.</p>	<p>Reunião com as famílias.</p> <p>Visitas domiciliares.</p> <p>Pesquisa interna na instituição.</p> <p>Pesquisa em fontes publicitárias</p>	<p>A efetiva participação das famílias na rotina institucional.</p> <p>Diminuição da evasão do espaço Institucional dos educandos.</p> <p>Pesquisa de satisfação com as famílias.</p>	<p>Reuniões bimestrais com as famílias.</p> <p>Reuniões com educadores (mensais).</p> <p>Relatório e avaliação das atividades desenvolvidas.</p>

Captação de Renda para as despesas dos passeios.	Seminários informativos para as famílias.			de eventos e locais culturais e de lazer.		
--	---	--	--	---	--	--

Meta nº 3. : Ampliação e fortalecimento dos espaços de formação permanente e integração da equipe de colaboradores do CPCA.

Objetivos: Qualificar a interlocução entre os diversos serviços, programa e projetos, a fim de que todos os profissionais envolvidos conheçam e apliquem a política institucional, proporcionando maior qualidade de vida aos colaboradores da instituição, em espaços e momentos de cuidado com cada um e com o sagrado de cada um.

Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Organização de espaços de reflexão e troca de conhecimento.	Reuniões Gerais Seminários Capacitações Oficinas	Anual	Equipe Gestora	Nível de satisfação e comprometimento dos profissionais	Participação Satisfação	Avaliação escrita. Registro de Ata
Realização de Reunião de formação.	Reunião de formação.	Semanal	Coordenador/a da equipe. Equipe de gestão.	Bibliografias Sites Assessoria e consultoria PPP	Cumprimento de 90% do cronograma. Participação de 100% da equipe.	Relatórios Fotos Lista de presença

					<p>Avaliação do conhecimento e aplicação da política institucional</p> <p>- Grau de satisfação do colaborador .</p>	
<p>Realização de Reunião geral institucional</p>	<p>Reunião geral institucional</p>	<p>Bimestral</p>	<p>Direção e Equipe de gestão</p>	<p>PPP</p> <p>Bibliografia</p> <p>Assessoria e consultoria</p>	<p>Cumprimento de 100% do cronograma</p> <p>Participação de 100% da equipe</p> <p>Avaliação do conhecimento e aplicação da política institucional</p>	<p>Relatórios</p> <p>Fotos</p> <p>Lista de presença</p>

					Grau de satisfação do colaborador em participar.	
Inserção de dados periódica no site institucional.	<p>Contratação de um técnico especializado</p> <p>Atualização do site enriquecido e condizente com o tamanho da instituição.</p>	<p>Até janeiro/2012</p> <p>Semanal</p>	O técnico responsável	<p>Sites especializados</p> <p>Consultoria especializada.</p>	<p>Nº de acessos por serviços, programa e projetos.</p> <p>Notícias atualizadas.</p> <p>Notícias coerentes com as políticas da instituição.</p>	Site atualizado
Promoção de Trocas pedagógicas	<p>Intercâmbio/ circulação entre os serviços, programa e projetos.</p> <p>Trocas pedagógicas.</p>	Bimestral	Gestão	<p>Bibliografia</p> <p>Consultoria</p>	Realização de 75% do planejado.	<p>Relatórios</p> <p>Fotos</p> <p>planejamento</p>

<p>Garantia de ações institucionais que promovam a qualidade de vida do colaborador.</p>	<p>Cuidados ao Cuidador</p> <p>Dinâmicas de reflexão, relaxamento, etc</p> <p>Ginástica Laboral</p> <p>Retiro</p>	<p>Diário</p> <p>Semanal</p> <p>Diária</p> <p>Anual</p>	<p>Direção, Gestão e demais colaboradores da instituição.</p>	<p>Bibliografias.</p> <p>Pedagogia Franciscana</p>	<p>Colaboradores felizes e bem humorados</p>	<p>Depoimentos.</p> <p>Parecer da coordenação.</p>
<p>Capacitação coletiva que atenda a demanda das equipes e dos projetos.</p> <p>Busca constante de crescimento, fortalecimento e humanização através de relações fraternas respeitando a construção do indivíduo</p>	<p>Workshops</p> <p>Sensibilizações</p> <p>Dinâmicas</p> <p>Cursos externos e internos.</p> <p>Momento de Espiritualidade.</p> <p>Capacitações.</p>	<p>De março a dezembro</p>	<p>Direção Pedagógica</p> <p>Coordenações</p>	<p>Pesquisa das Áreas Sociais e Humanas.</p> <p>Pesquisa de Satisfação.</p>	<p>Freqüente desligamento de profissionais</p> <p>Períodos de desmotivação,</p>	<p>Avaliação dos funcionários referente ao período institucional e a gestão continuada.</p> <p>Avaliação dos funcionários referente às capacitações oferecidas.</p> <p>Autoavaliação.</p>

<p>no seu intelecto, visando o fortalecimento espiritual e moral.</p>						
<p>Formação de um Comitê permanente voltado à capacitação e integração dos colaboradores da entidade, com base na Cultura da Paz e nos princípios da comunicação não-violenta.</p>	<p>Eleger os componentes; Formular o regimento do Comitê; Fazer o levantamento das necessidades institucionais; Estabelecer cronograma de atividades; Fazer reuniões de trocas de experiências; Contratar palestrantes, quando necessário; Promover debates sobre temas relevantes; Criar um formulário de satisfação do atendimento e</p>	<p>Comitê de exercício bienal.</p>	<p>Direção Pedagógica; Equipe de gestão institucional; Comitê devidamente eleito.</p>	<p>Base teórica conforme os temas elencados pela equipe; Base legal em consonância com as quatro políticas da instituição;</p>	<p>Índice de 75% de satisfação dos colaboradores da entidade; Atendimento a 50% das necessidades institucionais; Índice de 75% satisfação dos beneficiários referente ao atendimento e acompanhamento.</p>	<p>Tabulação dos dados; Apresentação de relatórios e prestação de contas; Cumprimento do cronograma; Reuniões periódicas entre o Comitê e os demais responsáveis pela ação; Avaliação ao final de cada atividade realizada; Avaliação ao final de cada exercício de dois anos.</p>

	acompanhamento para os beneficiários; Avaliar ao final de cada gestão.					
--	---	--	--	--	--	--

Meta nº 4 : Sensibilização e tomada de atitude propositiva com vistas a cultura da paz e comunicação não violenta						
Objetivos: Qualificar os colaboradores do CPCA para melhor incidir no processo de desenvolvimento integral das famílias atendidas, promovendo o processo de mediação de conflitos como prática cotidiana, o diálogo como base da intervenção.						
Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Desenvolvimento de espaços para reflexão de seus atos infracionais. Inserção em Projetos Sócio Educativos (ex. Protejo e Projovem, Trabalho Educativo e Jovem Aprendiz, Coca-	Grupos Operativos Atendimentos Individuais Atendimento Familiar Desenvolvimento das relações interpessoais Desenvolvimento do senso crítico, autoestima e protagonismo juvenil.	De janeiro a dezembro	Psicólogo Assistente social Educador Coordenador	Interlocução com a equipe do CREAS (PEMSE), família, escola. Pesquisas Sócio Familiar Ministério Público AJURIS	Frequência e participação nas atividades propostas	Relatórios dentro do período do cumprimento da medida sócio educativa Reuniões quinzenais com a equipe do CREAS Avaliação nos

Cola). Acompanhamento Sociofamiliar. Participação em grupos operativos com atividades lúdicas e de integração.						grupos operativos Autoavaliação
Promoção de espaços para reflexão dos atos e danos cometidos ao seu semelhante. Intervenção para a resolução do conflito mediante o conhecimento nas áreas jurídicas e psicossociais. Construção de atitudes positiva utilizando se da cultura da paz e da	Acolhida Afetiva do sujeito. Encaminhamento do caso pra equipe. Discussão do caso em equipe. Reunião com as partes envolvidas com o conflito. Atendimento jurídico individual, caso haja necessidade. Atendimento psicológico	De janeiro a dezembro	Mediadores Psicóloga Assistente Social Advogado Coordenador Secretário	Associação Comunitária Escolas locais Comunidade Busca Espontânea Famílias Acompanhadas pela instituição	Diminuição ou ausência da violência na comunidade local Utilização efetiva da Comunicação Não Violenta	Reuniões periódicas Relatórios Supervisão dos coordenadores Verificação dos casos encaminhados Workshops e Sensibilizações

Comunicação Não Violenta em prol da comunidade.	individual, caso haja necessidade. Atendimento social individual, caso haja necessidade. Mediação do Conflito.					
Organização de reuniões com as famílias	Reuniões com as famílias. Debates de temas pertinentes à cultura da paz. Debates de temas do cotidiano (asseio, sexualidade, contracepção, etc) Quebrar com ciclos transgeracionais.	Semanal	Técnicos da instituição	Evolução de prontuários.	Participação de 50% das famílias atendidas.	Relatórios Fotos Depoimentos

Encaminhamentos à rede de serviço da saúde terapêutica.	Encaminhamentos à rede de serviços da saúde terapêutica.	Conforme demanda	Técnicos da instituição	Evolução de prontuários.	75% dos encaminhamentos atendidos	Relatórios.
---	--	------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------------	-------------

Meta nº 5. : Criação de estratégias que proporcionem a sustentabilidade institucional e manutenção da gestão compartilhada.

Objetivos: Qualificar e ampliar os contratos, convênios, parcerias, doações que visam a sustentabilidade dos programas, projetos e serviços do CPCA, garantindo a participação dos colaboradores nos espaços de formação continuada, de debate e definição dos rumos institucionais.

Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Acompanhamento, monitoramento e avaliação permanente e sistemática da implementação das ações previstas no PPP institucional.	Reuniões gerais Ampliação, manutenção e qualificação a receita financeira Zelo pelo correto uso e aplicação dos recursos financeiros. Garantir espaços de	Permanente	Direção.	Relatório das ações institucionais. Balanço financeiro institucional	100% da meta atingida.	Relatórios financeiros.

	espiritualidade, de integração, de formação permanente dos colaboradores.					
--	---	--	--	--	--	--

Meta nº 6. : Estabelecimento do Núcleo de Aprendizagem Profissional da Juventude.

Objetivos: Qualificar e ampliar os processos de iniciação e formação profissional visando a inserção dos jovens atendidos pelo CPCA, no mundo do trabalho, através do Núcleo de Aprendizagem Profissional da Juventude.

Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Implementação do Núcleo de Aprendizagem Profissional da Juventude. A fim da formação integral com vistas à iniciação profissional e a inclusão do jovem no mundo do trabalho.	Constituir Núcleo de Aprendizagem Profissional da Juventude. Ofertar cursos de iniciação e formação profissional nas áreas já cadastradas no Ministério do Trabalho.	Permanente	Direção e equipe do Núcleo	Cadastro no MTe Cadastro institucional.	100% do Núcleo em funcionamento.	Projeto específico. Relatório de atividades. Listas de presença

	<p>Estabelecer parcerias a fim de qualificar o Núcleo de Aprendizagem Profissional da Juventude.</p> <p>Buscar empresas cotizadoras.</p> <p>Participar e fomentar os fóruns de aprendizagem profissional municipal e estadual.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

Meta nº 7. : Manutenção e participação nos espaços de articulação política da cidade.

Objetivos: Qualificar e ampliar a participação institucional nos fóruns da sociedade civil organizada, bem como do estado, nas regiões de atuação e no município como um todo.

Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Participação nos espaços de discussão das políticas públicas à infância, juventude e família, e articulação nos espaços civis organizados.	Participação nos fóruns e reuniões pertinentes a ação institucional.	Permanente	Direção e coordenação de programas, projetos e serviços.	Relatórios dos fóruns e reuniões.	100% de representação.	Relatórios. Atas. Comprovantes de participação.

Meta nº 8. : Criação de estratégias que proporcionem a geração de trabalho e renda as famílias.

Objetivos: Qualificar as famílias para a geração de renda e sua inserção no mundo de trabalho.

Estratégias	Atividades	Período	Responsável	Fontes de verificação	Indicadores	Monitoramento
Execução de oficinas de formação e preparação para a geração de renda.	Promoção de oficinas de Informática, culinária e customização.	Anual	Coordenação Pedagógica da Casa Sede e educadores.	Adesão das oficinas	75% de frequência e aproveitamento das atividades propostas.	Instrumentos de avaliação: produto final.

Criação e ampliação de Parcerias (financeiro, etc.)	Busca de parcerias no sentido de proporcionar atividades de qualificação.	Anual	Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Número de instituições parceiras	Efetivação das parcerias e renovação das mesmas.	Através da assinatura do termo de compromisso; Relatórios; Reuniões.
---	---	-------	---	----------------------------------	--	--

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

INTRODUÇÃO

Por ser uma Instituição de Assistência Social, todas as ações do CPCA têm como base os referenciais legais da Assistência Social. Como já foi dito anteriormente a Constituição Cidadã (1988) é o marco legal da Assistência no Brasil. E, a partir desta, o ECA, a LOAS, a Declaração e Programa de Ação Sobre uma Cultura de Paz, a PNAS, SUAS, Plano de Convivência Familiar e Comunitário e a Tipificação - resolução 109, compõem o referencial legal das atividades realizadas na Entidade.

Cada uma das políticas serão tratadas isoladamente, por uma questão didática, porém, na prática, as mesmas acontecem de forma articulada.

A Assistência é pensada, de forma integrada às políticas setoriais e visa a proteção à famílias, com respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia, sem discriminação de qualquer natureza, priorizando aquelas famílias menos favorecidas e expostas a maiores riscos.

Embora o CPCA tenha sua sede bem como outras duas casas situadas na Lomba do Pinheiro, também desenvolve atividade no Partenon, Cristal e região leste de Porto Alegre, incluindo praticamente todos os seus bairros. Importante salientar que em todos os espaços da Entidade são respeitadas as questões do território.

O público atendido pelo CPCA é constituído de famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou riscos, abrangendo – fragilidade ou rompimento de vínculos, pertencimento e sociabilidade; exclusão pela pobreza e, ou, acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar ou comunitário e situação de rua.

A “Constituição Cidadã” em seu artigo 226, declara que “família é a base da sociedade”. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: “Reforça o papel da família na vida da criança e do adolescente como elemento imprescindível dentro do processo de proteção integral, e como um dos objetivos maiores do sistema de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.”

As demais leis orgânicas foram sendo editadas e reformuladas aprofundando estes princípios constitucionais, regulamentados pelo ECA, tornando-os operacionais, com a construção de sistemas de atendimento de direitos, especializados.

Desta forma, pensar política de assistência social, parte, necessariamente, pela adequação a legislação vigente.

3.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a “Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Conforme a LOAS, o CPCA prima por desenvolver serviços, de forma continuada, tais como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 à 14 anos e de 15 à 17 anos, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas. Observando, principalmente, os objetivos de proteção à família, ao amparo de crianças e adolescentes carentes, sem discriminação de qualquer natureza, buscando sempre a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como os recursos oferecidos e os critérios para sua concessão.

Os programas e projetos, como por exemplo: Telecentro, Gastronomia Solidária, Jovem Aprendiz, entre outros, compreendem ações integradas e complementares, definidos para qualificar, integrar e melhorar os serviços oferecidos.

A inserção da Assistência na Seguridade Social aponta para um caráter de política de proteção articulada a outras políticas do campo social, voltadas a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Assim, a instituição incentiva a articulação com ações voltadas à educação, geração de trabalho e renda, habitação, saúde, etc, visando a ampliação da garantia de direitos da população atendida em seu território de atuação.

Segundo a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: (1) segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), (2) segurança de acolhida – orientada pela conquista da autonomia na provisão das necessidades básicas. Também pode demandar acolhida a violência familiar ou social, drogadição, desemprego prolongado, criminalidade. Desgastes ou acidentes naturais, além da profunda destituição e abandono que demandam tal provisão, (3) segurança de vivência familiar ou de convívio – supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações, pois é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade.

A PNAS tem por objetivo realizar-se de forma integrada às políticas setoriais considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sob esta perspectiva o CPCA, objetiva:

- Executar serviços, programas e projetos de proteção social básica e, ou, especial, para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, em seus territórios de atuação;
- Contribuir para a inclusão e a equidade dos beneficiários;
- Assegurar a centralidade na família em todas as suas ações, buscando a garantia da convivência familiar e comunitária.

O Sistema único da Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais.

Este sistema define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, seus eixos estruturantes e subsistemas.

Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências:

1. **Vigilância Social** – Refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial àqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências. O CPCA contribui para a vigilância social em seu território, através da produção e sistematização dos dados de seus beneficiários, que se agregarão aos demais dados do município.

2. **Proteção Social** – Através da garantia das seguranças de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar e comunitário.

A Instituição acolhe por meio de seus serviços, programas e projetos, a população que se encontra em situação de risco pessoal e, ou, social, de acordo com sua capacidade de atendimento, com vistas ao restabelecimento dos vínculos pessoais, familiares, de vizinhança...

3. **Defesa Social e Institucional** – Dentro de seu campo de atuação, nas diversas proteções, o CPCA busca garantir os mesmos direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuários:

- Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso;
- Direito ao tempo, procurando reduzir a espera, de acordo com a complexidade da demanda;
- Direito à informação;
- Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses;
- Direito à oferta qualificada de serviços;
- Direito de convivência familiar e comunitária.

Ainda segundo o SUAS, embora a legislação reconheça a importância da família na vida social, a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras, motivo este que a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da PNAS.

Parte-se, pois, do pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Como não poderia deixar de ser, a Entidade preocupa-se, no desenvolvimento de todas as suas atividades, com a busca desta sustentabilidade.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a institucionalização de criança e adolescente e ao fortalecer o paradigma de proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA. A manutenção dos vínculos familiares e comunitários – fundamentais para a estrutura das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos – está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família.

As estratégias, objetivos e diretrizes deste plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem.

Uma política de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária perpassa ambos os sistemas e é fundamental para o aprimoramento da interface entre eles. Este direito só será garantido com a interação de todas as políticas sociais, com centralidades na família para o acesso a serviços de assistência, saúde, educação de qualidade, geração de trabalho e renda, entre outros.

Este plano envolve o esforço de toda a sociedade e o compromisso com uma mudança cultural que atinge as relações familiares, as relações comunitárias e as relações do Estado com a sociedade.

Devemos pensar família, hoje, como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade. Laços estes constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas, estando ou não dentro do mesmo domicílio. O plano considera rede social de apoio os diversos arranjos constituídos para dar conta da sobrevivência, do cuidado e da socialização de crianças e adolescentes.

Hoje estamos diante da necessidade de reconhecimento do direito à diferença, desde que respeitado o referencial dos direitos de cidadania. A família não é estática e suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos diversos arranjos familiares e contextos socioculturais. Significados, crenças, mitos, regras e valores são constituídos, negociados e

modificados, contribuindo para a constituição da subjetividade de cada membro e capacidade para se relacionar com o outro e com o meio. Nesta convivência, obrigações, limites, deveres e direitos são circunscritos e papéis são exercidos. A família é, ainda, dotada de autonomia, competências e geradora de potencialidades: novas possibilidades, recursos e habilidades são desenvolvidos frente aos desafios que se interpõem em cada etapa de seu ciclo de desenvolvimento. Tanto a família como seus membros estão em constante transformação.

Com relação à convivência comunitária, o CPCA além de promover espaços de participação coletiva para suas famílias, insere-se também, no tensionamento constante para o investimento de políticas públicas, por parte do município, voltadas à habitação, saúde, trabalho, segurança, educação, combate à violência, meio ambiente, etc.

A Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: proteção básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

A instituição preocupa-se em adequar a nomenclatura e termos utilizados tanto quanto a metodologia de seus serviços, programas e projetos, bem como a distribuição dos mesmos de acordo com as proteções afiançadas conforme estabelecido nesta resolução. Como desfecho deste empenho teremos a reescrita de todos os serviços e a conseqüente re-inscrição do CPCA, de acordo com a nova legislação, no Conselho Municipal Da Assistência Social – CMAS.

O CPCA atua hoje nas três proteções sociais: proteção básica, proteção especial de média e alta complexidade.

Na proteção básica oferece: Serviço de proteção e atendimento à família, sendo este referenciado e articulado com o Programa de Atendimento a indivíduos e famílias – PAIF, junto ao CRAS da região, tendo por finalidade principal fortalecer a função protetiva das famílias. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e para Adolescentes de 15 a 17 anos, complementar ao trabalho social com as famílias atendidas, possui caráter preventivo e proativo, visando a defesa e afirmação dos direitos e o alcance de alternativas emancipatórias.

Ainda dentro da proteção básica a Instituição desenvolve os programas e projetos integrados, a saber: Telecentro, Orquestra Villa Lobos, Curso para adultos, Gastronomia Solidária e Jovem Aprendiz, Justiça Comunitária e Justiça Restaurativa, que dão suporte aos serviços de atenção à família e de fortalecimento de vínculos, com vistas a ampliar o alcance de suas atividades e, conseqüentemente, os resultados esperados.

Os trabalhos desenvolvidos na média complexidade, dentro da proteção social especial – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e o Programa Ação

Rua, são destinados à famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situação de rua e vulnerabilidades associadas à esta situação como as diversas formas de violência, fragilização e rompimento de vínculos familiar e comunitário, negligência e trabalho infantil, tanto quanto àqueles adolescentes de 12 a 18 anos incompletos em cumprimento de medida, aplicada pela Justiça da infância e da Juventude. Tanto o Ação Rua quanto o Serviço de Proteção Social são executados em parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, através de convênio.

Por fim, as atividades do CPCA na proteção especial de alta complexidade caracteriza-se pelo Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Abrigo Institucional através de convênio firmado em parceria com a FASC, destinado ao acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção. A execução deste serviço sempre é organizada e planejada de acordo com princípios, diretrizes e orientações do ECA e das Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. O atendimento é destinado a grupos de até 20 pessoas, contando com profissionais preparados para recebê-los, em qualquer horário, do dia ou da noite, devendo perdurar até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

Através de parcerias e articulações com a rede tem-se o objetivo de reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidades social e violações dos direitos socioassistenciais nas regiões de abrangência do CPCA, prevenir riscos sociais, o agravamento e reincidência dos mesmos, orientar as famílias atendidas e conseqüentemente incidir na melhoria da qualidade de vida destas, reduzir a prática do ato infracional e do ciclo de violência, a situação de rua, favorecendo a construção de novos projetos de vida para nossa população.

3.2. POLÍTICA DE PROMOÇÃO, GARANTIA E DEFESA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com a missão de contribuir com o processo de desenvolvimento integral da pessoa, a fim de impulsionar a melhoria da qualidade de vida dela; zelando pela excelência na construção de uma sociedade baseada em princípios éticos, democráticos, que promovam e estimulem as potencialidades de cada um dos envolvidos, com vistas à sustentabilidade e fortalecimento da comunidade, o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis – CPCA – desenvolve os processos metodológicos a partir da Pedagogia Franciscana, ECA, LDBEN e da Política de Assistência vigente.

A **Educação** situada na Política Pública de Assistência prevista na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei 8742.93 “...é *direito do cidadão e dever do Estado*” atribuindo à Educação aqui tratada, uma responsabilidade ainda maior, não só com o alcance dos objetivos do trabalho, mas especialmente, como os caminhos metodológicos trilhados para alcançá-los leve em conta as inúmeras vulnerabilidades já vivenciadas pelas famílias, crianças e adolescentes aos quais prioritariamente se pretende atender.

Em se tratando do referencial pedagógico que fundamenta a prática sócio-educativa desta instituição, salienta-se que a educação aqui ocupa um lugar diferenciado, na medida em que atua junto à população atendida da Política de Assistência Social, isto é, aqueles cuja história de vida registra alguma situação de violação de Direitos. O **olhar** que se tem sobre este é singular por ir além dos condicionantes histórico-social-econômicos, pois vê neste, um “*ser mais*” (FREIRE, 1993), capaz de superar situações limites que se lhes apresenta; que tem sua história, que tem seus saberes constituídos ao longo da sua trajetória de vida, que se está fazendo, que se faz e refaz, enfim, está à busca da sua humanização. Esta humanização realiza-se quando se estabelecem relações fraternas, solidárias, de respeito e de construções coletivas. O **fazer pedagógico**, tem como base uma concepção de educação que vê a pessoa em suas diferentes dimensões, necessidades e potencialidades e que deve contribuir com seu processo de desenvolvimento de forma integral, assim como de sua inclusão enquanto sujeito de direitos a serem resgatados e garantidos.

Como base de toda a ação, está Jacques Delors, com o conceito de educação para o século 21, fundada nos Quatro Pilares, a saber: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a aprender - EU E O CONHECIMENTO – DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL. Aprender a aprender, mais que aquisição de saberes codificados, é o domínio dos próprios instrumentos, para serem utilizados como um meio e como uma finalidade para a vida humana. Espaço para a curiosidade do educando, de produção de conhecimentos, de descobertas, de despertar desejos, de superar limites, criando espaços para trocas de experiências. Aprender a arte de aprender (conhecer) propõe a capacidade de compreender a existência das coisas, para que elas servem e o que se pode fazer delas. Aprende-se a explorar tudo aquilo que fascina, a buscar respostas naquilo que intriga, estimular-se a compreender o ambiente que envolve a todos, a realidade, a capacidade de discernir.

Aprender a fazer - CONHECER E RECONHECER AS POTENCIALIDADES. Aprender a conhecer e a fazer são, em larga medida indissociáveis, mas aprender a fazer está mais ligado a formação para o mundo do trabalho, ou seja domínio de competências e habilidades requeridas pelo novo mundo de trabalho, que facilitam a entrada no mesmo, mas também a permanência e

o crescimento. É o convite à competência, a habilidade e a atitude. É o despertar das percepções, da atenção, da descoberta das potencialidades pessoais, é o descobrir o outro, é organizar-se no tempo e espaço.

Aprender a conviver - EU COM OS OUTROS. Refere à qualidade da relação estabelecida com as outras pessoas, com a natureza, com as questões transcendentes da vida, trata-se na realidade, do desenvolvimento de habilidades sobre questões de participação, cidadania, valores e princípios democráticos. Os principais verbos são: participar e cooperar. Reconhecer o outro, suas experiências e vivências, sua condição humana. Aprender a conviver consiste muito unicamente na internalização da bondade, das trocas como meio de comunicação, onde a capacidade de resolver conflitos de maneira pacífica, como prática cotidiana é desenvolvida. Assim, descobrindo o melhor caminho, a melhor forma de ser e conviver. Afinal conviver é saber ouvir, e sempre tentar entender os motivos e atitudes das outras pessoas, entendo que aprender a conviver é um exercício diário de bondade e fraternidade.

Aprender a ser – EU. É a relação consigo mesmo, diz respeito ao desenvolvimento de habilidades, sobre a identidade, a auto estima, o auto conceito, a autoconfiança, a auto determinação, o auto cuidado. É via que se faz. Ser, em essência, de paz. Ser é também quem inicia, quem se constitui no percurso e o que resulta dele, fazendo deste, um caminho dialético.

Neste percurso, processo pedagógico, ser **educador/a** requer dimensões estruturantes/estruturadoras. Entre estas, destaca-se a dimensão ética como “... *campo constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais... cuja existência se compõe da consciência de si e reconhecimento da existência do outro como sujeitos éticos iguais... dotado da capacidade de controlar seus impulsos*” (Chauí p.337, 1995). A dimensão afetiva - de que seja capaz de olhar a pessoa, na grande maioria das situações, sofrida e fragilizada, e oferecer-lhe condições para que desenvolva sua capacidade de superação dos obstáculos pessoais e sociais. O amor como meio de resgate de si (aceitação de si) próprio e sua capacidade de conviver e estabelecer relações construtivas (aceitação do outro). Isto implica no desafio proposto por Maturana para o/a educador/a, de considerar o amor como emoção central na história da evolução humana, ter no amor a capacidade de aceitação do outro como um legítimo outro na convivência. A linguagem do amor, implícita ou explicitamente utilizada pelo/a educador/a, como fenômeno capaz de provocar transformações. Assim, “*o educar se constitui num processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro aceitá-lo como um legítimo outro na convivência, condição necessária para o desenvolvimento.... educar ocorre, portanto, todo tempo de maneira recíproca. A educação... configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo em que*

viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar (p. 29, 1998). Trata-se, portanto de um conceito de educação, no qual a relação estabelecida não separa quem esta para ensinar de quem esta para aprender, mas um processo, ou como diz o autor “um sistema” que envolve sentimentos de afeto e respeito que resultam em trocas recíprocas. Uma outra a considerar é a dimensão da Autonomia: que compreende o ensino-aprendizagem como um processo contínuo, que vê na realidade social um ambiente de aprendizagem e o conhecimento como uma produção e não uma repetição, o educador e educando como aprendizes e criadores permanentes. Há ainda a dimensão da paz: em que coloca educando e educador em espaço de diálogo e construção de práticas de paz e ações pacificadoras. Não significando, no entanto, ver o conflito como algo negativo, mas como possibilidade de revisão de conceitos e de ações que necessitam ser mediadas e reconduzidas.

Num processo compreendido como dialógico e dialético não existem respostas prontas, por esta razão muitas são as buscas e pesquisas que visam construir os caminhos que levarão ao cumprimento da missão assumida pela instituição CPCA. Vale-se da compreensão de construções teóricas que se aproximam do entendimento que se está a construir e da inspiração: São Francisco de Assis e Santa Clara de Assis.

O homem que abandona seus bens materiais, sua família, por um projeto insano: cuidar dos pobres, viver com eles, se fazer um deles e provar da grandeza que advém da ausência do ter. Um homem guiado pelo amor a Deus que se traduz em promover a paz e o bem, que vê a **todos os seres como criaturas de Deus e irmãos entre si**, que acolhe a dor e a morte como parte da vida e louva aos céus por estes sinais de eternidade.

São Francisco que doou sua vida por amor, que foi homem comum, que viveu todas as aspirações e todos os sentimentos humanos, mas que abriu mão de todos os desejos de ter e de pertencer para fazer parte de um projeto ainda maior; guiado por Jesus Cristo, construir um reino de fraternidade, amor e paz.

Seu sonho: a igualdade e a fraternidade. Sua vida: ternura, vigor, alegria, festa, verdade, ética humana, amor irrestrito, humanidade ao extremo, paixão, projeto de vida, romantismo incondicional com o propósito de se fazer menor, entendendo que é daí que nasce o verdadeiro amor.

Francisco tinha para si, entre tantos, dois valores: ternura e vigor.

Ternura e reverência narram às relações de São Francisco de Assis, com toda a Criação. Toda a criatura é obra do criador, somos irmãos e irmãs, proclama São Francisco de Assis, por isso ternura e cuidado, respeito e reverência são expressões do amor e do reconhecimento da presença de Deus em cada criatura. O amor a Deus passa para São Francisco pelo amor aos irmãos e irmãs, principalmente aos mais empobrecidos e sofridos.

O vigor caminha ao lado da ternura. Francisco de Assis viveu-o radicalmente e cuidou com ternura dos pobres e leprosos de seu tempo, motivando muitos seguidores entre eles, a jovem Clara.

Clara uma jovem para além do seu tempo, capaz de romper com as estruturas sócio-culturais e viver o amor incondicional e a entrega absoluta pela dignidade dos mais marginalizados: os leprosos.

À Santa Clara, Francisco exorta dizendo "ouvi, pobrezinhas! Olhai a vida de dentro e não a vida de fora." Com esta convocação, Clara larga sua vida para viver a do outro, a do leproso excluído da sociedade. Em toda a sua vida de dedicação a do mais desfavorecido, a santa sempre dizia: não perca de vista seu ponto de partida, conserve o que você tem, faça o que está fazendo e não o deixe (cfr. Ct 3,4).

Nas ações desenvolvidas pelo CPCA permeia o ensinamento de Francisco e Clara: só quem profundamente encontra Deus não perde o **Vigor**, diante das dores e dificuldades do cotidiano. O vigor de Deus em São Francisco provoca todos os dias: ***“ Irmãos vamos recomeçar por que até agora pouco ou nada fizemos”!***

3.3 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PELA PAZ E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A humanidade vive hoje, nas suas relações, o avanço desenfreado da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo; no campo político-social, a exclusão, a marginalização e a discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas; sofrem refugiados, trabalhadores migrantes e imigrantes, grupos vulneráveis da sociedade. Vê-se aumentar atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão. Muitos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional, constituem obstáculos para o desenvolvimento. Por outro lado, a sociedade civil busca alternativas promovendo uma cultura de paz onde se garanta, além da equidade de expressar-se, a individualidade da pessoa humana, como "Ser Sagrado".

Este contexto tem mobilizado a sociedade como um todo. Após a segunda Guerra Mundial iniciou, na Organização das Nações Unidas, a discussão sobre a PAZ no Mundo com o propósito de pensar em "construir a Paz na mente dos homens", chegando então ao paradigma: "Cultura de Paz". Gerado, a partir de algumas ideias, entre elas, a da discussão e revisão do conceito de violência e compreensão de Paz, como uma cultura construída de forma educativa e não como pura e simplesmente ausência de guerra; como mudança de pensamento e comportamento e não como correção de disciplina.

Em 1999 a ONU define um conjunto de valores transcritos na Declaração e Programa de Ação Sobre Uma Cultura de Paz, sendo eles:

- a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- b) No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos;
- c) que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;
- d) No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- e) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- f) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras;
- g) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- h) No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens;
- i) No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;
- j) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz. (ONU, 1999).

É base ainda, deste pensamento, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) proclama que "Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião" (art. 18), "de opinião e de expressão" (art. 19) e que a educação "deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos" (art.26).

O CPCA desde 2008 vem experimentando alternativas práticas através dos projetos de Justiça Comunitária com a Mediação de Conflitos e de Justiça Restaurativa. Ambos buscam a construção de uma cultura de Paz, que sai do imaginário e utópico para o real e concreto, onde a vida é tecida, na comunidade.

Nestas experiências estão princípios e valores que primam pelo exercício do diálogo como meio de se chegar à solução pacífica dos conflitos, o reconhecimento do sentimento em cada pessoa humana, o exercício da tolerância às diferenças e a riqueza inerente ao pluralismo e a diversidade. Tolerância, não como forma de suportar o outro, mas como prática de respeito à integridade e à dignidade, como virtude que torna a Paz possível e rejeita qualquer forma de

absolutismo ou fundamentalismo. O conflito é visto como inerente às relações e como possibilidade de crescimento e ressignificação dos fatos que a vida possa vir a apresentar.

Ao democratizar o acesso à justiça, restitui-se a capacidade do cidadão, da comunidade e dos espaços sócio-educativos de gerir seus próprios conflitos com autonomia, aumentando assim, a coesão social e apresentando outra resposta aos atuais modelos de resolução de conflitos comunitários, familiares e escolares. Portanto, a espinha dorsal, se destaca pelo desenvolvimento da mediação em nível comunitário e escolar, no acolhimento psicossocial, na ação de fortalecimento de redes e na facilitação da informação jurídica, social e psicológica. Demonstrando-se assim, como podem outros sistemas de acesso à justiça interagir e contribuir com o atual universo jurídico, bem como, suas potencialidades em relação ao Poder Judiciário.

Partindo desta premissa de que a função de fazer e de promover Justiça não se esgota na esfera judiciária, mas pode ser exercida sempre que qualquer comunidade tem a possibilidade de se reunir, para contribuir com as soluções, segundo a percepção dos protagonistas locais. Adotar uma comunidade, e neste caso, a da Lomba do Pinheiro, como esfera privilegiada de atuação, concebe a democracia como um processo que, quando exercido em nível comunitário, por agentes e canais locais, promove inclusão social e cidadania ativa, a partir do conhecimento local. É na instância da comunidade que os indivíduos edificam suas relações sociais e podem participar de forma mais ativa das decisões políticas. É nesse cenário que se estimula a capacidade de autodeterminação do cidadão e de apropriação do protagonismo de sua própria história.

O Programa Justiça para o Século 21, a partir de sua trajetória histórica, identifica que a comunidade é o *locus* ideal para o desenvolvimento de atividades que intervenham nas relações sociais, pautadas pela cultura da Paz. A resolução não violenta de conflitos é uma estratégia ainda desconhecida pelas comunidades, visto que há uma expectativa social em torno de meios tradicionalmente punitivos. O CPCA, ao executar este programa, acredita que experimentar outras formas de tratar os conflitos sociais implica, antes de tudo, uma mudança de paradigma.

3.4 POLÍTICA DE GESTÃO

Gestão” refere-se ao processo ativo de determinação e orientação do caminho a ser seguido para a realização dos objetivos do Instituto Cultural São Francisco de Assis – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco – CPCA, compreendendo uma série de análises, decisões, comunicação, liderança, motivação, avaliação e controle, entre outras atividades próprias da administração.

Trata-se de um processo de se dirigir a Instituição e decidir tendo em vista os recursos nela disponíveis.

A gestão engloba a determinação: das estratégias, da filosofia e dos objetivos, do desenho da estrutura, da organização do trabalho e das relações hierárquicas, do gerenciamento da influência e da motivação no trabalho e da comunicação do objetivo comum e dos mecanismos de decisão e controle.

É um desafio da Gestão contemporânea o de pensar-se gestão em função de sua capacidade de operar mudanças desejadas, num contexto amplo, envolvendo relações éticas, transparência e atenção ao meio ambiente e a saúde do trabalhador em todas as suas dimensões, entre outros fatores.

Todas as decisões no âmbito político institucionais são tomadas pelo próprio Instituto Cultural São Francisco de Assis, em nível de Província. Portanto, politicamente, o CPCA se organiza de forma hierárquica, cabendo à Província a determinação do tamanho da Instituição e do gerenciamento das influências, sempre com base na filosofia franciscana.

Já a organização das práticas da Entidade, ou seja, os diversos tipos de procedimentos, métodos e técnicas utilizados para a implementação de decisões e para nortear as ações no âmbito da organização e em sua relação com o ambiente interno e externo, são construídos de forma participativa.

As bases da organização das práticas da Entidade são, por conseguinte, a missão, a visão, os princípios e as diretrizes estabelecidas e explicitadas no início deste plano, somadas as bases legais. A partir disto, são, então, pensados os objetivos, as metas institucionais e a metodologia dos serviços, programas e projetos executados pelo CPCA. Para tanto são realizadas reuniões da equipe de gestão institucional, cujos integrantes são: dirigente, diretores e coordenações, com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas, propor ou questionar soluções, trocar informações, garantir a unidade em termos institucionais, para que, através dos coordenadores, as orientações alcancem todos os colaboradores e também propiciar que eles possam participar da construção das práticas tecendo discussões em seus grupos, apontando sugestões de melhorias e expondo suas críticas. São realizadas reuniões gerais proporcionando a participação direta de todos os colaboradores do CPCA.

Com base na gestão são tomadas as decisões com relação às prioridades e realidades da comunidade nas quais o CPCA está inserido.

Para o bom funcionamento é imprescindível a conciliação de expectativas entre o CPCA e as pessoas para que ambos possam realizar o conjunto de políticas e práticas ao longo do tempo.

Esta forma de gestão é nova na Instituição, sendo ainda um desafio o desenho de estruturas e formas de organização flexíveis às contingências impostas pelo ambiente. Da

mesma forma, a construção de processos ágeis e focados na exigência do mundo do trabalho, por decorrência descentralizados e fortemente articulados entre si, necessitando de pessoas comprometidas e envolvidas com a missão do CPCA e com uma postura autônoma e empreendedora. Outro desafio, atrelado ao anterior, é a parceria com organizações governamentais, sem prejuízo das relações trabalhistas dentro da Entidade. Enfim, caso as políticas e práticas de gestão não agreguem valor para as pessoas, elas não terão efetividade no tempo.

No que tange a gestão financeira, o CPCA possui uma relação estreita com o poder público do município, em especial com a FASC, gestora da assistência social do município, política de maior densidade na instituição. Desta fora, os recursos necessários para a sustentabilidade da instituição emanam basicamente da relação estabelecida com entes públicos como os já citados e de outros que, circunstancialmente, alinhados a política de atendimento instituição, dispõem de possibilidade de inclusão da mesma em seu orçamento. Para todo o investimento conquistado por meio de parceira, que acontece, normalmente, através de convênio existe, por parte do CPCA, uma importante responsabilidade de responder aos parâmetros estabelecidos por cada um dos parceiros o que também influencia no processo de gestão interna da instituição.

Igualmente, o CPCA, por possuir uma rede extensa de ações, com diferentes formas de parceria, tanto com o poder público, quanto com a iniciativa privada, quer com pessoa jurídica ou física, amplia e dissolve os recursos como alternativa de responder a permanente crescente demanda de atendimento que cotidianamente ocorre na instituição, isto gera a necessidade de que a mesma encontre alternativas criativas e solidárias para a ampliação de seus recursos de forma a sustentar o que tem e ampliar naquilo que necessita.

Como alternativa contemporânea para lidar com tais urgências de necessidade de recurso o CPCA passa a incorporar em suas práticas um novo modelo de gestão financeira que se funda na busca ativa de parceiros que, alinhados com a perspectiva sócio pedagógica deste, venham a contribuir com seus programas, serviços e projetos, com vistas a suas manutenções e ou ampliação quando necessário.

A proposta é simples. Cada interessado, reconhecendo a pertinência das ações desenvolvidas, recebe, voluntariamente, a incumbência de atrair e contribuir com a construção de uma rede de apoiadores, que deverão, mensalmente apadrinhar, dispendo de recursos financeiros, de uma fração de uma projeto do CPCA, com uma quantia que esteja de acordo com as suas condições e disponibilidade financeira. Esta quantia pode ser ou não debitada do imposto de renda retido na fonte, é uma opção de cada apoiador. Como contrapartida, o CPCA,

disporá em seu site, de informações relativas a cada projeto bem como das cifras arrecadadas buscando dar transparência a aplicação dos recursos nestas campanhas levantados.

Ainda como alternativa de sustentabilidade, a instituição abrirá campanhas com incentivo a arrecadação fiscal, com a inserção de notas na receita estadual, bem como campanhas junto a empresas para o depósito de recursos em seu nome no FUNCRIANÇA e mais alternativas que revertam em benefícios à população atendida pela instituição.

4. METODOLOGIA DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELO CPCA.

4.1 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 6 À 14 ANOS – SASE

a) Descrição do programa

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Serviço de Apoio Sócioeducativo- SASE é um programa desenvolvido pelo CPCA, com crianças entre 6 e 14 anos e suas famílias. Destina-se àquelas que possuem forte vulnerabilidade e eminente risco pessoal e social, se configura como umas das portas de ingresso da entidade para a criança, para o adolescente e para sua família. É através deste serviço que acontece na maioria das vezes, a articulação entre o específico da família e do sujeito, com o todo da sociedade, através do reconhecimento dos direitos assegurados por competentes políticas públicas, postas na dinâmica social pelo empenho de bons representantes públicos e por movimento articulados em rede. No CPCA, grande parte do atendimento, ocorre devido à parceria, por meio de convênio, que esta tem celebrado junto a FASC/PMPA.

O Fortalecimento de Vínculos de 06 à 14 anos é um programa que se alicerça no acolhimento familiar em contraposição ao acolhimento institucional, entende esta instituição que potencializar e dinamizar a família de maneira que ela seja saudável e que se reúna as condições de pleno desenvolvimento de seus integrantes afim de que os mesmos se desenvolvam, construam e implemente seus projetos de vida é condição si-ne-qua-non que garante direitos fundamentais, contribuindo assim para que o direito a convivência familiar e comunitária venha sempre em primeiro lugar na vida do sujeito – ou seja, operando na matricialidade familiar.

Este programa objetiva contribuir na efetivação da Proteção Social Básica e a Proteção Integral, conforme preconiza a legislação brasileira vigente. Portanto as metas de qualidade do programa são alcançar o pleno desenvolvimento de seu público, mobilizando esforços para que

ocorra a inclusão social e o gradativo encontro desta população com sua condição cidadã, humana, protagonista, alcançando patamares de autorrealização e qualidade em seus projetos de vida e sociedade.

A ação pedagógica engendrada visa alcançar meios de desenvolver nos sujeito o desejo, a capacidade de sonhar e acreditar em suas capacidades, respeitando seus limites, de maneira crítica e reflexiva, sugere esta ação pedagógica a participação de todos os envolvidos em todas as suas fases de execução, desde o planejamento até os espaços de avaliação e repactuações. Oportunizar a participação dos educandos, o fortalecimento do núcleo familiar a convivência comunitária e a construção de projetos de vida pessoal e social também são objetivos da ação pedagógica.

As diretrizes do programa estão preconizadas na resolução 109 de 2009, tais quais: **Segurança de Acolhida**: um espaço pedagógico que receba adequadamente e atue no desejo respeitando os interesses do sujeito bem como suas necessidades e condição de desenvolvimento.

Segurança de Desenvolvimento da Autonomia: Proporcionar um ambiente para o exercício do protagonismo, da ética e da autonomia, numa ambiência de paz e proteção, na qual o sujeito possa se desenvolver plenamente e encontrar meios para superar dificuldades de toda ordem. Conviver num espaço saudável, criativo e respeitoso no qual os valores coletivos e individuais sejam construídos e vivenciados harmoniosamente, elevando os níveis de satisfação e autoestima de cada sujeito, com vistas a construção de seus projetos de vida.

Segurança de Convívio Familiar e Comunitário: Vivenciar a plena participação e colaboração da família e da comunidade em todas as etapas do processo de construção da ação pedagógica. Promover espaços de formação e vivência com a família e desta com todos os sujeitos que a compõem e a comunidade com vista ao reconhecimento dos diferentes papéis e a conscientização sobre a importância desta esfera social. Promover ações que devolva À família o desejo do convívio sadio e fraterno, despertando nelas sempre novos valores de convívio e fraternidade.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Assegurar, conforme a legislação vigente, o atendimento em Regime de Fortalecimento de Vínculos: Apoio sócioeducativo em meio aberto às	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um processo pedagógico que vise a socialização e a organização das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, despertando e estimulando o desejo, o senso crítico e a

<p>crianças, os adolescentes com direitos ameaçados ou violados, bem como a suas famílias, num trabalho articulado em rede, visando à proteção integral e o exercício efetivo da cidadania, por meio de intervenção sócio pedagógica afirmativa franciscana, que desperte e busque garantir a cada sujeito envolvido na ação, a plena construção e vivência de Projetos de Vida que ambicionem a auto-realização.</p>	<p>capacidade de, enquanto agente, interagir na vida afetiva e comunitária e no mundo do trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propor vivências que tenham por base o exercício da iniciativa, da liberdade, da participação e da capacidade de comprometimento (responsabilidade) pessoal e interpessoal, no resgate e construção da consciência crítica de sua realidade pessoal e social; • Contribuir na construção de um projeto de vida, que respeite a sua trajetória histórico-cultural e valorize a capacidade de sonhar e a identidade pessoal e comunitária das crianças e adolescentes; • Oportunizar vivências adequadas a cada faixa etária resgatando e construindo a expressão cultural em suas diferentes linguagens; o esporte, a recreação e o lúdico; a promoção da saúde na prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida; • Promover o diálogo pleno com vistas ao desenvolvimento, o aprendizado da convivência e da colaboração entre os diferentes grupos etários; • Ser um espaço de acolhimento aberto e proteção da pessoa na perspectiva de assegurar direitos na prá-ação em contraposição às alternativas de acolhimento institucional; • Contribuir para o ingresso, retorno, permanência e sucesso na escola, com vínculo e articulação contínua com a rede formal de ensino; • Viabilizar o acesso das crianças, adolescentes e suas famílias a programas e serviços da Rede de Atendimento. • Promover o envolvimento, a integração e a
---	--

		<p>participação da família em todas as etapas das ações do Serviço de Fortalecimento de Vínculos, para que esta, como principal agente de proteção, atue no sentido de resguardar e garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceber o papel de educador como integrante do processo, com função articuladora e mediadora, a fim de ajudar a criança/adolescente na construção da autonomia; • Manter os espaços e as alternativas de formação continuada e trocas pedagógicas entre os educadores e demais profissionais envolvidos na ação pedagógica com vistas a excelência pessoal e profissional dos mesmos.
Matriz Operacional		
Oficinas Desenvolvidas:	Oficinas Pedagógicas (apoio a escola), oficinas de música, oficina de desporto, oficina de flauta, oficina de Meio Ambiente, oficina de artesanato, oficina de dança, oficina de vídeo, oficina de culinária, oficina de leitura, oficina de violão	
Número de Oficinas	4320 ao ano	
Número de Usuários	286/ano	
Descrição da Ação		Resultados Alcançados
Esse programa vem com uma proposta de acompanhamento e desenvolvimento voltado para criança e adolescente (6 a 14 anos) que se encontram em situação de vulnerabilidade (social, familiar, afetiva...), bem como suporte e trabalho junto a suas		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficácia e motivação no desenvolvimento das ações pedagógicas; ▪ Enriquecimento cognitivo, psicossocial e cultural. ▪ Elevação no índice de adesão e frequência nas oficinas. ▪ Qualificação e ampliação de atividades do cotidiano.

<p>famílias. É um momento de vivência que proporciona oficinas pedagógicas: culturais, esportivas, artísticas, cognitivas sendo meios para o processo de acompanhamento e desenvolvimento individual e das relações dos sujeitos. As crianças e adolescentes que participam deste programa freqüentam a escola no turno inverso a este atendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Superação de déficits cognitivos e relacionais. ▪ Elevação do índice de adesão e freqüência nas atividades; ▪ Acesso à inclusão digital. ▪ Elevação da saúde mental das crianças e adolescentes; ▪ Superação das dificuldades pedagógicas. ▪ Superação das dificuldades de relacionamento entre as crianças e adolescentes. ▪ Apresentação de trabalhos desenvolvidos no mês, danças, jogos e comemoração do número de aniversariantes de cada mês. ▪ Exposição e apresentações artísticas, ▪ Valorização, promoção e aumento da autoestima, criatividade, responsabilidade. ▪ Integração e interação dos grupos. ▪ Atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes. ▪ Superação das dificuldades de saúde bucal ▪ Reconhecimento da sacralidade da pessoa humana e de toda a criação. ▪ Construção de valores a partir do religioso. ▪ Maior proximidade com o Sagrado. ▪ Integração entre crianças e os adolescentes da mesma unidade e com as demais. ▪ Integração entre grupos de adultos e crianças e adolescentes. ▪ Melhor responsabilidade com seu desenvolvimento e evolução pessoal, bem como, o aumento do comprometimento com o todo do CPCA ▪ Maior participação e comprometimento das famílias na Instituição;
---	---

b) Público-alvo

São crianças e adolescente da comunidade, moradores da Lomba do Pinheiro região de grande fragilidade, no que se refere a rede de proteção social. A faixa etária compreendida nesta modalidade está entre 6 e 14 anos O atendimento é realizado por grupos conforme tabela abaixo:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SASE	SASE 1	SASE 2	SASE 3
Manhã	3 grupos	3 grupos	2 grupos
Tarde	3 grupos	3 grupos	2 grupos
Faixa Etária	Crianças entre 6 e 8 anos	Crianças entre 9 e 11 anos	Crianças/Adolescentes entre 12 e 14 anos

c) Recursos humanos

Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos – convênio FASC/PMPA + Outras Fontes

	Função	Quantidade
1	Educadores	6
2	Coordenação Pedagógica	2
3	Cozinheira	3
4	Serviços Gerais	2
5	Oficineiros	1
	Total de Funcionários	15

Fortalecimento de Vínculos de 6 a 11 anos Herdeiros – Outras Parceria

	Função	Quantidade
1	Educador	2
2	Cozinheira	1
3	Coordenador	1
	Total de Funcionários	4

d) Comentários

Este atendimento é realizado em ocupação, acontece desde junho de 2010 e tem parceria com recursos de outras fontes.

e) Abrangência territorial

Bairro Lomba do Pinheiro, com prioridade às famílias moradoras das vilas situadas desde a Av. Bento Gonçalves até a Parada 10 da Av. João de Oliveira Remião, compreendendo as Vilas: Cafuncho, dos Herdeiros, Esmeralda, Loteamento Santa Paula, Tamanca, Triângulo, Invasão Greenville, Travessa Barreto, Jardim Amazônia, Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Pda. 2, Viveiro Pda. 5 e São Claro Pda. 7. Bairro Agronomia.

f) Entidade executora e endereço

- Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.
- Unidade CASA SÃO FRANCISCO Rua Santa Clara, 218, Recreio da Divisa.
- Unidade CASA SANTA CLARA, Rua Alfredo Torres de Vasconcelos, 385, Loteamento Santa Paula.

g) Formas de participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos, organizados para este fim, quer sejam nas reuniões das famílias, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais.

h) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA são convidadas a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse.

As intervenções pedagógicas garantem o envolvimento das famílias em várias modalidades, como por exemplo, através da vinda dos responsáveis para contação de histórias, socialização de suas brincadeiras de infância, participação em oficinas de culinárias, entre outras.

O CPCA desenvolve uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficiência de suas ações. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do educador pelo educando e seu grupo familiar, em reunião individual; e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos eixos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e ou emancipação.

i) Capacidade de atendimento

290 atendimentos nesta modalidade

4.2 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: TRABALHO EDUCATIVO PARA ADOLESCENTES ENTRE 14 E 18 ANOS – TRABALHO EDUCATIVO

a) Descrição do projeto

O Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos: Trabalho Educativo: objetiva o atendimento sócio-educativo ao adolescente com idade entre 15 e 17 anos, em vulnerabilidade e risco pessoal e social. Esta previsto no ECA como ação de promoção do adolescente seu protagonismo e pleno desenvolvimento. Em seu artigo 68 o programa tem sua abrangência social preconizada na LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social.

Desde 1996 o CPCA desenvolve este programa que possui suas bases no SASE, mudando apenas a forma da abordagem e os meios pedagógicos, mantendo por outro lado, as diretrizes e os aspectos fundantes, uma vez que concebe o programa como de inclusão e promoção social do jovem e de sua família, acrescentando iniciativas que auxiliem o sujeito a construir suas referências para o presente formativo e para a vida profissional e estudantil.

O Serviço de Fortalecimento de Vínculos: Trabalho Educativo para adolescentes de 15 e 17 anos propõe constituir-se num espaço concreto de formação de sujeitos críticos, criativos, responsáveis e participativos capazes de transformarem sua realidade e seu entorno social, a partir do exercício da autonomia e protagonismo, oferecendo aos adolescentes as condições necessárias para seu desenvolvimento pessoal e social na construção de sua cidadania. Preparando estes para lidarem com as questões vinculadas ao seu desenvolvimento, estimulando-os a construir novos conhecimentos de maneira segura e competente.

Os pressupostos pedagógicos do Serviço de Fortalecimento de Vínculos: Trabalho Educativo para adolescentes de 15 e 17 anos proposto vão ao encontro de uma pedagogia que promove o protagonismo, a autoestima e a elevação da criatividade e dos valores humanos, éticos e sociais, que visam levar os envolvidos no processo sócio-educativo a consciência da realidade em que vivem na busca da transformação social. Esta concepção de Trabalho Educativo apresentado é referenciada pelo princípio da Educação pelo Trabalho.

Este princípio contrapõe-se às propostas de iniciação ao trabalho e de profissionalização que tenham como base o treinamento para o mundo do trabalho tanto do jovem como do adulto trabalhador, assim como caracterizam-se como uma abordagem crítica da relação capital/trabalho. As atividades pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes também prevalecem às atividades laborais e ao aspecto produtivo.

Esta concepção baseia-se no princípio da formação integral que aponta para não separação do pensar e do fazer do trabalho, vinculando duas realidades distintas:

- O tempo de vivência do adolescente com suas necessidades e potencialidades afetivas e sociais.

- O espaço do mundo do trabalho com suas contradições próprias da vida adulta.

Também no Serviço de Fortalecimento de Vínculos: Trabalho Educativo: para adolescentes de 15 e 17 anos, as diretrizes do programa estão preconizadas na resolução 109 de 2009, tais quais:

Segurança de Acolhida: um espaço pedagógico que receba adequadamente e atue no desejo respeitando os interesses do sujeito bem como suas necessidades e condições de desenvolvimento.

Segurança de Desenvolvimento da Autonomia: Proporcionar um ambiente para o exercício do protagonismo, da ética e da autonomia, em um ambiente de paz e proteção, no qual o sujeito possa se desenvolver plenamente e encontrar meios para superar dificuldades de toda ordem. Conviver num espaço saudável, criativo e respeitoso no qual os valores coletivos e individuais sejam construídos e vivenciados harmoniosamente, elevando os níveis de satisfação e autoestima de cada sujeito, com vista à construção de seus projetos de vida.

Segurança de Convívio Familiar e Comunitário: Vivenciar a plena participação e colaboração da família e da comunidade em todas as etapas do processo de construção da ação pedagógica. Promover espaços de formação e vivência com a família e desta com todos os sujeitos que a compõem e a comunidade com vista ao reconhecimento dos diferentes papéis e a conscientização sobre a importância desta esfera social. Promover ações que devolva a família o desejo do convívio sadio e fraterno, despertando nelas sempre novos valores de convívio e fraternidade.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Desenvolver ações sócio-educativas voltadas ao adolescente, na faixa etária dos 14 aos 18 anos, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, com vistas a sua proteção integral e exercício de cidadania, na qual este se constitua protagonista, capaz de transformar sua realidade e construir seu projeto de	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um processo pedagógico que vise à socialização e a organização, dos adolescentes e de suas famílias, despertando e estimulando o desejo, o senso crítico e a capacidade de, enquanto agente, interagir na vida afetiva e comunitária e no mundo do trabalho; • Propor vivências que tenham por base o exercício da iniciativa, da liberdade, da participação e da capacidade de comprometimento (responsabilidade) pessoal e interpessoal, no

<p>vida.</p>	<p>resgate e construção da consciência crítica de sua realidade pessoal e social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na construção de um projeto de vida, que respeite a sua trajetória histórico-cultural e valorize a capacidade de sonhar e a identidade pessoal e comunitária das crianças e adolescentes; • Oportunizar vivências que resgatem e construam a expressão cultural em suas diferentes linguagens; o esporte, a recreação e o lúdico; a promoção da saúde na prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida; • Promover o diálogo pleno com vistas ao desenvolvimento, o aprendizado da convivência e da colaboração entre os diferentes grupos etários; • Ser um espaço de acolhimento aberto e proteção da pessoa na perspectiva de assegurar direitos na prá-ação em contraposição às alternativas de acolhimento institucional; • Contribuir para o ingresso, retorno, permanência e sucesso na escola, com vínculo e articulação contínua com a rede formal de ensino; • Viabilizar o acesso do adolescente e sua família a programas e serviços da Rede de Atendimento. • Conceber o papel de educador como integrante do processo, com função articuladora e mediadora, a fim de ajudar a criança/adolescente na construção da autonomia; • Manter os espaços e as alternativas de formação continuada e trocas pedagógicas entre os educadores e demais profissionais envolvidos na ação pedagógica com vistas a excelência pessoal e profissional dos mesmos • Constituir com os adolescentes alternativas
--------------	--

		<p>de participação democrática, política e autônoma;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar espaços lúdicos de criação, participação e protagonismo; • Fazer prevalecer atividades pedagógicas sobre as de aspectos produtivos; • Subsidiar o adolescente com conhecimentos que contribuam para a construção de uma crítica qualitativa sobre sua vida, cultura e realidade • Constituir espaço educativo voltado à preparação do adolescente para que este se aproxime do mundo do trabalho.
Matriz Operacional		
Ações Desenvolvidas:	Oficinas de Informática e de Culinária	
Número de Oficinas	678 ao ano	
Número de Usuários	109	
Descrição da Ação	Resultados Alcançados	
Este programa visa uma alternativa de educação pelo trabalho com adolescentes entre 15 e 17 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade social e risco a integridade física, moral e/ou psicológica.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da autonomia, da responsabilidade, da cooperação, da criatividade, e demais valores importantes para o desenvolvimento do biopsicossocial do sujeito. Além de discutir e orientar para alternativas de inclusão no Mundo do Trabalho. ▪ Crescimento dos vínculos familiares, proporcionando uma aproximação mais harmoniosa entre os adolescentes, familiares e Instituição. ▪ Aumento significativo do conhecimento da realidade, aproximação e vínculo constituído entre educandos, familiares e funcionários. ▪ Comprometimento maior dos pais para com os filhos na sua vida escolar, intensificando os vínculos entre responsável e escola. 	

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade e diversidade das atividades pedagógicas contribuindo para desenvolvimento psicossocial, cultural e artístico dos educandos. ▪ Melhora na responsabilidade com seu desenvolvimento e evolução pessoal, bem como, o aumento do comprometimento com o todo do CPCA ▪ Aumento do entendimento individualizado dos educadores em relação ao processo de cada adolescente. ▪ Superação das dificuldades individuais e coletivas dos adolescentes no convívio; ▪ Valorização e aumento da autoestima. Integração e interação dos grupos e da comunidade. ▪ Qualificação profissional e humana, desenvolvendo a autonomia e cidadania; ▪ Maior motivação para um processo de evolução escolar; ▪ Permanência no mercado formal de trabalho, bem como a evolução profissional, seja ela, autônoma ou formal. ▪ Acesso à informatização, gratuitamente, garantido a todas as pessoas da comunidade; ▪ Maior qualificação para o mundo do trabalho. ▪ Proporcionar aos músicos e grupos musicais da Lomba do Pinheiro a oportunidade de produzir, gravar e apresentar seus trabalhos artísticos. ▪ Atender os preceitos do ECA descentralizando as medidas sócio-educativas em meio aberto e qualificando-as com a rede de proteção e assistência.
--	---

b) Público-alvo

Adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, com idade entre 15 e 17 anos, estudantes e apresentando forte fragilidade no seu desenvolvimento integral, entre outras problemáticas.

c) **Recursos humanos**

	Função	Quantidade
1	Educadores	4
2	Coordenação Pedagógica	(*)1
	Total de Funcionários	4

(*) A coordenação é de outro programa inclusive, por isto, não está na totalização do RH

d) **Abrangência territorial**

Bairro Lomba do Pinheiro, com prioridade às famílias moradoras das vilas situadas desde a Av. Bento Gonçalves até a Parada 10 da Av. João de Oliveira Remião, compreendendo as Vilas: Cafuncho, dos Herdeiros, Esmeralda, Loteamento Santa Paula, Tamanca, Triângulo, Invasão Greenville, Travessa Barreto, Jardim Amazônia, Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Pda. 2, Viveiro Pda. 5 e São Claro Pda. 7. Bairro Agronomia.

e) **Entidade executora e endereço**

- Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

f) **Formas de participação dos usuários:**

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos organizados para este fim, quer sejam nas reuniões das famílias, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais.

g) **Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários:**

As famílias usuárias do CPCA são convidadas a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse.

As intervenções pedagógicas garantem o envolvimento das famílias em várias modalidades, como por exemplo, através da vinda dos responsáveis para contação de histórias, socialização de suas brincadeiras de infância, e outras formas.

O CPCA desenvolve uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficiência de suas ações. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do educador pelo educando e seu grupo familiar, em reunião individual; e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos eixos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e ou emancipação.

h) Capacidade de atendimento

A capacidade de atendimento, segundo convênios celebrados, é de 24 adolescentes, no entanto a quantidade de vagas oferecidas devido a demanda da região é de 109.

4.3 SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS - PROGRAMA FAMÍLIA

a) Descrição do programa

O trabalho com famílias na FASC foi iniciado em 1995, através do projeto piloto denominado Sinal Verde, que tinha como objetivo atender famílias cujos filhos mendigavam nas sinaleiras. Estas famílias recebiam uma bolsa em dinheiro por crianças na sinaleira, e eram atendidas na Unidade Operacional Centro, durante um período de seis meses.

No ano de 1996, o Projeto Sinal Verde foi descentralizado para o conjunto das Dez Unidades Operacionais. Em concomitância, o projeto passou a ser chamado Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) e o benefício concedido mensalmente era uma cesta básica. O NASF atendia quarenta famílias em cada Unidade Operacional, por um período de seis meses, totalizando 400 famílias em atendimento ao mês. Os critérios de ingresso eram famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em 1997, implantou o Projeto Rede de Apoio e Proteção à Família em parcerias com a iniciativa privada e quatro entidades não governamentais, tendo a mesma referencia metodológica. As famílias recebiam uma bolsa auxílio no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por um período de seis meses, renováveis por mais seis meses. Desta forma, mais de 160 famílias foram incluídas no atendimento com o recebimento de bolsa - auxílio.

Através do decreto 1997, de 10 junho de 1998, unificou-se os projetos Rede de Apoio e Proteção e Núcleos de Apoio Sócio Familiar (Programa de Apoio e Orientação Sócio- Familiar). O programa passou então, a contar com a mesma metodologia para o conjunto da cidade, isto é, a rede própria e conveniada. A partir do Decreto e da liberação de recursos do Gabinete de Planejamento iniciou-se, na rede própria, a conversão das cestas básicas em bolsa – auxílio.

O projeto NASF, concretiza-se atualmente no repasse de bolsa – auxílio no valor de até R\$ 200 (duzentos reais), incluindo bolsa família no acompanhamento técnico as famílias. O programa NASF pode ser demandado no Orçamento Participativo e é executado nas 17 regiões da cidade por uma rede formada por 37 entidades não governamentais e nos 21 serviços próprios totalizando 1900 famílias em atendimento, sendo 793 na rede própria e 1107 na rede conveniada.

O trabalho com as famílias é desenvolvido por uma equipe composta pelo Serviço Social e Psicologia de forma interdisciplinar. O acolhimento inicia a partir do atendimento à comunidade e da elaboração de um diagnóstico da realidade apresentada pela família, sendo que este segue de forma contínua na busca de informações dos demais serviços da região que possivelmente possam ter conhecimento da situação.

Em um segundo momento, as famílias juntamente com os demais envolvidos constroem um plano de ação e intervenção. Todo esse processo ocorre em meio a contínuas ações que vão desde visitas domiciliares, participação de reuniões de grupo e discussão conjunta do usuário com outros serviços.

Uma vez constatados os critérios de inclusão, que são: mendicância, situação de rua, trabalho infantil, violência doméstica, drogadição, maus-tratos, abuso-sexual, entre outros, se dá início ao processo de inclusão em Programa de Bolsa-auxílio e aos procedimentos burocráticos. Assim, o público alvo são Famílias residentes na cidade de Porto Alegre, com crianças e adolescentes com renda per capita de até meio salário mínimo, cuja problemática esteja associada a fatores de risco das crianças e adolescentes.

A metodologia utilizada parte da seleção, que compõe de entrevistas individuais, visitas domiciliares e reuniões regionais. Nas reuniões individuais e visitas, busca-se conhecer o histórico da família, conhecer as expectativas do grupo familiar, colher dados sobre a problemática em questão, no sentido de fornecer subsídios para a avaliação do ingresso. Nas reuniões regionais com os técnicos responsáveis pelo Programa de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários da rede própria e conveniada, prioriza-se a demanda reprimida e considera-se o atendimento micro – regionalizado, bem como, socializa-se as informações relativas a especificidade das ações programáticas.

O segundo passo é o processo de acompanhamento familiar que se inicia com o plano de intervenção, o acompanhamento sistemático e a conclusão do atendimento. O plano de intervenção é realizado individualmente com cada grupo familiar, se buscando desta forma, construir com a família os eixos de intervenção a partir das suas singularidades. Todo o esse histórico é registrado em prontuário próprio.

O acompanhamento sistemático realizado no período em que a família permanece no programa tem como eixos o trabalho em rede de atendimento através da:

- a) - Articulação das vagas disponíveis nos serviços da rede de saúde da região e da cidade para os adultos, crianças e adolescentes;
- b) - Articulação das vagas da rede escolar municipal e estadual, creches e demais atividades socioeducativas para as crianças e adolescentes;
- c) organização da documentação das crianças, adolescentes e adultos; encaminhamento dos adultos para atividades de geração e renda

Em todo o processo, garante-se de:

- a) Os atendimentos individuais- devem ser realizados no mínimo, duas vezes ao mês e tem por objetivos:
 - Monitorar os responsáveis quanto ao acompanhamento da situação escolar dos filhos, documentação, saúde e demais encaminhamentos;
 - Acompanhar e avaliara utilização da bolsa auxílio;
 - Garantir um espaço de escuta aquelas famílias que não queiram expor alguma situação específica no espaço do grupo.
- b) Os atendimentos familiares da mesma forma que os individuais, são aqueles realizados com os responsáveis e demais membros do grupo, com o objetivo de conhecer e intervir nas dinâmicas familiares, visando à melhor relação entre seus membros. Tal atendimento é realizado toda vez que a família ou profissional sente a necessidade do contato com o conjunto de pessoas da família.
- c) Atendimento com grupos se caracteriza como um espaço de cunho comunitário, apoio, participação e reflexão.

O atendimento com grupos de famílias e uma das etapas metodológicas do projeto e pretende se construir prioritariamente num apoio a totalidade dos objetivos do projeto. E são seus objetivos:

- Viabilizar o acompanhamento sistemático das famílias quanto aos objetivos do projeto;
- Construir um espaço de sociabilidade que estimule as relações de solidariedade;
- Incentivar a inserção das famílias na vida comunitária;
- Possibilitar um espaço de apoio e reflexão para discussão das relações familiares e sociais;
- Oportunizar o acesso a informação com relação às demandas individuais e coletivas das famílias.

O atendimento com grupos de famílias para preservar o caráter de processo grupal pressupõe algumas orientações que deverão nortear o trabalho com as famílias;

- Todos os integrantes deverão estar reunidos em torno de uma tarefa e um objetivo comum;
- Grupo e a estratégia utilizada para informar, orientar e acompanhar as famílias;
- Deverá haver formas de cumprimento das combinações nele feitas: local, periodicidade, tempo, horário e sigilo;
- Deverá ser composto por 10 a 12 famílias, uma vez que o tamanho do grupo, não pode exceder o limite que ponha em risco a indispensável preservação da comunicação;
- As reuniões ocorrerão mensalmente e serão obrigatórias;
- Serão heterogêneos e abertos;

O processo é coordenado pela equipe multidisciplinar e se utiliza de Dinâmica Grupal, que poderão ser psicodramáticas, operativas, vivenciam reflexivas, objetivando-se a participação e sensibilização quanto: - a informação e processo de autonomia das famílias; - estabelecimento do contrato grupal; - pertence ao grupo; - expressão de conflitos; - confiança; - autoconhecimento.

Com relação das famílias o ingresso no grupo, que será aberto é heterogêneo, deverá ser antecedido de um processo de entrevistas individuais, onde se realce objetivo dessa etapa metodológica específica. O grupo constituído deverá estar informado da entrada de novos integrantes, antecipadamente, bem como auxiliar na transmissão do enquadre e do processo grupal. A palavra deve estar prioritariamente com os integrantes do grupo, evitando que este espaço se caracterize como prestação de contas aos coordenadores, pois do contrario, se opõe aos seus objetivos participativos.

Assim, o trabalho com as famílias deverá evitar o papel do aconselhamento ou transmissão de orientações dirigidas, priorizando-se a circulação e valorização das experiências trazida pelos integrantes do grupo.

Com relação as temáticas o grupo deverá ter planejado com seus integrantes de maneira que os temas abordados possam ser propostos pelas famílias, além de temáticas que surgirem no desenvolvimento do trabalho. A flexibilidade deve ser uma constante, pois muitas vezes, o grupo vivencia situações conflituosas que motivam a emergência de outros temas.

No processo de composição dos assuntos trabalhados os coordenadores indicarão temas pertinentes ao trabalho desenvolvido como:- formas precoces de trabalho; - violência domestica; - participação comunitária (associação de moradores, orçamento participativo, clube de mães, etc.)- papel da educação formal e familiar; - projetos coletivos de geração trabalho e renda; - relações familiares, - temas vinculados a infância e adolescência; - relações de gênero, raciais e de classe; - drogadição; - maus tratos físicos e psicológicos; - avaliação do processo grupal e da inserção das famílias no projeto;

d) As visitas domiciliares que objetivam fornecer subsídios para compor o acompanhamento, fortalecer vínculo, conhecer a criança e o adolescente que motivou o ingresso das famílias, fazer convites para atividades. Este instrumento também é importante para contatar outros membros familiares, que não comparecem ao serviço, ou negam-se a isto, bem como nas situações de abandono do projeto.

O serviço tem um período delimitado de seis meses, podendo ser prorrogado através de adiamento, por até seis meses para seu encerramento. Usa-se este recurso de adiamento de contrato naquelas situações em que a família ainda não conseguiu superar os fatores de risco que a levou ao ingresso no projeto. Recomenda-se que nos seis primeiros meses, as famílias possam permanecer em atendimento, tendo seus contratos renovados, uma vez que esse período constitui tempo insuficiente para resolução das situações que motivam seu ingresso.

Já a suspensão é um mecanismo anterior ao processo de cancelamento do contrato, que poderá ser utilizado pelo profissional no sentido de suspender temporariamente a família do recebimento da bolsa-auxílio, mas não do atendimento, sendo que o número de meses que ficou suspensa significa a prorrogação do seu prazo de atendimento, isso é esse período que ela não recebeu a bolsa é transferido para final do contrato. A família poderá ser suspensa naquelas situações onde as combinações não são cumpridas, continuidade dos fatores de risco das crianças e adolescentes e nas situações de abandono/evasão do atendimento.

As famílias podem ter seus contratos encerrados durante o atendimento quando houver superação da situação de risco abaixo descrita. É importante destacar que o cancelamento, as suspensões e a conclusão do contrato deverão ser trabalhados individualmente e em grupos com as famílias a partir do ingresso no projeto e definidas sempre a partir de discussão dos casos nas equipes técnicas responsáveis pela execução do projeto, ou seja, a decisão de suspender ou cancelar deve ser tomada coletivamente pelas equipes e não individualmente por um único profissional.

Situação cujo encerramento é previsto:

- **Encerramento do contrato:** as famílias ao término dos seis meses ou doze meses terão seus contratos encerrados.
- **Cancelamento do contrato:** o técnico social efetuará a interrupção legal do atendimento familiar a partir dos seguintes critérios:
- **Evasão:** É necessário investigar os motivos da evasão, através de visitas domiciliares, contatos com a rede, vizinhos ou familiares e deverá aguardar-se por um prazo de 30 dias para efetivar o cancelamento do contrato.
- **Mudança de endereço:** A família que durante o atendimento mudar-se para outra região poderá ter seu contrato encerrado e transferido correspondente ao tempo de contrato. É

importante que a passagem seja trabalhada, de forma a não romper vínculos ou ainda, é possível que a mesma possa continuar em atendimento, dependendo da avaliação do profissional. Salienta-se a necessidade de tal procedimento ser avaliado com grupo familiar.

- **Morte:** Em situação de falecimento de o responsável viabilizar a transferência do contrato para outro membro adulto do grupo familiar, pelo período correspondente ao prazo ainda existente, desde que o termo de guarda seja definitivo judicialmente.

- **Continuidade das situações de risco das crianças e adolescentes:** Naquelas situações onde a família reiteradamente exponha as crianças e adolescentes a situações de risco, procedemos anteriormente à suspensão e não se viabilizando as combinações acertadas, proceder-se-á o cancelamento do contrato.

Parte-se do pressuposto que somente uma intervenção em rede junto à família poderá de fato contribuir na superação das condições de vulnerabilidade que as mesmas vivem as articulações intrainstitucionais e interinstitucionais tem como objetivo integrar a rede de serviços que atendem as famílias.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<p>Desenvolver ações de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social bem como atender as orientações do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária através de apoio e orientação às famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, o exercício da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inserção aos serviços da rede, de acordo com cada necessidade, buscando comprometer os demais serviços na superação da vulnerabilidade apresentada. • Estimular e articular o atendimento em rede, possibilitando às famílias atendidas o acesso às políticas públicas de forma integral. • Construir com as famílias alternativas de superação das situações que as levaram ao programa • Trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas a garantia da convivência familiar e comunitária. • Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio de ações e atividades sócio educativas, encontro de grupos, oficinas e projetos de geração de trabalho e renda. • Desenvolver ações que possibilitam a superação dos riscos aos quais as crianças e adolescentes estão

função protetiva e a superação das fragilidades sociais.	expostas.
--	-----------

b) Público-alvo

Famílias residentes na cidade de Porto Alegre, com crianças e adolescentes com renda per capita de até meio salário mínimo, cuja problemática esteja associada a fatores de risco das crianças e adolescentes.

c) Recursos humanos

Convênio FASC/PMPA + Outras Fontes

	Função	Quantidade
1	Assistente social	1
1	Psicóloga	1
	Total de Funcionários	2

d) Abrangência territorial

A Lomba do Pinheiro é dividida em quatro-micro regiões, sendo nossa área de atendimento pertence à micro região 02, que se estende da parada 01 Estrada João de Oliveira Remião a parada 10 da Lomba do Pinheiro do lado esquerdo de quem entra na Lomba.

e) Entidade executora e endereço

- Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

f) Formas de participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos, organizados para este fim, quer sejam na discussão da elaboração do plano de intervenção, das discussões realizadas nas reuniões, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais.

A participação também se dá num contexto mais amplo que envolve reuniões do Conselho Regional de Assistência Social (CORAS), dos encontros das Pré-Conferências, do conselho Popular, entre outros fóruns existentes na região.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Quando selecionadas as famílias se faz necessário à assinatura de contrato para o recebimento da bolsa mensal. No próprio contrato é previsto critérios de permanência, monitoramento e o acompanhamento familiar. Quando efetivado o processo de intervenção desta família, este processo acontece através do instrumento de registro em prontuário. Para os atendimentos individuais é necessário o acompanhamento no mínimo uma vez por mês tendo como meta a organização familiar, situação de saúde, rotina na escola dos filhos assim como os encaminhamentos aos atendimentos da rede.

Outro aspecto metodológico bastante trabalhado no Programa de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários são os encontros de grupo de apoio, os quais se dão mensalmente, sendo um espaço de troca, reflexão onde se busca em conjunto novas alternativas para a superação de dificuldades. Nestes grupos são desenvolvidas, como metodologia, oficinas e dinâmicas, que tem como objetivo propiciar o desenvolvimento social e comunitário, visualização do problema de forma a superar a visão de incapacidade individual e construindo a visão do coletivo.

h) Capacidade de atendimento

Acolhe-se em média 2000 famílias no atendimento à comunidade que acontece na Casa Sede e na Casa Santas Clara

4.4 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CASA DE ACOLHIMENTO

a) Descrição do programa

Uma parceria entre sociedade civil (CPCA) com coordenação pedagógica e educadores sociais, e governo, com equipe técnica, psicóloga e assistentes sociais e gerência (FASC) fazem um trabalho que foi pioneiro na capital, atualmente em dois locais de acolhimento institucional, um situado na rua Caldre Fião, Nº 295 bairro Santo Antônio e outro no bairro Cristal, rua Jataí, Nº 690, onde o trabalho é realizado nesses mesmos espaços físicos. O plano político pedagógico é construindo de forma compartilhada entre as equipes (CPCA e FASC).

O trabalho tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, através de um atendimento qualificado que favoreça a superação das vulnerabilidades buscando a garantia de direitos e a convivência familiar e comunitária e/ou quando não for possível a colocação em abrigos residenciais de pequeno porte ou família substituta e/ou a conquista da autonomia. O acolhimento é provisório e excepcional para crianças e adolescentes, inclusive com deficiência, sob medida de proteção e em situação de

risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

A coordenação pedagógica cabe supervisionar e orientar o trabalho feito pelos educadores que tem como função realizar atividades pedagógicas que valorizem e estimulem o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores dos educandos, potencializando aspectos individuais e sociais do sujeito, bem como o desenvolvimento de sua criatividade, imaginação e auto-estima, através de oficinas lúdicas, recreativas, esportivas e artísticas.

Ambos os espaços funcionam 24h em esquema de quatro plantões, manhã 08h às 14h, tarde 14h às 20h e dois a noite 20h às 08h, na casa que é espaço de moradia das crianças e adolescentes, sendo responsável pela substituição da função parental e também garantindo um atendimento pedagógico desenvolvendo e orientando ações de rotina, como refeições, higiene pessoal, realização de tarefas escolares, organização das casas de acordo com as necessidades de cada plantão, promovendo a autonomia e a organização de cada um e do grupo, bem como o cuidado com o espaço em que vivem.

Durante esse processo de atendimento pedagógico, além do desenvolvimento das oficinas e realização das rotinas, a equipe, dialoga com os educandos, conhece a história de cada um, assim como também alimenta o histórico institucional de cada criança e adolescente, cria vínculos significativos, qualificando as intervenções e prevenções cotidianas, auxiliando e mediando as relações de conflitos entre os educandos.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, através de um atendimento qualificado que favoreça a superação das vulnerabilidades buscando a garantia de direitos e a convivência familiar e comunitária e/ou quando não for possível a colocação em abrigos residenciais de pequeno porte ou família substituta e/ou a conquista da autonomia. Exercendo acolhimento e	Seguir com o processo de manutenção e do cuidado da vida pertinente ao espaço de desenvolvimento da ação; Incidir no complexo de proteção e fomentar o protagonismo, a autonomia e a emancipação, em consonância com as expectativas das crianças, adolescentes e suas famílias; Contribuir para o ingresso, retorno, permanência e sucesso na escola, com vínculos e articulação contínua com a rede formal de ensino;

acompanhamento, bem como qualificando os prontuários (PIA) de atendimento.	Contribuir com a produção, técnica e prática, de conhecimento sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e suas famílias.
--	--

b) Público alvo:

Nosso público, são crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situação de risco pelos mais diversos motivos, violência sexual, maus tratos, negligência, abandono, “conduta” situação de rua e outros. São crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, devendo ser assegurado o contato periódico com sua família de origem, para manutenção dos vínculos, em situações que lhes sejam garantidas a proteção e segurança.

c) Recursos humanos:

Função	Quantidade
Educadores	38
Coordenação Pedagógica	02
Auxiliar Administrativo	02
Total de Funcionários	42

d) Abrangência territorial:

Cidade de Porto Alegre

e) Entidade executora e endereço:

- Casa Sede CPCA – Avenida de João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.
- Casa de Acolhimento Caldre Fião – Rua Caldre Fião, 295 – Santo Antônio.
- Casa de Acolhimento Cristal - Rua Jataí, 690, Cristal.

f) Formas e participação dos usuários:

Na realização das oficinas pedagógicas e construção do histórico de vida de cada um.

Na perspectiva real do abrigo trabalhamos diretamente em responsabilidade em todas as ações em respeito aos educandos fazendo uma suplência de família. Servindo de suporte o

acolhimento deve garantir que as crianças e adolescentes abrigados tenham seus direitos garantidos, tais como convivência familiar e comunitária, saúde, alimentação, dignidade, liberdade, respeito, educação, cultura, lazer, esporte, religião todos contidos no artigo 4º do ECA.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Espaços de planejamento constantes junto com o grupo de educadores e educandos. Durante esse processo de atendimento pedagógico, além do desenvolvimento das oficinas e realização das rotinas, a equipe, dialoga com os educandos, conhece a história de cada um, assim como também alimenta o histórico institucional de cada criança e adolescente, cria vínculos significativos, qualificando as intervenções e prevenções cotidianas, auxiliando e mediando as relações de conflitos entre os educandos.

As avaliações do projeto são constantes e diárias, realizadas diretamente com a representante legal, gerente dos Abrigos 07 e 08 (FASC), e os coordenadores dos educadores sociais no abrigo (CPCA), assim como avaliações periódicas entre a direção pedagógica do CPCA e a coordenação pedagógica do abrigo.

As avaliações, a coordenação estabelece relação constante com os chefes de plantão (articuladores), os quais organizam e estabelecem as rotinas diárias, assim como monitoram os educadores, dando informações e orientando-os.

h) Capacidade de atendimento:

- Casa de Acolhimento Caldre Fíão – Até 30 – Atualmente com 53
- Casa de Acolhimento Cristal – Até 20

4.5 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL - AÇÃO RUA

a) Descrição do programa

O Ação Rua compõe o serviço de abordagem social, da média complexidade, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com o recorte de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e situação de rua e suas famílias, executado pelo Centro de promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis - CPCA.

O programa tem por base a criação, fortalecimento e ampliação do vínculo com crianças e adolescentes conforme vulnerabilidades acima citadas, a matricialidade familiar e a articulação com a Rede de serviços e atendimento socioassistencial. Este se desenvolve através de abordagens sistemáticas e solicitadas, visitas domiciliares, visitas institucionais,

acompanhamento das demandas individuais e familiares, bem como do plano de intervenção elaborado juntamente com a Rede de atendimento e as famílias atendidas.

O serviço deve garantir a revinculação dessas crianças e adolescentes nas suas famílias, na escola e na comunidade para que possam crescer e se desenvolver com dignidade, incidindo nas demandas que geraram o atendimento propiciando a garantia de direitos, a autonomia e emancipação das famílias atendidas.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<p>Propor alternativas de alteração à situação de rua vivenciada por crianças e por adolescentes que têm nela seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, bem como situações de Trabalho Infantil, ampliando e articulando os serviços da rede já existente e incluindo a criança/adolescente e sua família na Rede Sócio Assistencial do Município, visando a garantia de direitos e inclusão social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar crianças e adolescentes em situação de rua, bem como suas famílias, com direitos violados, natureza das violações, condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; ▪ Observar, abordar e acompanhar crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados da região Leste, Lomba do Pinheiro e Partenon conforme prevê o projeto básico da FASC relativo no último convênio formalizado; ▪ Construir plano de intervenção individual e familiar, com a participação da rede de atendimento tanto quanto dos próprios beneficiários do Serviço Ação Rua; ▪ Incidir no complexo de proteção e fomentar o protagonismo, a autonomia e a emancipação, em consonância com as expectativas das crianças, adolescentes e suas famílias; ▪ Consolidar o atendimento na rede de proteção da região Leste, Lomba do Pinheiro e Partenon de forma integral, transversal e com foco na família; ▪ Contribuir para a articulação da rede de serviços sócioassistenciais de proteção básica e

	<p>especial com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais, buscando a ampliação e qualificação dos serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar às crianças, aos adolescentes e suas famílias, um espaço acolhedor e desafiador com uma perspectiva ética e solidária; ▪ Contribuir para o ingresso, retorno, permanência e sucesso na escola, com vínculo e articulação contínua com a rede formal de ensino; ▪ Manter atualizados: o banco de dados e o diagnóstico quantitativo e qualitativo da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua com vistas a subsidiar propostas de intervenção; ▪ Contribuir na Conscientização e na Mobilização Social, divulgando e sensibilizando a população quanto à situação de crianças e adolescentes em situação de rua, trabalhando a superação de preconceitos, co-responsabilidade e compromisso da sociedade para a construção de alternativas de enfrentamento a situação de rua e proteção infanto-juvenil; ▪ Contribuir com a produção, técnica e prática, de conhecimento sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias, subsidiando a qualificação dos serviços.
Matriz Operacional	

Ações desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem; - Visitas domiciliares; - Visitas institucionais; - Acompanhamento; - Atendimento; - Discussão de caso; - Capacitação permanente da equipe; - Registro de dados; - Elaboração de relatórios; - Articulação com a rede; - Mobilização social; 	
Número de ações:	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem: média de 40 abordagens mês; - Visitas domiciliares: mínimo 15 por mês; - Visitas institucionais: depende da demanda; - Acompanhamento / Atendimento: depende da demanda; - Discussão de caso: depende da demanda; - Capacitação permanente da equipe: 2 seminários, reuniões gerais institucionais e demais capacitações externas; - Registro de dados: regularmente; - Elaboração de relatórios: mensais e específicos; - Articulação com a rede: constantemente; - Mobilização social: cotidianamente, de acordo com a necessidade e a sistemática do trabalho; 	
Número de Usuários	<p>Cada núcleo do Ação Rua tem como meta atender 25 a 50 famílias /mês levando em conta a complexidade das demandas das mesmas.</p>	
Descrição da Ação		Resultados Alcançados
<p>- Abordagem: O primeiro passo da abordagem é a observação. O educador observa, mapeia o local onde as crianças e adolescentes se encontram, atentos as relações estabelecidas por elas no entorno, a freqüência com que permanecem nestes locais, e os horários que costumam estar lá.</p> <p>O segundo passo é a abordagem</p>		<ul style="list-style-type: none"> . Conhecer das relações estabelecidas pelas crianças e adolescentes nestes espaços; . Identificar se estão ou não acompanhados de adultos, se mantém contato com a rede de comércio nos arredores; . Mapeamento da situação de rua

<p>propriamente dita, busca ativa, que visa estabelecer vínculos com estas crianças ou adolescentes procurando construir uma reflexão sobre o estar na rua e o desejo de sair da rua, retornar para a família ou estar em um espaço de proteção.</p> <p>As abordagens podem ser planejadas – quando de iniciativa da própria equipe, em função do mapeamento da região com a identificação dos locais com crianças e adolescentes em situação de rua, ou abordagens solicitadas - via central telefônica localizado no CREAS centro, que transferirá a demanda para o Núcleo Ação Rua respectivo ao local onde a situação de rua estiver sendo apontada.</p>	<p>na região;</p> <ul style="list-style-type: none"> . Estabelecimento do vínculo; . Verificar a frequência e horário que permanecem nestes locais;
<p>- Visitas domiciliares: A visita domiciliar é um importante instrumento para conhecermos o contexto social das famílias com as quais atuamos. A VD surge também como um mecanismo de criação de vínculos, sendo este representado pelos profissionais como um estado de ‘respeito’ e de ‘confiança’ conquistado primeiramente junto as criança e os adolescentes em situação de rua, pelos educadores, e posteriormente pelos técnicos, construindo assim uma relação de convivência e troca mutua, para que possamos intervir nas demandas apresentadas. Essa atividade permite o conhecimento e reconhecimento do território, dos demais agentes envolvidos, as necessidades reais e as possíveis soluções que a comunidade e a família nos oferecem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Atendimento e acompanhamento personalizado; . Visualização das reais condições da família; . Fortalecimento do vínculo; . Conhecimento da dinâmica familiar; . Relação da família com entorno;

<p>- Visitas institucionais: Estabelecimento de contato com entidades da rede de serviço e atendimento das diversas áreas com interlocução com a assistência social, tais como, habitação, saúde, educação, geração de renda, etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Estabelecimento de parcerias; . Inclusão e inserção nos espaços de proteção; . Discussões de casos; . Discussões intersetoriais de casos; . Estabelecimento de fluxos;
<p>- Acompanhamento/Atendimento: Ações presenciais de educadores e técnicos agindo como facilitadores junto aos usuários, como por exemplo: consultas médicas, matrículas nas mais diversas instituições, confecção de documentos, audiências e acompanhamento na rede de serviço, as quais os indivíduos apresentam dificuldade de executar por si só, devido a falta de condições pessoais, desconhecimentos ou incapacidade. Tanto quanto a dificuldade de manter suas redes de relações sociais e o exercício de suas atividades cotidianas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Resgate da autoestima; . Desenvolvimento e promoção da autonomia; . Trabalho em parceria com a rede de atendimento, facilitando o diálogo e o entendimento entre o sujeito acompanhado, a família e a equipe de profissionais.
<p>- Discussão de caso: compartilhamento de informações com a rede de atendimento e com a família com vista a subsidiar o plano de intervenção que fomentem a autonomia e a emancipação familiar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Articulação com a rede para promover a inserção e inclusão em espaços de proteção; . Elaboração do plano de intervenção individual e familiar;
<p>- Capacitação permanente da equipe a fim de melhorar o atendimento às crianças e adolescentes e seus familiares e a participação efetiva nos espaços de discussão e implementação de políticas de desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Qualificação na aplicação dos conhecimentos adquiridos, principalmente, em discussões de casos, bem como o entendimento do seu papel enquanto membro atuante deste contexto.
<p>- Registro sistemático dos dados, utilizando-se instrumentos específicos de acordo com</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Manter atualizado banco de dados do serviço executado;

cada etapa do processo. Ex.: Redepro, prontuários, etc.	
- Articulação com a rede de serviços e atendimento deverá garantir, primeiramente, os fluxos entre a média complexidade com a alta complexidade e com a rede de proteção básica. Posteriormente com todos os demais serviços de forma intersetorial, contemplando as áreas da Assistência, Saúde, Educação, Moradia, Geração de trabalho e renda. No intuito de garantir a articulação acima citado, os núcleos do Ação Rua em conjunto com suas entidades participam de fóruns de discussões que envolvem temas referentes à criança e ao adolescente, como por exemplo CORAS, Rede, Fórum de Entidades, Interruas, Reuniões CRAS e CREAS, fórum de Segurança, CMAS, CMDCA, FASC, etc.	. Inserir e incluir as crianças e adolescentes na Rede de serviços; . Ampliar e fortalecer a Rede de serviço e atendimento; . Garantir espaços de proteção; . Participar na construção de políticas públicas que abrangem demandas desta população;
- A mobilização social será desenvolvida, regionalmente, pelo próprio desenvolvimento do trabalho, e a nível mais amplo através de campanhas educativas.	. Conscientização da população sobre a situação de rua e trabalho infantil;

b) Público-alvo

Crianças e adolescentes em situação de rua sobrevivência/moradia e trabalho infantil, e suas famílias, da região da Leste, Lomba do Pinheiro e Partenon.

c) Abrangência territorial

Núcleo Leste I - Associação Liga de Amparo aos Necessitados – ALAN. Este Núcleo é responsável pelos bairros e vilas, respectivamente: Bairros: Três Figueiras, Vila Jardim, Bom Jesus, Jardim do Salso. Vilas: Vila Divinéia, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Pinto, Vila Bom Jesus, Parque do Sol, Sesc, Conjunto Residencial Alto Petrópolis, Cefer I e II, Ipê II

Núcleo Leste II – Centro Regional Leste - CEAS. Este núcleo é responsável pelos bairros e vilas, respectivamente: Bairros: Chácara das Pedras, Jardim Sabará, Morro Santana,

Jardim Carvalho. Vilas: Coinma, Parque residencial Morumbi, Conjunto Residencial Protásio Alves, Vila Petrópolis, Jardim Ipú, Vila Protásio Alves, Vila Tijuca, Vila Laranjeiras, Vila Pedreira, Vila Brasília, Ipê 2, Jardim das Bandeiras, Vila colina do Prado, Vila Boa Vista, Vila Joana D'Arc, Vila da Fonte ou dilúvio e Vila Nova Brécia.

Núcleo Lomba - Este núcleo é responsável pelos bairros e vilas, respectivamente: Bairros Lomba do Pinheiro e Agronomia. Vilas: Mapa, Quinta do Portal, Herdeiros, Esmeralda, Bonsucesso, Viçosa, Recreio da Divisa, Pitinga e Agrovét.

Núcleo Partenon - Este núcleo é responsável pelos bairros e vilas, respectivamente: Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa e, dentro destes, as vilas/comunidades: São Pedro (Cachorro Sentado), Maria da Conceição, Campo da Tuca, São Miguel, São Judas Tadeu, Alameda, Vila Vargas, Santa Maria, Comunitária, Santana do Agreste, Morro da Cruz, Ceres, Intercap, Sargentos, Saibreira, Chácara dos Bombeiros, Loteamento São Guilherme e Jardim Bento Gonçalves.

d) Entidade executora e endereço

- Núcleo Leste I : Rua Panamá,324 - Bom Jesus
- Núcleo Leste II : Rua Porto Seguro, 261 - Vila Ipiranga
- Núcleo Lomba: Estrada João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.
- Núcleo Partenon: Rua Frei Germano, 572 - Bairro Partenon

e) Formas de participação dos usuários

A participação dos usuários dar-se-á através da construção do plano de intervenção individual e familiar sendo elaborado conjuntamente e considerando as especificidades de cada família, bem como, as especificidades da micro região na qual esta família estiver inserida. Para tanto, estes planos deverão ser construídos coletivamente, com todos os atores envolvidos.

Também reuniões com a rede de serviço e atendimento para que possam optar pelas alternativas de intervenções possíveis, referentes às demandas apresentadas.

Outra forma é a participação das famílias e o envolvimento nas conferências municipais da assistência e dos direitos da criança e do adolescente incentivando o controle social e o envolvimento na construção e planejamento da política pública.

f) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Elaboração - Convite às famílias para a participação nas Conferências da Assistência e da Criança e do Adolescente, para que levem suas demandas a serem contempladas nas políticas sociais;

Execução - Construção conjunta dos planos de intervenção com o intuito de comprometê-los com vulnerabilidades e riscos sociais a serem trabalhados e com os acordos firmados. Identificado os fatores de superação.

Avaliação e monitoramento - Etapa do acompanhamento familiar que indica se a família pode ser emancipada do serviço, de acordo com os fatores de superação das necessidades acordados nos planos de intervenção.

g) Capacidade de atendimento

Capacidade de atendimento de 25 a 50 famílias por núcleo ao mês, levando em conta a complexibilidade das demandas.

4.6 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA - PEMSE

a) Descrição do programa

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que adolescentes que tenham cometido atos infracionais cumpram medidas sócioeducativas de acordo com decisão judicial. Essas medidas são executadas na região de moradia do adolescente e podem ser de prestação de serviços a comunidade ou liberdade assistida, diferente da medida na internação (FASE-Fundação de Atendimento Sócioeducativo).

Sua operacionalização descentralizada oportuniza efetivo envolvimento da família e da comunidade. O programa afirma que é possível que as medidas sócioeducativas constituam um espaço de transformação, promoção e de inclusão de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Coordenar e acompanhar a execução das medidas sócioeducativas em meio aberto, como parte das políticas públicas de implementação do Estatuto da Criança e	<ul style="list-style-type: none">• Criar espaços sócioeducativos para o desenvolvimento e cumprimento da medida;• Proporcionar um ambiente desafiador e construtor para o jovem do programa;

<p>do Adolescente (ECA lei federal 8069/1990), garantindo o direito dos adolescentes envolvidos em atos infracionais. Para tanto, também é objetivo do programa a articulação de uma rede de serviços intra e interinstitucional que garanta o atendimento das demandas sócioeducativas de adolescentes em conflito com a lei, propiciando ao adolescente a superação de sua condição de exclusão, bem como a formação de valores positivos de participação da vida social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços nas oficinas pedagógicas para que os jovens atuem como monitores junto aos educadores referência; • Dar feedbacks aos jovens e suas famílias sobre as diferentes visões do processo de desenvolvimento do programa na entidade; • Abrir espaços permanentes de diálogos e reflexão com os jovens e suas famílias com vistas a superação dos elementos secundárias que contribuem para o aparecimento de atos infracionais.
---	--

Matriz Operacional

Oficinas Desenvolvidas:	Atividades Pedagógicas
Número de Oficinas	Nutrição, limpeza, manutenção, atividades de monitoria pedagógica.
Número de Usuários	Adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas: 11 atendimentos

Descrição da Ação	Resultados Alcançados
<p>O serviço vem com a proposta de acompanhamento e desenvolvimento de medidas de jovens infratores. Trata-se de uma medida com forte apelo comunitário e educativo. É um momento de reflexão, sensibilização e responsabilização dos adolescentes a seus atos em conflito com a lei e o seu lugar como cidadão protagonista, num aspecto coercitivo e educativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficácia e motivação no desenvolvimento das ações pedagógicas; ▪ Enriquecimento psicossocial e relacional; ▪ Elevação no índice no cumprimento das medidas; ▪ Qualificação e ampliação de atividades do cotidiano; ▪ Elevação do índice de adesão e frequência nas atividades; ▪ Superação das dificuldades pedagógicas; ▪ Valorização, promoção e aumento

	<p>da autoestima, criatividade, responsabilidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor responsabilidade com seu desenvolvimento e evolução pessoal, bem como, o aumento do comprometimento com o todo do CPCA.
--	--

b) Público-alvo

São adolescente da comunidade, moradores da Lomba do Pinheiro região de grande fragilidade, no que se refere a rede de proteção social.

c) Abrangência territorial

Bairro Lomba do Pinheiro, com prioridade às famílias moradoras das vilas situadas desde a Av. Bento Gonçalves até a Parada 10 da Av. João de Oliveira Remião, compreendendo as Vilas: Cafuncho, dos Herdeiros, Esmeralda, Loteamento Santa Paula, Tamanca, Triângulo, Invasão Greenville, Travessa Barreto, Jardim Amazônia, Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Pda. 2, Viveiro Pda. 5 e São Claro Pda. 7. Bairro Agronomia.

d) Entidade executora e endereço

- Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.
- Unidade CASA SÃO FRANCISCO Rua Santa Clara, 218, Recreio da Divisa.

e) Formas de participação dos usuários

A participação se efetiva através de combinações prévias entre o adolescente, a família, o técnico do PEMSE e a Instituição. Os adolescentes participam semanalmente no período de 4 horas, deste momento, eles estão inseridos ativamente na rotina pedagógica do CPCA.

f) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

O adolescente junto a sua família preenche uma ficha inicial dos seus dados para dar início ao cumprimento da medida. Neste momento, a família junto ao jovem e ao técnico do PEMSE definem a forma de participação, as atividades que serão realizadas, bem como os horários e o local para o cumprimento desta.

As intervenções pedagógicas garantem o envolvimento das famílias através de reuniões eventuais entre os responsáveis e o adolescente, nestas reuniões são avaliados a participação

do jovem e a sua frequência na atividade. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do orientador, do referência e do técnico do PEMSE pelo educando e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos eixos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e/ou emancipação.

g) Capacidade de atendimento

20 adolescentes. Sendo 10 atendimentos para a Casa São Francisco e 10 atendimentos para a SEDE.

4.6 JUSTIÇA COMUNITÁRIA

a) Descrição do projeto

Nas duas últimas décadas, no mundo, a cultura da utilização de instrumentos de comunicação não-violenta em resolução de conflitos vem se expandindo, intensa e velozmente. No Brasil, atualmente, fenômeno semelhante acontece, porém, acompanhando tal expansão, detecta-se um crescente desconhecimento sobre o que são esses instrumentos, como funcionam e qual sua contribuição para a coletividade.

O aumento de ações judiciais e a necessidade de uma satisfatória resposta jurisdicional por parte do Poder Judiciário aos interessados são problemas crescentes e de difícil solução. O Poder Judiciário, através de decisões judiciais, procura oferecer uma resposta aos litigantes, porém, em algumas causas, não resolve o conflito, potencializando o antagonismo entre os interessados.

O Sistema Judiciário foi criado, primordialmente, para pacificar a sociedade, porém, o modelo atual demonstra-se, para determinados casos, ineficiente para tal missão. Acredita-se que o ingresso de mecanismos pacíficos – como o da mediação comunitária - e o seu funcionamento concomitante com o poder público podem se tornar um mecanismo eficiente para proporcionar uma melhor resposta a esses conflitos.

Assim, no Distrito Federal nasceu o Projeto Justiça Comunitária a partir da experiência advinda do Juizado Especial Cível Itinerante do TJDF, o qual buscava atender as comunidades do Distrito Federal com dificuldades de acesso à justiça formal. Durante os primeiros três anos – entre 1999 e 2001 – de experiência no interior de um ônibus especialmente adaptado para a realização de audiências, foi possível constatar a absoluta falta de conhecimento dos cidadãos em relação aos seus direitos e, ainda, a dificuldade de produção probatória, tendo em vista a informalidade com que os negócios são firmados nestas comunidades.

Com essa experiência, foi constatado que 80% da demanda do juizado itinerante resultavam em acordo. Esse dado confirmou que a iniciativa do ônibus rompeu com alguns

obstáculos de acesso à justiça. A ruptura com a “liturgia forense” e a horizontalidade com a qual as audiências eram realizadas, auxiliaram na criação de um ambiente de confiança favorável ao alto índice de acordos constatados.

Essas constatações impulsionaram a reflexão sobre a possibilidade de se desenvolver na comunidade espaços nos quais fossem possíveis a democratização do acesso à informação e o diálogo visando consensos justos do ponto de vista dos seus protagonistas. Para tanto, o clássico “operador do direito” deveria ceder lugar a pessoas comuns que partilhassem o código de valores e a linguagem comunitária e, desta forma, pudessem fazer as necessárias traduções. Assim, surgiu o primeiro esboço do Projeto Justiça Comunitária.

Em 2008, a ação foi incluída no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Ficando então, definido como prioridade de gestão, o tema da democratização do acesso à justiça. Por isso, propôs a transformação da experiência desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal com os aperfeiçoamentos incorporados de outras iniciativas similares, em uma política pública nacional, com investimentos e apoio institucional na implantação de outros Núcleos de Justiça Comunitária (Ministério da Justiça, 2008).

Neste cenário, o Projeto de Justiça Comunitária – Núcleo Lomba do Pinheiro vem sendo planejado desde 2007 e executado a partir de junho de 2008, com resultados significativos. A execução se pauta na linha mestra, em que a proposta é apresentar outra resposta aos atuais modelos de resolução de conflitos comunitários, familiares e escolares, democratizando o acesso à justiça e fortalecendo a coesão social.

Portanto, a espinha dorsal do presente projeto, se destaca pelo desenvolvimento da mediação em nível comunitário e escolar, no acolhimento psicossocial, na ação de fortalecimento de redes e na facilitação da informação jurídica, social e psicológica. Demonstra-se assim, como podem outros sistemas de acesso à justiça interagir e contribuir com o atual universo jurídico, bem como, suas potencialidades em relação ao Poder Judiciário.

A crise do Estado Moderno instabilizou a confiança do cidadão nos poderes constituídos da República, gerando um estranhamento que se aprofundou nos últimos 30 anos. Ultimamente, no entanto, já começa a ficar demonstrada a possibilidade de uma reversão. Nesse contexto, assegurar a todos os cidadãos o acesso à justiça é um desafio republicano, de forma a colocar a cidadania na centralidade do processo democrático.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos

<p>Democratizar o acesso à justiça, restituindo a capacidade do cidadão, da comunidade e dos espaços sócio-educativos de gerir seus próprios conflitos com autonomia, aumentando assim, a coesão social por meio do acesso à justiça, informações sobre direitos, animação de redes sociais e mediação de conflitos, no bairro Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre.</p>	<p>a) Manter e aprimorar a oferta da mediação como forma alternativa de tratamento dos conflitos comunitários e escolares, bem como, os demais serviços prestados pelos profissionais do núcleo e agentes de mediação voluntários;</p> <p>b) Sensibilizar, mobilizar e capacitar os integrantes da comunidade sócio-educativa, funcionários e técnicos do Centro de Promoção da Criança e do adolescente, como Agentes Fomentadores de Mediação Comunitária, inseridos na preocupação da solução pacífica dos conflitos, visando, sobremaneira, à harmonização das relações pessoais, familiares, escolares e de vizinhança, servindo, desse modo, como catalizadores do Núcleo de Justiça Comunitária do bairro Lomba do Pinheiro;</p> <p>- Apoiar técnica e financeiramente a atuação dos agentes de mediação;</p> <p>c) Difundir na comunidade os princípios da mediação no trato dos conflitos; oferecendo informações sobre o acesso aos direitos;</p> <p>d) Animação e /ou formação de redes sociais;</p> <p>e) Sistematizar os processos e trabalhos com vistas à produção de conhecimento.</p>
--	--

Matriz Operacional

<p>Ações Desenvolvidas Número de Usuários:</p>	<p><u>Lomba do Pinheiro e Bom Jesus</u></p> <p><u>- Eixo Formação:</u></p> <p>Formação Continuada: 24 encontros, 48 horas de estudo</p> <p>Curso de Formação em Mediação: 80 horas de curso, 23 formados</p> <p>Grupo de apoio a prática dos agentes de mediação: 06</p> <p>Atividades de educação para os direitos: aproximadamente 550 atingidos</p> <p>Encontros de Sensibilização junto à Comunidade escolar: 254 atingidos</p> <p><u>- Eixo Atendimento:</u></p>
--	--

	<p>Mediações: 61</p> <p>Acolhimento: 209</p> <p>Orientação Jurídica: 154</p> <p>Orientação Psicológica: 59</p> <p>Orientação Social: 37</p> <p>Encaminhamentos a rede: 84</p> <p>- Eixo Articulação:</p> <p>Reuniões de Rede: 24 encontros</p> <p>Reuniões de micro-redes: 42 encontros</p> <p>Total de Pessoas Envolvidas: 936</p>
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
<p>Foco de atendimento, moradores, da comunidade da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS. O atendimento é desenvolvido com base na proposta da Justiça Comunitária, implementando a mediação, a articulação em rede e o acesso a informação como forma de tratamento alternativa de conflitos, com a participação de moradores da comunidade previamente formados em mediação com vistas a resolução dos conflitos familiares, escolares e comunitários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria com a Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e Ipa; - Registro dos procedimentos; - Sensibilização para o aumento dos casos encaminhados ao núcleo; - Utilização das ferramentas e valores da mediação em práticas por diferentes atores da comunidade; - Articulação do trabalho em rede e envolvimento das equipes nas organizações destes mesmos fóruns; - Realização de ações de divulgação e educação para os direitos; - Ressarcimento de agentes de mediação comunitária; - Formação de novos mediadores; - Realização de Formação Continuada; - Encaminhamentos de situações a rede de serviços; - Realização de atendimentos jurídicos, psicológicos e sociais; - Realização de pré-mediações e mediações;

b) Público-alvo

Moradores da comunidade da Lomba do Pinheiro envolvidos direta ou indiretamente em conflitos, com dificuldades de acesso aos direitos e informação, bem como, atores das instituições da rede comunitária implicados em processos de encaminhamento, sensibilização e formação (aproximadamente 48 instituições)

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
1	Técnico Social	5
2	Auxiliar administrativo	2
3	Estagiários	2
	Total de Funcionários e estagiários	9

d) Abrangência territorial

Bairro Lomba do Pinheiro e seu entorno, neste município.

e) Entidade executora e endereço

Sede - Estrada João de Oliveira Remião, 4444 – Lomba do Pinheiro

f) Formas de participação dos usuários

Os usuários do Núcleo de Justiça Comunitária chegam de diversas formas, tais como: por encaminhamentos dos serviços da Rede, indicações dos agentes de mediação comunitária e de pessoas já atendidas, bem como, por busca espontânea. A população é acolhida e encaminhada para o serviço prestado pelo núcleo que for melhor atender a sua demanda, ou encaminhada para a rede de serviços da comunidade. No papel de agentes de mediação comunitária, haverá um maior envolvimento daqueles que farão a formação inicial e a formação continuada, podendo, por adesão, também serem protagonistas em reuniões com a comunidade, mediações, bem como, parte das ações de educação para os direitos que pretende também ser forma de divulgação da proposta. Em nível da comunidade participam das reuniões, nas ocasiões e datas que a Instituição proporciona encontros, tais como, a Festa dos Vínculos, Ações solidárias, Celebrações, entre outras formas de interação com os diferentes profissionais.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

A participação do usuário neste processo deve ocorrer das seguintes formas: na elaboração, planejamento e preparo das ações; execução, monitoramento e avaliação dos

encontros com propostas para os próximos passos e ações. Para tal serão utilizadas estratégias relacionadas a escuta ativa da comunidade, elaboração de instrumentos de avaliação dos serviços prestados, bem como, a discussão de intervenções e fluxos com a rede de serviços da comunidade.

h) **Capacidade de atendimento**

Estima-se a realização de 780 atendimentos, de forma direta dentre todas as formas que o trabalho se dispõe a ser realizado. Além deste número, se considerarmos as pessoas as quais indiretamente serão alcançadas é possível estimar um número até três vezes maior.

4.7 JUSTIÇA RESTAURATIVA

a) **Descrição do projeto**

O Projeto Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade, em sua proposta inicial apresentada através do Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a responsabilidade executiva do CPCA – Centro de Promoção a Criança e ao Adolescente, na implantação de um Núcleo de JJR – COM, ao qual estão vinculadas duas Centrais de Práticas Restaurativas – CPR's COM, descentralizadas nos atendimentos das comunidades dos bairros Lomba do Pinheiro e Vila Bom Jesus, em Porto Alegre/RS. Tendo como foco das ações o atendimento a adolescentes autores de atos infracionais de pequeno potencial ofensivo e a formação multiplicadores da proposta, que pretende disseminar a Cultura de Paz, nos referidos espaços.

A experiência das CPR's COM é oriunda do Programa Justiça para o Século 21, pactuado por 23 instituições de Porto Alegre, com apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e de agências como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO/Criança Esperança) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo desenvolvido, até o momento, espaços para o estudo, a pesquisa, a formação e a mobilização social com vistas à implantação das práticas restaurativas, tanto no sistema de atendimento do adolescente autor de ato infracional quanto na resolução de conflitos no ambiente escolar e comunitário.

O Programa Justiça para o Século 21, a partir de sua trajetória histórica, identificou que a comunidade é o *locus* ideal para o desenvolvimento de atividades que intervenham nas relações sociais, pautadas pela Cultura da Paz. Ainda nesse contexto, parte-se da premissa de que a função de fazer e de promover Justiça não se esgota na esfera judiciária, mas deve ser exercida sempre que qualquer comunidade tem a possibilidade de se reunir para contribuir com

as soluções segundo a percepção dos protagonistas locais. A experiência das CPR's COM pretende cumprir o desiderato da atuação em rede e da descentralização do atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

As comunidades elencadas para a instalação das CPR's COM foram definidas considerando um conjunto de indicadores sociais, entre eles dados da privação de liberdade e do programa Municipal de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) em Porto Alegre.

A cidade de Porto Alegre, como meio de facilitar o atendimento à população e a execução das políticas públicas, subdivide-se em microrregiões, mapeamento criado, dentre outras finalidades, para a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, dos Conselhos Tutelares e das Regiões do Orçamento Participativo - ROP. No âmbito dos Conselhos Tutelares, por exemplo, há dez microrregiões. A subdivisão do município por meio de microrregiões visa atender às necessidades específicas de cada território e, ao mesmo tempo, reconhece suas diferenças. A territorialização vem favorecendo, ainda, a estruturação de redes regionalizadas de serviços.

Nesse contexto, o trabalho das CPR's COM se encontra articulado à estratégia de fortalecimento e construção das redes de serviços. A estratégia de trabalho em rede vem se tornando a cada dia mais conhecida, assim como vem pautando a atuação do governo e da sociedade civil, pois permite o trato dos problemas ouvindo as comunidades e considerando as competências locais.

O projeto apresentado tem como foco da sua atuação a violência da qual fazem parte adolescentes, nas comunidades da Bom Jesus e Lomba do Pinheiro. Os atos infracionais cometidos por adolescentes dessas comunidades comumente são direcionados para o Sistema de Justiça, na capital, especializado na atenção ao adolescente, por meio do Centro de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (CIACA). Neste local, tem-se a Delegacia de Polícia, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário e o aporte da entidade de atendimento – Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), buscando atuar de forma integrada. Observa-se, contudo, que embora especializado, esse Sistema ainda não superou o modo de funcionamento tradicional da Justiça Retributiva. Nesse contexto, a proposição da Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade, visa, sem descuidar dos aspectos da responsabilização do adolescente, construir estratégias alternativas que permitam a restauração de relações e laços rompidos pelo dano praticado, permitindo, de forma pedagógica, a resignificação dos atos de violência para vítimas, ofensores e demais envolvidos.

A proposta da CPR COM nas localidades mencionadas neste projeto objetiva oferecer ao adolescente autor do ato infracional, às vítimas e às comunidades, condições para a

resolução do conflito, por meio da proposta da Justiça Restaurativa, mediante o uso da comunicação não-violenta, que culmina no Círculo Restaurativo. Neste, tanto o ofensor quanto a vítima elegem pessoas da comunidade que podem contribuir para a restauração dos laços rompidos. Os Procedimentos Restaurativos envolvem além dos sujeitos diretamente afetados, outros segmentos a eles relacionados, como a família, os professores, colegas de aula, vizinhos, entre outros. Nesse contexto, os procedimentos restaurativos têm potencial para irradiar na comunidade a cultura da paz, oferecendo instrumentos concretos para a resolução não violenta de conflitos.

Além do foco no adolescente autor de ato infracional e a abordagem fundamentada na comunicação não violenta, a experiência em tela tem efeitos na multiplicação de estratégias de trabalho nessa perspectiva, na medida em que envolve a rede de serviços.

Na esteira da territorialização da cidade e da construção de esforços coletivos que permitam minimizar a desigualdade e melhorar os seus indicadores sociais, entre eles a violência que acomete a jovens, quer na condição de vítimas ou de autores, o projeto visa os seguintes resultados: aprimoramento do atendimento ao adolescente autor de ato infracional com base nos fundamentos da Justiça Restaurativa; promoção da responsabilização dos adolescentes autores de atos infracionais, vítimas e comunidades na resolução de conflitos; disseminação da concepção da resolução não violenta de conflitos nas comunidades; formação de pessoas habilitadas para a coordenação de círculos restaurativos.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Consolidar a estruturação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade entre os serviços das Redes de atendimento à Criança e Adolescentes através do trabalho das duas CPR'S COM - Centrais de Práticas Restaurativas nas Comunidades Lomba do Pinheiro e Bom Jesus.	a) Estabelecer, manter e fortalecer as parcerias entre o Núcleo CPCA , SMED, SEC, JIJ/RS, MP, DECA e PUC, na construção e condução dos trabalhos específicos e conjuntos das diferentes instâncias; b) Fortalecer junto às demais instituições responsáveis pela atenção inicial aos adolescentes, envolvidos em ações desruptivas, fluxo de atendimento capaz de autorizar a resolução do conflito na própria comunidade; c) Buscar garantir as condições necessárias para manutenção das duas CPR's COM; d) Promover a realização dos <i>workshops</i> de

	<p>sensibilização em JR nas respectivas comunidades, bem como a prática para uma Comunicação Não Violenta especialmente entre os educadores;</p> <p>e) Realizar encontros com adolescentes de sensibilizações / formação / discussão sobre diversos temas: JR, Cultura de Paz, Comunicação Não Violenta, tornando-os multiplicadores.</p> <p>f) Realizar os cursos de Iniciação em Justiça Restaurativa para lideranças das duas comunidades, com a finalidade de aprofundar a reflexão sobre a importância da prevenção e da resolução dos conflitos na própria comunidade;</p> <p>g) Oportunizar a formação de Coordenadores de Círculos, destinado a pessoas das respectivas comunidades dispostas a integrar grupo de coordenadores voluntários.</p> <p>h) Produzir o material didático destinado à realização das atividades de sensibilização e de formação e também para servir de referência para a replicação da experiência em outros locais ou âmbitos.</p> <p>i) Realizar encontros contínuos, junto aos diferentes serviços das regiões, com vistas a Promoção da Cultura de Paz, facilitando a discussão sobre os princípios e valores da JR para as redes de serviços.</p> <p>j) Construir instrumentos de levantamento e avaliação sobre os procedimentos realizados pelo serviço da rede</p> <p>k) Quantificar e qualificar a forma de utilização da JR no cotidiano dos serviços;</p> <p>k) Construir Formas Alternativas: Lúdicas, Artísticas e Recreativas de Divulgação dos Valores em JR envolvendo e preparando grupos de diferentes faixas etárias;</p> <p>l) Intensificar o envolvimento das Equipes da CPR'S COM nas atividades da Rede Interna da Instituição;</p>
--	--

	<p>m) Estruturar e intensificar a relação com o trabalho do Serviço de execução de Medidas Sócio Educativas - SEMSE das regiões LP e BJ de forma a oportunizar práticas pedagógicas junto às situações já atendidas.</p> <p>n) Acompanhar, sistematizar e avaliar o desenvolvimento das atividades com vistas ao aprimoramento do atendimento ao adolescente autor de ato infracional e a manutenção de banco de dados atualizado para pesquisas e replicação da experiência.</p>
Matriz Operacional	
Ações Desenvolvidas	<u>Lomba do Pinheiro e Bom Jesus</u>
Número de Usuários:	<p>- Eixo Formação:</p> <p>Atividades de Workshop: 08 encontros com 113 participantes</p> <p>Curso de Iniciação em JR: 02 encontros 85 participantes e 61 certificados</p> <p>Curso de Coordenadores: 02 programas 200</p> <p>Encontros de Sensibilização junto à Comunidade escolar: 254</p> <p>- Eixo Atendimento:</p> <p>Pré-Círculo: 63</p> <p>Círculo Restaurativo: 32</p> <p>Pós-círculo: 24</p> <p>Visita Domiciliar: 45</p> <p>Acolhimentos: 155</p> <p>- Eixo Articulação:</p> <p>Reuniões de Rede: 24 encontros</p> <p>Reuniões de micro-redes: 42 encontros</p> <p>Total de Pessoas Envolvidas: 936</p>
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
Foco de atendimento, adolescentes autores de atos infracionais, das comunidades da Lomba do Pinheiro e Bairro Bom Jesus, em Porto Alegre /RS. O atendimento é desenvolvido com base na proposta da Justiça	<p>Parceria com Ministério Público e Pontifícia Universidade Católica;</p> <p>Registro dos procedimentos realizados através do GPR – Guia de Práticas Restaurativas;</p> <p>Sensibilização para o aumento dos casos encaminhados casos para CPR'S COM;</p>

Restaurativa, implementando Procedimentos Restaurativos, com a participação de ofensores, vítimas, familiares e comunidades com vistas na resolução dos conflitos. Também objetiva capacitar atores das comunidades em Justiça Restaurativa, no intuito de que futuramente possam ser protagonistas na resolução dos seus conflitos, nas suas comunidades.	Qualificação dos casos encaminhados; Utilização das ferramentas e valores em práticas restaurativas por diferentes atores da comunidade; Articulação do trabalho em rede e envolvimento das equipes nas organizações destes mesmos fóruns; Realização de Workshops; Formação de coordenadores de Círculos; Formação de multiplicadores; Realização dos cursos de iniciação; Realização de seminários; Realização de atendimentos com viés restaurativos; Realização de pré-círculos, círculos e pós - círculos; Tratativa inicial na perspectiva de trabalho junto ao SEMSE;
--	--

b) Público-alvo

Adolescentes envolvidos em conflitos e ações disruptivas nas comunidades da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus e formação de atores da comunidade em geral como multiplicadores da proposta em JR e disseminação da mesma na construção de uma Cultura de Paz.

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
1	Supervisora	1
2	Coordenadores	4
3	Estagiários	4
	Total de Funcionários e estagiários	9

d) Abrangência territorial

Bairro Partenon, Bairro Bom Jesus e seu entorno, neste município.

e) Entidade executora e endereço

– Central 1: Sede - Estrada João de Oliveira Remião, 4444 – Lomba do Pinheiro

- Central 2: (parceria) Rua A, nº 15 – Bom Jesus – E.M.E.F Nossa Senhora de Fátima

f) Formas de participação dos usuários

Os usuários das CPR'S COM chegam até as Centrais de diversas formas, por encaminhamentos dos serviços da Rede e também, por busca espontânea. Estas famílias participam de procedimentos restaurativos, em encontros de formação e sensibilizações. No papel de multiplicadores da proposta, haverá um maior envolvimento daqueles que farão a formação e poderão, por adesão, também serem protagonistas em reuniões com a comunidade, pré-círculos, círculo e pós-círculos, bem como, parte dos grupos lúdicos, artísticos e recreativos que pretende também ser forma de divulgação da proposta, JR. Por outro lado, isso passa pelo planejamento das ações, bem como da avaliação do processo e os seguintes passos e ações.

Em nível da comunidade participam das reuniões, nas ocasiões e datas que a Instituição proporciona encontros, tais como, a Festa dos Vínculos, Ações solidárias, Celebrações, entre outras formas de interação com os diferentes profissionais.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

A participação do usuário neste processo deve ocorrer das seguintes formas: na elaboração, planejamento e preparo das ações; execução e monitoramento e avaliação dos encontros com propostas para os próximos passos e ações.

h) Capacidade de atendimento

Estima-se alcançar aproximadamente 1800 a 2000 pessoas, de forma direta dentre todas as formas que o trabalho se dispõe a ser realizado.

4.8 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - JOVEM APRENDIZ

a) Descrição do programa

A Lei do Jovem Aprendiz regulamentada pela CLT – Consolidação da Leis Trabalho, passou por uma série de alterações e adequações, até que no ano de 2008 chegasse à configuração para a qual nos foi base de elaboração da proposta hoje desenvolvida pelo Centro de Promoção da Criança e do Adolescente – CPCA.

É um programa que se caracteriza por conter ações sócio-educativas, articuladas com ações de caráter de iniciação profissional, voltadas ao desenvolvimento integral do adolescente, articulando conhecimentos básicos, específicos e de gestão, a partir de uma visão interdisciplinar, intencional e emancipatória.

Pensar os conhecimentos de maneira articulada os distribuído em: básicos, específicos e de gestão, requer um exercício de tentar perceber o sujeito como um ser integral que faz interação com um objeto de conhecimento e que para haver conhecimento é preciso que o sujeito entre em relação com a totalidade do objeto a ser estudado e principalmente que este use de toda a sua personalidade para desenvolver este processo.

CONHECIMENTOS BÁSICOS: referem-se ao desenvolvimento de habilidades de percepção, de linguagem, de escrita, de concepções histórico-sociais e culturais, de valores, e formas de interação do sujeito com os outros através das relações que estabelece. É através deles que os demais conhecimentos devem se articular e estes devem ser os balizadores de toda a ação do sujeito bem como não ser este o único espaço, mas sim o principal para que o sujeito exercite sua cidadania, resgate a autoestima e construa o seu PROJETO DE VIDA.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO: referem-se ao desenvolvimento de habilidades específicas para o processo de aprendizagem da terminalidade a qual se destina a área de formação, na qual o conhecimento a ser trabalhado busca numa relação direta e prática a aproximação com o mundo do trabalho. Este conhecimento deve estar articulado com os demais conhecimentos, na perspectiva de garantir a prevalência dos aspectos pedagógicos sobre os produtivos, distinguindo-se de iniciativa de profissionalização e inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho.

CONHECIMENTOS DE GESTÃO: referem-se aqueles que possibilitem entender a constituição das relações do mundo do trabalho, com todas suas manifestações e contradições, percebendo de que formas o homem se insere, produz e se reproduz enquanto ser social através do trabalho. Os conhecimentos de gestão devem contribuir para a reflexão e percepção crítica do adolescente frente ao seu projeto de vida, bem como apontar possibilidades para a vida adulta.

Preende-se que estes conhecimentos sejam trabalhados a partir de Oficinas Pedagógicas, como estratégias de motivação dos jovens, as quais devem constituir-se em espaços educativos que contam com a utilização de técnicas e recursos didáticos variados.

Para tanto, a execução do programa se viabiliza a partir da constituição de um espaço permanente de planejamento interdisciplinar e intencional que exige da equipe pedagógica em absoluta sintonia e acompanhamento constante de todo o processo junto ao grupo de educandos, articulando os três eixos de conhecimento.

O Jovem Aprendiz é um programa preconizado no ECA caracteriza-se por conter ações sócio-educativas voltadas ao desenvolvimento integral do jovem a partir de vivências de iniciação profissional, por isso, cabe salientar, que a terminalidade específica funciona como um

meio estratégico de alcance dos reais interesses do jovem enquanto pessoa singular em pleno processo de desenvolvimento.

Os Planos de Trabalho devem ser elaborados a partir do princípio didático-pedagógico interacionais que tratam os conhecimentos com um bloco de saberes elaborados ou não constituído na síntese entre prática e realidade desenhando a ação educativa numa dimensão dialética de (prática-teoria-prática), fazendo assim um diálogo permanente entre a realidade vivida pelo adolescente, sua crítica e opções de diferenciação, e devolvendo ao entorno social uma nova realidade, vivenciada e elaborada pelo sujeito.

O Planejamento das ações deve ser único para todo o curso e deve conter todas as informações necessárias para a construção dos planos individuais de cada oficina e estes, por sua vez, deverão estar finalizados até o início da ação junto aos jovens, sem deixar de fazer constar-nos mesmos um espaço para replanejamento e participação dos educandos. O planejamento de cada oficina deve sofrer constantes mudanças de acordo com a realidade do grupo bem como com o processo vivido pelo mesmo e se necessário for, ser totalmente remodelado e re-significado. Os planejamentos devem levar em conta que os conhecimentos estarão dispostos em básicos, específicos e de gestão, os quais devem ser vistos a partir de uma visão interdisciplinar, intencional e emancipatória e devem compor os quatro pilares da educação e os eixos principais do programa, assim definido:

Eixo 1 – Desenvolvimento Pessoal do (a) Adolescente

Eixo 2 – Desenvolvimento Social do Adolescente

Eixo 3 – O Adolescente e o mundo do Conhecimento e da Cultura

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Oportunizar o desenvolvimento pessoal e social de jovens vulnerabilizados, entre 16 e 24 anos, da cidade de Porto Alegre, pela geração de alternativa de inclusão no Mundo do Trabalho, empregabilidade e geração de renda.	<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar ao aprendiz, o desenvolvimento de habilidades, competências e referenciais pessoais e coletivos, quanto ao planejamento do seu crescimento pessoal e em relação à construção de seu futuro profissional e de sua construção enquanto sujeitos críticos, criativos e responsáveis;• Promover vivências de situações e construções que levem os adolescentes e jovens a construção de seu projeto de vida;• Contribuir para a formação integral do aprendiz

		<p>através da complementação de conteúdos teóricos e práticos viabilizando a permanência com sucesso na escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar aos adolescentes e os jovens, espaços lúdicos de criação, participação e protagonismo; • Proporcionar aos adolescentes e os jovens a participação em oficinas pedagógicas de aprendizagem; • Desenvolver ações pedagógicas estruturadas em conhecimento: básico, específico e de gestão; • Subsidiar os adolescentes e os jovens com conhecimentos que contribuam para a construção de uma crítica qualitativa sobre sua vida, cultura e realidade; • Constituir um espaço educativo em que as ações nele desenvolvidas conduzam os adolescentes e os jovens a sua emancipação e seu resgate da auto-estima; • Possibilitar a aproximação dos aprendizes com o mundo do trabalho; • Apoiar o aprendiz oferecendo orientação e esclarecimento para sua compreensão sobre a realidade que envolve o mundo do trabalho e suas relações.
Matriz Operacional		
Ações Desenvolvidas:	Curso de Gastronomia e Help Desk	
Número de Oficinas	2 anos – 1600 horas cada curso	
Número de Usuários	102	
Descrição da Ação		Resultados Alcançados
Formação integral com vistas à iniciação profissional e a inclusão no mundo do trabalho, nas áreas de Gastronomia (Alimentação) e Help Desk (Informática).		<ul style="list-style-type: none"> – Casos de absorção de alguns jovens para o quadro de funcionários das empresas; – Desligamento de alguns em razão do não cumprimento dos 75% de frequência escolar; – Desistência de alguns em razão do

	<p>interesse e da necessidade de uma remuneração maior;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Persistência de alguns em permanecerem apesar das inúmeras dificuldades; – Amadurecimento de alguns jovens durante o processo; – Amadurecimento do próprio programa da instituição com relação aos objetivos propostos.
--	---

b) Abrangência territorial:

Bairro Lomba do Pinheiro e Agronomia.

c) Entidade executora e endereço:

- CASA SEDE CPCA – Estrada João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

d) Formas de participação dos usuários:

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos organizados para este fim, quer sejam nas reuniões das famílias, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais. Aqui destaca-se a participação no processo de cotização, onde os pais são chamados a conhecer os termos do contrato de trabalho, bem como a empresa em que são cotizados.

e) Estratégias previstas para a efetivação da participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA são convidadas a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse.

As atividades pedagógicas de sala garantem o envolvimento das famílias, através da vinda dos responsáveis para contação de histórias, socialização de suas brincadeiras de infância, e outras formas.

Desde 2008, o CPCA vem desenvolvendo uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficácia de suas ações. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do educador pelo educando e seu grupo familiar, em reunião individual; e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos quesitos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e/ou emancipação.

f) Capacidade de atendimento.

- Curso Cozinheiro Geral – Gastronomia Solidária: 72 vagas. 2 turmas manhã e 2 à tarde.
- Curso Informática – Help Desk: 30 vagas, 1 turma manhã e 1 turma à tarde.
- Curso de Assistente Administrativo
- Curso de Embelezamento

Totalizando 102 vagas.

4.9 GASTRONOMIA SOLIDÁRIA

a) Descrição do projeto

O projeto Gastronomia solidária foi elaborado para execução no Programa Jovem Aprendiz, destina-se a oferecer um espaço de formação integral com vistas à iniciação profissional e a inclusão no mundo do trabalho, na área de culinária, a jovens entre 16 e 24 anos. Para tanto serão constituídas 02 turmas na área da alimentação.

Cada turma tem 600 horas-aula de curso, em dois anos de atividades, Além destas horas de curso os jovens devem cumprir 1000 horas de atividades práticas referente ao curso e área que está fazendo, divididos em três módulos cada uma delas, assim descritos:

Módulo I – Desenvolvimento Pessoal - Conteúdos relativos ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, com vistas à elaboração de seus projetos de vida que irão sendo lapidados no decorrer do curso, através dos módulos subseqüentes. Este módulo terá duração de 150 horas-aula e compreende os conteúdos: a) Cidadania e Direitos Humanos; b) Saúde e Sexualidade; c) Perspectivas do Mundo do Trabalho; d) Projetos de Vida; e) Conhecimentos básicos em Informática;

Módulo II – Gestão da Vida e do Trabalho - Conteúdos relativos a gestão da vida e do trabalho. Módulo pelo qual o jovem poderá visualizar alternativas concretas de se incluir no mundo do trabalho e das exigências que este se lhe oferece. Neste módulo o jovem pensará em alternativas de empregabilidade, sendo este incentivado a criar projetos alternativos de inclusão no Mundo do Trabalho. Este módulo terá duração de 200 horas-aula e compreende os conteúdos: a) Gestão Pessoal – Planejamento Individual; b) Gestão de Conhecimentos; c) Gestão do Trabalho; d) Softwares de monitoramento de Projetos;

Módulo III – Conhecimentos Específicos - Conteúdos relativos ao conhecimento específico da área de gastronomia. Módulo que preparará os jovens a ingressarem, qualificados no Mundo do Trabalho, através de conhecimentos relativos a alimentação alternativa. É o módulo em que os conteúdos serão desenvolvidos com o objetivo de que os jovens deles se apropriem, tenham elementos básicos que os auxiliem a constituir outras e novas receitas e entendam sobre os aspectos nutricionais da alimentação que estarão aptos a produzirem. Este módulo terá a

duração de 400 horas e compreende os conteúdos: a) Componentes Nutricionais; b) Culinária Tradicional; c) Culinária Doméstica; d) Culinária Alternativa; e) Padaria; f) Confeitaria; g) Armazenagem e Congelamentos;

A projeto encerra os princípios e as diretrizes institucionais expressas em na missão, visão e nortes orientativos expressos anteriormente quando trata da organização executora, e, especialmente para este projeto ainda destaca-se: **Direito à educação integral complementar:** Projeto Pedagógico para o desenvolvimento intergral do sujeito. **Protagonismo:** Chave da auto-realização e da construção da autonomia. **A Expressão Cultural: Como meio pedagógico pelo e com o qual o educador, nesta linguagem, também alcança o sujeito. Aprender a Aprender:** um dos principais pilares no campo do trabalho. **Articular os novos saberes aqueles trazidos pelos educandos:** Valorizar e utilizar as experiências de cada educando. **Trinômio Dialógico (Autonomia - protagonismo – emancipação):** Propiciar uma formação crítica, criativa e responsável. **Diálogo e escuta:** princípio pedagógico do diálogo. **Pertencimento Grupal: Aprender a conviver – pilar. Elemento Agregador: família:** A famílias como parte do processo de desenvolvimento do jovem. **Valorizar o Educador:** Valor institucional que se traduz na prática pedagógica. **Construção de Projeto de Vida:** Fim principal do projeto.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Proporcionar condições para que o jovem aprendiz possa desenvolver um conjunto de habilidades, atitudes e valores compatíveis as exigências do mundo do trabalho, com vistas a sua inserção no mesmo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar o desenvolvimento pessoal e elaboração de Projetos de Vida com jovens jovens da Lomba do Pinheiro – periferia de Porto Alegre. 2. Capacitar jovens, entre 16 e 24 anos, da Lomba do Pinheiro/ Agronomia, na área da Gastronomia; 3. Articular com entidades e empresas que atuam na prestação de serviços gastronômicos com vistas ao oferecimento de oportunidades de trabalho e renda aos jovens egressos dos cursos 4. Abrir junto aos órgãos de colocação profissional espaços exclusivos para os jovens egressos dos cursos, utilizando como tecnologia acumulada a parceria já estabelecida com o SEBRAE que atua na entidade na construção de estratégias de

	empregabilidade, gestão do trabalho e geração de renda 5. Criar, com os jovens, alternativas de trabalho e geração de Renda Comunitária;
Matriz Operacional	
Ações Desenvolvidas:	Módulo I – Desenvolvimento Pessoal Módulo II – Gestão da Vida e do Trabalho Módulo III – Conhecimentos Específicos Vivências no Mundo do Trabalho Cotização em empresas
Número de Oficinas	2 anos – 1600 horas
Número de Usuários	72
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
Formação integral com vistas à iniciação profissional e a inclusão no mundo do trabalho, na área de alimentação.	Projeto segue em execução: até então <ul style="list-style-type: none"> – 100% dos jovens cotizados do ano de 2010; – Formação de uma rede de empresas parceiras do projeto; – Jovens que reeditaram seus projetos de vida; – Abertura de novas ações para a juventude em função desta; – Participação ativa da família em todo o processo; – Feedbacks positivos das empresas em relação aos jovens

b) Recursos humanos

KNH Convênio

	Função	Quantidade
1	Educador	1

2	Serviços Gerais	1
	Total de Funcionários	2

c) Abrangência territorial:

Bairro Lomba do Pinheiro e Agronomia.

d) Entidade executora e endereço

– Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

e) Formas de participação dos usuários:

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos organizados para este fim, quer sejam nas reuniões das famílias, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais.

f) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários:

As famílias usuárias do CPCA são convidadas a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse.

As intervenções pedagógicas garantem o envolvimento das famílias em várias modalidades, como por exemplo, através da vinda dos responsáveis para contação de histórias, socialização de suas brincadeiras de infância, e outras formas.

O CPCA desenvolve uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficiência de suas ações. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do educador pelo educando e seu grupo familiar, em reunião individual; e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos eixos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e ou emancipação.

g) Capacidade de atendimento

A capacidade de atendimento, segundo convênios celebrados, é de 24 adolescentes, no entanto a quantidade de vagas oferecidas devido a demanda da região é de 109.

h) Entidade executora e endereço:

CASA SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

4.10 ADULTOS – CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

a) Descrição do projeto

São atividades desenvolvidas para a qualificação com vistas à geração de trabalho e renda possibilitando o desenvolvimento de habilidades em alternativa de inclusão no Mundo do Trabalho. Trabalham o indivíduo em seu contato com a comunidade, por isso promovem não só a melhoria das condições econômicas e sociais do indivíduo e sim da comunidade como um todo. Essas ações contribuem para que os beneficiados participem de uma rede de distribuição de renda local.

São desenvolvidas junto às famílias que compõem os programas de atendimento da instituição e suas parcerias. Os grupos se organizam ao redor de ações que promovem sua autoestima, sua capacidade de organização e sua vinculação interpessoal. No grupo um dos principais preceitos trabalhados é o da boa convivência, no qual os participantes são convidados a refletir sobre os meios que conduzem a uma vida social saudável e promotora da paz e do bem comum entre as pessoas.

O projeto de formação para adultos é uma demanda permanente para a entidade e possui uma grande procura por parte da comunidade. Dele já decorreram grupos de produções, ações de organização popular e outros que qualificam a vida das famílias da comunidade.

Os pressupostos pedagógicos da Capacitação de Adultos vão ao encontro de uma pedagogia que promove o protagonismo, a autoestima e a elevação da criatividade e dos valores humanos, éticos e sociais, que visam levar os envolvidos no processo sócio-educativo a consciência da realidade em que vivem na busca da transformação social.

As diretrizes do programa estão preconizadas na resolução 109 de 2010, tais quais:

Segurança de Acolhida: um espaço pedagógico que receba adequadamente e atue no desejo respeitando os interesses do sujeito bem como suas necessidades e condição de desenvolvimento.

Segurança de Desenvolvimento da Autonomia: Proporcionar um ambiente para o exercício do protagonismo, da ética e da autonomia, numa ambiência de paz e proteção, na qual o sujeito possa se desenvolver plenamente e encontrar meios para superar dificuldades de toda ordem. Conviver num espaço saudável, criativo e respeitoso no qual os valores coletivos e individuais sejam construídos e vivenciados harmoniosamente, elevando os níveis de satisfação e autoestima de cada sujeito, com vistas a construção de seus projetos de vida.

Segurança de Convívio Familiar e Comunitário: Vivenciar a plena participação e colaboração da família e da comunidade em todas as etapas do processo de construção da ação pedagógica. Promover espaços de formação e vivência com a família e desta com todos os sujeitos que a

compõem e a comunidade com vista ao reconhecimento dos diferentes papéis e a conscientização sobre a importância desta esfera social. Promover ações que devolva À família o desejo do convívio sadio e fraterno, despertando nelas sempre novos valores de convívio e fraternidade.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Promover através das diferentes ações o desenvolvimento de habilidades e competências com objetivo de inclusão no mundo do trabalho e renda. Busca-se desenvolver nos educandos um senso crítico, uma elevação da autoestima, uma capacidade de se adequar na sociedade que o cerca, sendo capazes de inserir-se de maneira positiva e que consiga prosperar naquilo que eles estão em busca.	<ul style="list-style-type: none"> – Atuar por meio de oficinas de customização, informática e alimentação para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com famílias de programas desenvolvidos pelo CPCA e rede da Lomba do Pinheiro; – Promover ações que desenvolvam a autoestima e a promovam o autoconceito e imagem dos participantes; – Incidir na construção de valores pessoais e sociais sólidos que qualifiquem a vida das pessoas ; – Desenvolver projetos de vidas com as famílias participantes.
Matriz Operacional	
Ações Desenvolvidas:	Oficinas de Customização, de Culinária e Informática.
Número de Usuários	40 atendimentos
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
Oficinas de formação e preparação para a geração de renda destinada as famílias da rede da Lomba do Pinheiro, desenvolvidas de duas a três vezes na semana com foco na qualificação da vida das mesmas por meio da elaboração e construção de seus	<ul style="list-style-type: none"> – Famílias em capacitação satisfeitas com as ações oferecidas; – Crescimento da demanda; – Solicitação das famílias de se manterem vinculadas ao projeto; – Surgimento de ações de geração de renda e pessoas empregadas

projetos de vida.	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento da autonomia, – responsabilidade, cooperação, criatividade, e demais valores importantes para o desenvolvimento do bio-psicosocial do sujeito.
-------------------	---

b) Público-alvo

Adultos de baixa escolaridade e limitação profissional residentes na Lomba do Pinheiro.

O atendimento é realizado por grupos conforme tabela abaixo

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
1	Educadores	2
2	Coordenação Pedagógica	1
1	monitor	1
1	Assistente Social	1

d) Abrangência territorial

Bairro Lomba do Pinheiro e Agronomia

e) Entidade executora e endereço

- Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

f) Formas de participação dos usuários

Os espaços e fóruns existentes na comunidade, bem como em encontros internos à instituição, são também espaços que oportunizam a escuta das demandas da comunidade nesta, entre outras necessidades.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Os organizadores da proposta elaboram as práticas a partir da necessidade do público alvo, levantadas, conforme item 6.7.

A execução é realizada de forma participativa pelos educadores e educandos. A avaliação se dá durante o processo de acordo com o monitoramento do mesmo.

h) Capacidade de atendimento

4.11 TELECENTRO

a) Descrição do programa

Os Telecentros, além de salas de informática, são espaços que estão se transformando em espaços de construção da cidadania. Através dos Telecentros a comunidade de Porto Alegre pode acessar a Internet, utilizar como ajuda a pesquisas escolares, participar de oficinas de aprendizagem e aperfeiçoamento sobre as tecnologias de informação, entre outros.

No Município de Porto Alegre, por iniciativa conjunta das Comunidades e da Administração Pública Municipal, houve a implantação de ambientes com infra-estrutura e equipamentos de informática e comunicação, visando à difusão do uso da microinformática, da internet e da promoção da educação para cidadania. Isto se deu através de oficinas de microinformática voltadas à promoção da cidadania, ao desenvolvimento local e à geração de emprego e renda, através da valorização do indivíduo, e de oficinas temáticas especiais, denominadas atividades complementares, especialmente para as comunidades mais pobres.

Como a experiência trouxe bons resultados nas comunidades, sendo considerado como um fator que promove a integração social, a diminuição das diversas formas de violência, assim como a cultura, educação e informação dos cidadãos, há interesse social de ampliação e manutenção do projeto. No CPCA funciona o Telecentro Lomba do Pinheiro.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Sobre a natureza social do programa tem como objetivo permitir o acesso à tecnologia da informação à comunidade menos privilegiada da população, a fim de promover o conhecimento e a qualificação necessária para o ingresso e a permanência no mercado de trabalho.	Reduzir os índices de exclusão digital no bairro onde está situado este Telecentro; Propiciar o acesso às tecnologias de informação à comunidade em geral; Capacitar os usuários para o mercado de trabalho;
Matriz Operacional	
Oficinas Desenvolvidas	Cursos de informática para adultos no turno vespertino; oficinas de informática para crianças/adolescentes em turno integral; monitoramento para o uso da comunidade que acessa em horários diversos.
Número	768 oficinas ao ano

Oficinas	
Número	505
Usuários	
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
Democratização do uso da tecnologia da informação por meio de equipamentos adequados e monitoria.	<ul style="list-style-type: none"> – Grande procura por parte da comunidade; – Elevado número de pessoas em formação e formadas nos telecentros.

b) Público-alvo

Cidadãos que residem na Lomba do Pinheiro, em especial aqueles com poucos recursos financeiros e acesso dificultado à educação e cultura.

c) Recursos humanos

Dois monitores.

d) Abrangência territorial

Bairro Lomba do Pinheiro, com prioridade às famílias moradoras das vilas situadas desde a Av. Bento Gonçalves até a Parada 10 da Av. João de Oliveira Remião, compreendendo as Vilas: Cafuncho, dos Herdeiros, Esmeralda, Loteamento Santa Paula, Tamanca, Triângulo, Invasão Greenville, Travessa Barreto, Jardim Amazônia, Cooperativa Habitacional Alpes do Pinheiro Pda. 2, Viveiro Pda. 5 e São Claro Pda. 7. Bairro Agronomia.

e) Entidade executora e endereço

Unidade SEDE CPCA – Avenida João de Oliveira Remião, 4444 – Parada 10, Lomba do Pinheiro.

f) Formas de participação dos usuários

O Telecentro oferece cursos de informática básica e oficinas. O atendimento à comunidade acontece através de oficinas de Informática e também através de acesso livre, com horários agendados, sempre com acompanhamento e supervisão dos monitores. Cada usuário deve agendar seu horário conforme as normas de funcionamento do Telecentro.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Os usuários do CPCA juntamente com os monitores são convidados a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse e sobre o seu funcionamento.

Desde 2008, o CPCA vem desenvolvendo uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficiência de suas ações. A Prefeitura participa fornecendo equipamentos, repassando recursos para a contratação de monitores e realizando a manutenção da rede.

h) Capacidade de atendimento

O Telecentro Lomba do Pinheiro conta atualmente com 12 computadores conectados à Internet e utilizando sempre Software livre.

4.12 ORQUESTRA VILA LOBOS

a) Descrição do projeto

A Orquestra Villa-Lobos é um programa de educação musical desenvolvido há seis anos na instituição numa parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos onde o projeto iniciou em 1992. Tem por objetivo garantir à comunidade da Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre, a inclusão social através do acesso ao conhecimento musical e a vivências artísticas de forma a utilizar a música como meio de promover a auto-estima, inserção cultural e cidadania. Pretende desenvolver atitudes e habilidades através de oficinas de música e prática musical coletiva, estimulando a sensibilidade e a percepção, estabelecendo interação com os elementos da cultura local e ampliando suas possibilidades de participação na sociedade.

Desde 2008 o programa é mantido por convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e reúne atividades pedagógicas e artísticas na sede da instituição, na casa São Francisco, nas escolas municipais infantis Nova São Carlos e Maria Marques Fernandes e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos, todas na comunidade. São desenvolvidas oficinas de canto-coral, cavaquinho, estudos avançados, expressão corporal, flauta doce, musicalização, percussão, piano, teoria e percepção, viola, violão, violino e violoncelo; e as monitorias pedagógicas destinadas a jovens do projeto que garantem formação musical a crianças, adolescentes, jovens e adultos, totalizando 600 atendimentos. Cumpre, assim, uma função social relevante na comunidade, estimulando-os à apropriação de novos saberes e a ocuparem uma função transformadora na sociedade por meio do conhecimento musical e artístico e da prática coletiva.

O programa reúne vários grupos artísticos (Conjuntos de Flautas Doces, Conjunto de Violões, Samba & Choro, Grupo Vocal, Percussão, Orquestra de Cordas), tendo como carro-chefe a Orquestra Villa-Lobos, composta por 40 integrantes do projeto. O grupo mantém uma intensa agenda artística no município de Porto Alegre, no estado do RS e em outros estados do Brasil, cumprindo uma média de oito apresentações ao mês, totalizando 850 concertos para público superior a 200 mil pessoas e possui dois Cds gravados.

As atividades são submetidas à avaliação quantitativa e qualitativa. Ou seja, o aproveitamento dos atendidos é monitorado por meio do controle de frequência e por uma avaliação diagnóstica e formativa individualizada que acontece ao longo do processo e que inclui a participação das famílias.

Ao longo de sua trajetória, a Orquestra Villa-Lobos recebeu reconhecimentos importantes, como o Prêmio Artístico Lupicínio Rodrigues, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o troféu de Defesa de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul pela UNESCO/Assembléia Legislativa/Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a certificação pelo Ministério da Cultura, com o selo Prêmio Cultura Viva, como iniciativa reconhecida pelo seu caráter inovador e impactante na vida da comunidade, e o Prêmio Líderes & Vencedores 2009 concedida pela Federasul e Assembleia Legislativa do RGS como Destaque Comunitário.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<p>Garantir à comunidade da Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre, a inclusão social através do acesso ao conhecimento musical e a vivências artísticas de forma a utilizar a música como meio de promover a autoestima, inserção cultural e cidadania.</p> <p>Desenvolver atitudes e habilidades através de oficinas de música e prática musical coletiva, estimulando a sensibilidade e a percepção, estabelecendo interação com os elementos da cultura local e ampliando suas possibilidades de participação na sociedade.</p>	

Matriz Operacional	
Ações Desenvolvidas:	Oficinas de Música de Canto-coral, Cavaquinho, Construção de instrumentos alternativos, Estudo Avançado, Expressão corporal, Flauta Doce, Iniciação Musical, Musicalização Infantil, Percussão, Piano, Teoria e Percepção, Violão, Violino e Violoncelo, Monitorias pedagógicas, ensaios da Orquestra e apresentações artísticas. na escola de ensino fundamental (EMEF Heitor Villa-Lobos), nas escolas de educação infantil (EMEI Vila Nova São Carlos e EMEI Maria Marques Fernandes), nas unidades de atendimento sócio Educativo (Casa Sede, Casa São Francisco, Casa Santa Clara).
Número de Oficinas	95 turmas/semanal
Número de Usuários	800/2011
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
<p>Visa estimular nas crianças, nos adolescente e em suas famílias à apropriação de novos saberes e a ocuparem uma função transformadora na sociedade por meio do conhecimento musical e artístico e da prática coletiva. Oportunizando o pleno exercício da criatividade, da autoestima, da realização pessoal, da cidadania e da tomada de consciência de seu lugar na sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 98 apresentações musicais; • Público superior a 26 mil pessoas na comunidade e nos mais variados eventos a convite de instituições de ensino público e privado de nível básico e superior, órgãos da administração municipal, estadual e federal, associações, empresas e prefeituras do interior do RS. • Mais de 800 jovens desenvolvendo competências pessoais e musicais; • Realização do IV Retiro Musical no Convento São Boaventura em Daltro Filho/RS; • Produção do espetáculo “Relicário”

b) Público-alvo

Alunos de escolas infantis e ensino fundamental da região de abrangência e educandos do atendimento sócio educativo CPCA.

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
1	Educador Social de Música	2
2	Monitor de Música	5
3	Monitor Auxiliar de Música	3
4	Instrutor de Música	3
5	Instrutor de Violoncelo	2
6	Instrutor de Violino	1
7	Assistente Administrativo	1
	Total de Funcionários	17

d) Abrangência territorial

Lomba do Pinheiro – Porto Alegre

e) Entidade executora e endereço

- Sede (Estrada João de Oliveira Remião, 4444),
- Casa São Francisco;
- Casa Santa Clara;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos (Av. Santo Dias da Silva s/n – Vila Mapa),
- Escola Municipal de Educação Infantil Vila Nova São Carlos (Estrada João de Oliveira Remião, s/n – parada 12 da Lomba do Pinheiro) e
- Escola Municipal de Educação Infantil Maria Marques Fernandes (Av Santo Dias da Silva, 550 – Vila mapa).

f) Formas de participação dos usuários:

Participação democrática, caracterizada pelo critério de ingresso e permanência que prioriza o direito ao acesso ao conhecimento musical e a vivências diversificadas por meio da educação musical, não havendo testes seletivos. A família cumpre papel importante em todo o processo, participando de forma decisiva para que o projeto exerça o impacto relevante que tem na comunidade.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários:

Elaboração: os atendidos pelo projeto sugerem conteúdos/repertório a serem trabalhados e atividades a serem desenvolvidas nas oficinas de música e no grupo da Orquestra Villa-Lobos,

envolvendo-se inclusive na elaboração dos arranjos e improvisações musicais. As famílias participam por meio de encontros individuais e em grupo.

Execução: os atendidos pelo projeto atuam diretamente na execução das propostas, envolvendo-se na interpretação artística e produção executiva da Orquestra e dos demais grupos musicais do projeto, sendo eles os protagonistas de todo o processo pedagógico.

Avaliação: os atendidos pelo projeto participam da avaliação de forma contínua, ao longo do processo, por meio de reflexão em grupo e individual e de momentos junto com suas famílias.

Monitoramento: os atendidos pelo projeto são estimulados pelos educadores a realizarem avaliação constante de suas práticas, musicais e sócio afetiva, e a estabelecerem, por meio de resultados concretos, parâmetros de aproveitamento nas atividades e, com isso, exercerem o monitoramento de sua aprendizagem e buscarem os resultados desejados.

h) Capacidade de atendimento

Oportunizar 800 atendimentos através das oficinas de canto-corale, cavaquinho, estudos avançados, expressão corporal, flauta doce, musicalização, percussão, piano, teoria e percepção, viola, violão, violino e violoncelo

4.13 REDE PARCERIA SOCIAL

a) Descrição do projeto

O Projeto rede Parceria Social é uma iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul, o qual, através da Secretaria do Trabalho e Cidadania, que, pelo trabalho em rede, integra Governo, Empresas e o Terceiro Setor. apostando na responsabilidade social e valendo-se da Lei da Solidariedade (Lei 11853/2002). Esta lei instituiu no RS o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAISPS), que visa exatamente estas parcerias entre empresas, organizações da sociedade civil e a administração pública, em desenvolvimento de projetos sociais através da utilização do incentivo fiscal. São apoiados projetos que buscam promover o desenvolvimento social e contribuir na elevação do padrão de qualidade de vida das populações em vulnerabilidade social. Estes projetos são avaliados pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). O crédito fiscal pode ser de até 75% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), comprovadamente aplicado no projeto. (Lei da Solidariedade: Orientação aos parceiros. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. 2009).

A estrutura da Rede Parceria Social tem o seguinte funcionamento: Entidades civis organizadas, com notória experiência em gestão no Terceiro Setor, chamadas entidades-âncora, apresentam projetos ao Conselho Estadual de Assistência Social através da Lei da

Solidariedade. Cada uma dessas Organizações Não Governamentais (ONGs) tem responsabilidade por uma ou mais Carteiras de Projetos, com foco em ações para geração de renda, qualificação profissional, proteção à criança e ao adolescente, creches comunitárias, meio ambiente, entre outras. Uma vez definidas as Carteiras de Projetos, cada Âncora busca uma empresa patrocinadora e responsabiliza-se por abrir editais / chamadas públicas, para receberem inscrições de organizações de todo o RS. Um conselho misto, composto por membros do serviço público, empresas financiadoras e representantes das entidades-âncoras selecionam os projetos que serão atendidos pela Rede através de uma avaliação com critérios claros e objetivos. As ONGS selecionadas têm até 12 meses para execução dos objetivos propostos e, além do gerenciamento das organizações-âncoras e do acompanhamento direto das empresas patrocinadoras, participam de um Programa Capacitação em Princípios para a Gestão Social Sustentável, atualmente conduzido pela ONG Parceiros Voluntários. O objetivo é buscar a sustentabilidades dos projetos e das organizações, com cursos na área de gestão. (<http://www.redeparceriasocial.rs.gov.br/#>).

Na terceira edição, o CPCA, dado a sua histórica ação na rua junto às crianças e aos adolescentes, é responsável pela carteira de projetos que abarca ações com este objetivo.

Ao CPCA cabe repassar os valores, conforme contratado no termo de compromisso; fornecer apoio e orientação na gestão e execução dos projetos; designar um gestor para monitoramento dos projetos, garantindo a sustentabilidade e boa execução das ações; avaliar e fiscalizar a execução dos projetos das entidades participante; contratar auditoria externa para orientar o bom andamento do trabalho em rede, bem como auditar a prestação de contas final.

Na ação metodológica estão previstas: visitas técnicas, seminários de capacitação e avaliação. Esta ação viabiliza a realização de metas da Declaração do Milênio, que é a erradicação da extrema pobreza e fome; atingir o ensino básico universal; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Selecionar projetos de instituições privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem ou se proponham a consolidar ações de apoio ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários bem	Participar enquanto uma das entidades Âncora na 3ª Edição da Rede Parceria Social iniciativa essa coordenada pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul; Selecionar os projetos enviados para o edital Menos Rua, Mais Vínculo cujo foco seja o atendimento direto e

<p>como promovam suporte a rede de trabalho focado na rua já existente, projetos estes que devem oportunizar a população alvo o resgate da autoestima e a reconstrução gradual de um projeto de vida. Para atendimento direto e indireto de crianças e adolescentes em situação de rua sobrevivência e moradia, bem como o acompanhamento familiar.</p>	<p>indireto de crianças e adolescentes em situação de rua sobrevivência e moradia, bem como o acompanhamento familiar prevendo a reinserção social, familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes. Essas ações devem estar associadas e em sintonia com as políticas públicas referendadas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e Sistema Único de Assistências Social (SUAS);</p> <p>Promover o suporte a rede de trabalho focado na rua já existente, oportunizando a população alvo o resgate da auto-estima e a reconstrução gradual de um projeto de vida;</p> <p>Estabelecer uma parceria entre as entidades apoiadas pelo edital onde a troca de experiências e a socialização de conhecimento sejam linhas mestras para o trabalho;</p>
---	---

Matriz Operacional

<p>Ações Desenvolvidas Número de Usuários:</p>	<p>Estabelecer parceria entre as entidades apoiadas pelo edital Menos Rua, Mais Vínculo, onde a troca de experiências e a socialização de conhecimento sejam linhas mestras para o desenvolvimento efetivo do trabalho visando a produção coletiva de novas tecnologias de intervenção nesse meio social</p> <p>9 Projetos = Aproximadamente 900 beneficiados diretamente</p>
--	---

Descrição da Ação	Resultados Alcançados
<p>Repassar os valores, conforme contratado no termo de compromisso,</p> <p>Fornecer apoio e orientação na gestão e execução dos projetos.</p> <p>Contratar ou designar um gestor especializado para monitoramento dos projetos, garantindo a sustentabilidade e boa execução das ações.</p> <p>Avaliar e fiscalizar a execução dos projetos das entidades participante;</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Repasse de parcelas de acordo com o cronograma; – Apoio e orientação técnica e pedagógica oferecida. – Projetos monitorados. – Projetos avaliados e fiscalizados. – 9 projetos em execução

Contratar auditoria externa para orientar o bom andamento do trabalho em rede, bem como auditar a prestação de contas final.	
--	--

b) Público-alvo

Instituições privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem ou se proponham a consolidar ações de apoio ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários bem como promovam suporte a rede de trabalho focado na rua já existente, de atendimento à criança e ao adolescente.

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
01	Direção	(*)03
02	Assessor Financeiro	01
03	Coordenação Pedagógica	01
04	Assessor Técnico	01
05	Secretária Institucional	01
	TOTAL	07

(*) Coordenação Geral da Entidade

d) Abrangência territorial

Rio Grande do Sul – cidades de Rio Pardo, Caxias do Sul, Parobé, Ijuí, Carazinho, Novo Hamburgo, Porto Alegre.

e) Entidade executora e endereço

- CPCA Sede – Av. João de Oliveira Remião, 4444 – Lomba do Pinheiro/ POA – RS.
- Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Rua Mississippi, 130 Restinga, 91790/430
- Instituto Recriar - Rua Canto e Melo 269 – Nonoai, 90830/220.
- ACOMPAR - Ação Comunitária Paroquial - Rua Jacy Barcelos de Oliveira, 103 – Rubem Berta - 91160/430
- Associação do Bem-Estar da Criança e do Adolescente - Rua Guarujá, 171- bairro Pátria Nova - Novo Hamburgo - 93320/160.
- Instituto de Tratamento e Inclusão Social: Fonte de Apoio - Rua Sinimbu, Nº 367, Bairro Nossa Senhora de Lourdes - Caxias do Sul.

- Sociedade Batista de Beneficência Tabea - Rua José Bonifácio, N.º 1623, Bairro Storch - Ijuí - 98700/000.
- ADES (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Planalto Médio) - Rua Bernardo Paz, s/n, fundos do Colégio La Salle. Bairro Centro - Carazinho
- CRIAR VITÓRIA – Centro de Recuperação Integrado de adictos em recuperação - Rua Adão Pires Cerveira, 700 - Bairro Fazenda Pires – Parobé - CEP 95630/000.
- Instituto Maria Auxiliadora – Instituto Medianeira Casa da Criança Rua Padre Broggi, 45, Bairro Fortaleza - CEP 96640/000 – Rio Pardo.

f) Formas de participação dos usuários

A participação se dará nas visitas técnicas e seminários de capacitação.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

Durante a execução do projeto, haverá visitas técnicas de avaliação e monitoramento, bem como a realização de Seminários de capacitação visando à avaliação do processo e as trocas das experiências feitas por cada instituição.

h) Capacidade de atendimento

9 entidades.

COLETIVO COCA COLA

a) Descrição do projeto

Objetivos	
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
<p>Promover desenvolvimento pessoal de jovens e jovens adultos através da formação para o mercado de trabalho e desenvolvimento socioeconômico da comunidade através de oportunidades de emprego aos jovens atendidos no projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato didático com os alunos. - Módulo 1 – Mercado de Varejo. - Módulo 2 – Merchandising. - Módulo 3 – Empregabilidade no Varejo. - Módulo 4 – Promoções de Vendas. - Módulo 5 – Relacionamento e Serviço ao Consumidor. - Aulas temáticas - Guia de Oportunidades

	- Inscrição de alunos para nova turma do coletivo.
Matriz Operacional	
Ações Desenvolvidas Número de Usuários:	Ampliar e fortalecer o relacionamento com os pontos de venda (comércio local) de produtos da Marca Coca-cola, envolvendo-os no processo de formação dos jovens, criando novos espaços de comunicação. Inscrever no mínimo 120 jovens a cada ciclo (trimestral).
Descrição da Ação	Resultados Alcançados
<p>Apresentação e Contrato didático.</p> <p>Introdução dos educandos ao conceito de Mercado de Varejo, stores do varejo, varejo de alimentos e carreira na área de varejo, Apresentação do Game utilizado no curso;</p> <p>Conceitualização de mercado, pontos de venda, canais de comercialização, ocasiões de consumo, comprador e consumidor e Guia de oportunidades.</p> <p>Conceito de Merchandising, Compra por impulso e estoque; Etapas do Merchandising (pdto, estoque, espaço, exposição, material de propaganda e comunicação de preços, posicionamento de produto, primeira posição, zonas quentes e cross merchandising).</p> <p>Conceito de Empregabilidade, Ocasões de contratação, tipos de contratação, emprego temporário, programa Jovem Aprendiz, Perfil Profissional, Canais de oportunidade, Comunidade Coca-Cola no Vagas.com (site de empregos), Empregabilidade no Projeto Coletivo Brasil;</p> <p>Cuidados importantes na Seleção de Emprego, Processo seletivo, Dicas para a entrevista de emprego, etapas do processo admissional;</p> <p>Síntese da atuação do profissional de varejo, comportamento no emprego.</p> <p>Conceito, para que servem as Promoções, Tipos de promoções, Estratégias de Comunicação de Promoções, Lucro Bruto, Mark-up, Giro.</p> <p>Comunicação Humana, Administrando conflitos, Prazer em</p>	<p>Os resultados serão medidos através de índices de empregabilidade entre os jovens formandos do curso, criação manutenção de vínculo dos jovens com o educador e monitora onde o Coletivo Coca-Cola torne-se um espaço de acolhimento e de busca para desenvolvimento no sentido da formação do trabalhador.</p>

<p>atender, experiências positivas.</p> <p>Workshop sobre varejo;</p> <p>Visita técnica;</p> <p>Revisão de conteúdos.</p> <p>Montagem do Guia de oportunidades;</p> <p>Apresentação do Guia de oportunidades.</p> <p>Projeto de mobilização;</p> <p>Divulgação de vagas na comunidade (diversos meios);</p> <p>Formação de seis turmas, cada turma composta por vinte alunos;</p> <p>Criação de banco de dados com as informações dos jovens inscritos.</p>	
---	--

b) Público-alvo

Jovens moradores da Lomba do Pinheiro

c) Recursos humanos

	Função	Quantidade
01	Direção	(*)03
02	Assessor Financeiro	01
03	Coordenação Pedagógica	01
04	Educador	01
05	Monitor	01
06	Secretária Institucional	01
	TOTAL	08

(*) Coordenação Geral da Entidade

d) Abrangência territorial

Porto Alegre

e) Entidade executora e endereço

- CPCA Sede – Av. João de Oliveira Remião, 4444 – Lomba do Pinheiro/ POA – RS.

f) Formas de participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA estão presentes nos vários momentos, organizados para este fim, quer sejam nas reuniões das famílias, nas oficinas, na realização de brechós e feiras, nas celebrações, e em outras datas especiais.

g) Estratégias previstas para efetivação da participação dos usuários

As famílias usuárias do CPCA são convidadas a participarem das etapas de elaboração e execução dando sugestões sobre atividades de seu interesse.

As intervenções pedagógicas garantem o envolvimento das famílias em várias modalidades, como por exemplo, através da vinda dos responsáveis para contação de histórias, socialização de suas brincadeiras de infância, participação em oficinas de culinárias, entre outras.

O CPCA desenvolve uma ação de avaliação e monitoramento com foco nos objetivos da Instituição e verificação da eficiência de suas ações. As etapas envolvem a auto-avaliação pelo educando, a avaliação do educador pelo educando e seu grupo familiar, em reunião individual; e a avaliação do serviço oferecido pela instituição, nos eixos: acolhida, atendimento e encaminhamentos e/ou emancipação.

h) Capacidade de atendimento

120 jovens por ciclo (trimestre)

4. CONCLUSÃO

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do Humano – Compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

DELORS, Jacques. *Os quatro pilares da educação*. Relatório Unesco, 1996.
<http://ns1.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>

FASSINI, Frei Dorvalino. *São Francisco de Assis: Testamento, leitura e comentários*. Porto Alegre: Província São Francisco de Assis-Rs, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
_ *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
_ *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LOAS Lei 8742/93. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SILVEIRA, Frei Ildefonso ofm e REIS, Orlando dos (Org). *São Francisco de Assis: Escritos e biografias de São Francisco, crônicas e outros testemunhos dos primeiros século franciscano*. 9ªed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 5 DE MAIO DE 2010 – Disponível em:
<www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2010/cnas-2010-016-05-05.pdf>

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010 – Disponível em:
<www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2010/cnas-2010-033-11-10-2010.pdf>

ASSEMBLÉIA DA ONU – DECLARAÇÃO DO MILÊNIO- Disponível em:
<www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

ENTENDA O QUE SÃO as metas do Milênio - Disponível em: Fonte: Agência Brasil, 12/9/2004 <<http://www.consciencia.net/brasil/metasadomilenio.html>>

Manual de Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Comunitário - Disponível em:
<http://www.ecoar.org.br/website/download/publicacoes/manual_de_metodologias_participativas_para_o_desenvolvimento_comunitario_VERS%C3%83OFINAL.pdf>

Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz - Disponível em:
<<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>>

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Disponível em:
<portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 - Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=138579>>

RESOLUÇÃO Nº 130, DE 15 DE JULHO DE 2005. - NORMA OPERACIONAL BÁSICA - BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SUAS - Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/mds/resolucoes/2005/Resolucao%20no%20130-%20de%2015%20de%20julho%20de%202005.pdf/view>>

RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004 (DOU 28/10/2004). - Política Nacional Assistência Social - Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/mds/resolucoes/2004/Resolucao%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf/view>>

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf>

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 – Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>>

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE - RESOLUÇÃO Nº 154/2010, publicada no DOPA de 05/11/2010 e alterada pela resolução nº 159/2010. - Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sitecmdca/default.php?p_secao=26>

LEI 8069/90 – ECA - Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências - Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>

Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Brasília, fevereiro de 2008 C_AS Conselho Nacional de Assistência Social – Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>>

¹ O Plano de Intervenção Sócio Educativo tem como objetivo: “Garantir a qualificação das intervenções dos diferentes profissionais, serviços, programas e projetos, tendo a compreensão da família como matriz para todas as ações. Trabalhar o efetivo fortalecimento de vínculos, a partir de um entendimento sistêmico da realidade. Consequentemente a responsabilização nominal de todos os técnicos pelos casos atendidos na Instituição”.